

RELATÓRIO DE GESTÃO



dezembro de 2013 a outubro de 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

dezembro de 2013 a outubro de 2016





Relatório de Gestão AMB

Período: de dezembro de 2013 a outubro de 2016

Presidente

João Ricardo dos Santos Costa

Secretário-Geral

Marcos Sérgio Galliano Daros

Secretário-Geral Adjunto

Alexandre Aronne de Abreu

Diretor-Tesoureiro

Emanuel Bonfim C. Amaral Filho

Diretor-Tesoureiro Adjunto

Mauro Caum Gonçalves

Vice-Presidentes

Assuntos Ambientais

Adriano Gustavo Veiga Seduvin

Comunicação Social

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra

Prerrogativas

Hadja Rayanne Holanda de Alencar

Cultural

Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira

Assuntos Legislativos Trabalhistas

Maria Madalena Telesca

Integração

Nartir Dantas Weber

Legislativo

Nelson Missias de Moraes

Efetividade da Jurisdição

Paulo Mello Feijó

Direitos Humanos

Ricardo de Araújo Barreto

Institucional

Sérgio Luiz Junkes

Administrativo

Wilson da Silva Dias

Conselho Fiscal

Helvécio de Brito Maia Neto

Luiz Gonzaga Mendes Marques

Hermínia Maria Silveira Azoury

Coordenadoria da Justiça Estadual

Gervásio Protásio dos Santos Júnior

Coordenadoria da Justiça Federal

Rogério Favreto

Coordenadoria da Justiça do Trabalho

Antônio Oldemar Coêlho dos Santos

Coordenadora-Adjunta da Justiça do Trabalho

Patrícia Almeida Ramos

Coordenadoria da Justiça Militar

Edmundo Franca de Oliveira

Coordenadoria dos Aposentados

Nelma Torres Padilha

Coordenador-Adjunto dos Aposentados

Írio Grolli

Assessoria de Comunicação da AMB

Coordenadora e Revisora: Renata Brandão

Editora: Verônica Macedo

Equipe: Carolina Lobo, Dalila Góes, Márcia Afonso,

Renata Brandão e Verônica Macedo

Estagiária: Tatiana Castro

Projeto gráfico, diagramação

e ilustrações: Marconi Martins

Colaboração: Sheilla Reis

Sumário

Apresentação	5
Marcos da Gestão	
Ações da AMB no CNJ e Valorização do Primeiro Grau	7
Aposentados	15
ATS – Adicional por Tempo de Serviço	27
Eleições Diretas	37
Recomposição do Subsídio	43
Conselho Fiscal	51
Legislativo	
Automaticidade do Subsídio – PEC 62	52
Auxílio-moradia	54
Código de Processo Penal – CPP	56
Frentas	58
Fórum Diálogos Congresso em Foco	60
Lei Maria da Penha – PLC 07	61
Lei de Abuso de Autoridade – PLS 280	64
PEC da Bengala	66
Previdência	71
Reforma Política	73
Renegociação da dívida dos Estados – PLP 257	79
Teto Remuneratório – PL 3123	81
Audiência de Custódia	87
Direitos Humanos	89

Internacional	98
Jurisdição Eleitoral	105
Justiça do Trabalho	107
Licença-paternidade	108
Loman	109
Maioridade Penal	114
Novas filiadas	120
Novo CPC	121
Presidente do Conselho dos TJs na AMB	127
Institucional	
AMB nas Redes Sociais	128
AMB Quer Ouvir Você	130
Cidadania e Justiça na Escola	132
Escola Nacional da Magistratura (ENM)	135
Esporte	144
Justiça Restaurativa	148
O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil	153
Pró-Equidade de Gênero	156
Segurança para Magistrados	157
Seminário Trabalho Seguro	161
#SomosTodosJuizes	162
Votar é Legal	165
Eventos	166

Apresentação

Nesses três anos à frente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) caminhamos, em parceria com os presidentes das associações filiadas e do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, com o objetivo de honrar os compromissos que assumimos durante a campanha eleitoral: unidade e valorização da magistratura.

Do Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal (STF), apresentamos propostas, projetos e argumentos em prol das matérias de interesse da categoria. Trabalhamos incansavelmente pelo restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), incluindo os aposentados e pensionistas, para o fortalecimento da carreira. Com esse objetivo, firmamos significativas parcerias com as demais entidades representativas do setor.

A estabilidade da remuneração da magistratura também foi prioritária no cotidiano da nossa gestão. O subsídio, nossa única forma remuneratória, deve ter sua recomposição nos termos constitucionais. Conseguimos, em 2014, o maior índice de recomposição da história do subsídio e vencemos uma grande etapa. No dia 1º de junho, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2646/2015, que prevê reajuste de 8,74% do subsídio dos ministros do STF, a partir de junho, e mais 7,02% a partir de janeiro de 2017. No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2016, mas a matéria ainda não foi aprovada porque a Comissão de Assuntos Econômicos concedeu pedido de vista coletivo.

Dois grandes atos foram realizados em prol da valorização das carreiras e contra propostas legislativas que representam retaliação ao Judiciário e ao Ministério Público, por meio da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), sob a coordenação da AMB. As manifestações ocorreram no Congresso Nacional, em agosto e outubro deste ano, e tiveram como destaques o Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2016, que altera a lei de abuso de autoridade, o PLC 27/2016 e o PLP 257/2016, que pode comprometer o orçamento do Judiciário. Essas lutas persistem.

Focamos nossa caminhada na valorização do primeiro grau. Uma importante vitória para a AMB foi conquistada no dia 12 de abril deste ano, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, a Resolução 219/2016, que prevê a redistribuição de servidores entre primeiro e segundo graus, de acordo com as demandas de trabalho. A proposta era uma bandeira histórica da associação.

Outra iniciativa da entidade foi o projeto de criação de um centro de inteligência para monitoramento do litígio, no âmbito do CNJ e dos tribunais, visando identificar suas causas e propor políticas públicas para solução. A ideia foi acolhida pelo Conselho.

A luta pela paridade entre os magistrados aposentados e os da ativa também foi uma prioridade. Na nossa gestão, os aposentados tiveram voz, força política e o mesmo tratamento dos juízes em atividade. Entendemos que valorizar o magistrado aposentado é valorizar a própria carreira. Reestruturamos a Coordenadoria dos Aposentados no final de 2014 e estimulamos a participação efetiva dos aposentados nas reuniões e na agenda legislativa da entidade.

Defendemos as eleições diretas. Iniciamos no dia 31 de março de 2014 o movimento Diretas Já nos Tribunais, que levou 25 associações filiadas à AMB a requererem a alteração nos regimentos internos dos tribunais de todo o País, para que os juízes possam eleger seu presidente e vice-presidente. Após intensa mobilização, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187/2012, que permite as eleições diretas, está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados. Conseguimos superar todo o trâmite legislativo antecedente.

Todas essas bandeiras, que consideramos marcos da nossa gestão, você encontrará logo nas primeiras páginas do relatório.

A nossa atuação também foi pautada com várias campanhas e projetos, como a Justiça Restaurativa no Brasil: a paz pede a palavra; Pesquisa AMB quer ouvir você; Não Deixe o Judiciário Parar, #Somos-TodosJuizes; Cidadania e Justiça na Escola; Cartilha da Previdência; Pró-Equidade de Gênero; Votar é Legal; Manual da AMB para magistrados: o uso das redes sociais, entre outros.

Além disso, mobilizamos a magistratura contra a federalização da jurisdição eleitoral em conjunto com os tribunais de Justiça e Eleitorais.

Registramos também, neste relatório de gestão, o propósito da AMB em manter firme a luta pela Reforma Política e o fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Nas próximas páginas, confira todas as nossas lutas, ações e eventos.

Por fim, agradecemos o apoio, a colaboração e a confiança dos presidentes das associações regionais, dos magistrados aposentados e demais parceiros que estiveram conosco durante todo esse período em que trabalhamos em defesa da nossa entidade.

João Ricardo Costa
Presidente da AMB

Ações da AMB no CNJ

17/02/2014

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou da audiência pública sobre a “Eficiência do 1º Grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo”, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e enfatizou propósitos da AMB em relação à valorização dos juízes de primeiro grau, além de entregar um documento em que estão especificadas as propostas pontuais da entidade aos temas que estão nas resoluções.



26/03/2014

Para evitar o uso predatório do Poder Judiciário por grandes empresas, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, propôs ao CNJ que o órgão estabeleça uma política de proteção à prestação jurisdicional.

08/04/2014

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, defendeu, em sessão do CNJ, a inclusão das associações de magistrados na resolução que institui a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

25/07/2014

A AMB ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, contra dispositivos da Lei nº 13.145/2014, que amplia a segunda instância da Justiça e reduz o número de magistrados de primeiro grau na Bahia.

30/07/2014

Após solicitação da AMB, o CNJ voltou a publicar em seu site a pauta de julgamento com o resumo temático dos processos. A associação argumentou que, com o Processo Judicial Eletrônico (PJe), a forma de publicação havia sido alterada e não era mais possível identificar os assuntos, pois ficava visível apenas o número do processo.

**05/08/2014**

A AMB encaminhou ao presidente em exercício do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, pedido de providências para que o órgão deixe de utilizar o sistema denominado “pauta rápida”.

07/08/2014

A pedido da AMB, o presidente interino do CNJ, Ricardo Lewandowski, suspendeu liminarmente o procedimento eletrônico de votação antecipada, que era adotado pelos conselheiros do órgão.

24/03/2015

Atendendo ao anseio de mais participação da magistratura nas decisões referentes ao Poder Judiciário, o presidente CNJ, Ricardo Lewandowski, assinou portaria (Nº 30/2015) que cria o Conselho Consultivo da presidência do CNJ. O colegiado será formado pelos presidentes da AMB, da Ajufe e da Anamatra, e irá auxiliar na análise das propostas normativas e demais matérias que causem impacto direto nos interesses da magistratura nacional.

16/04/2015

A criação de um centro de inteligência para o monitoramento do litígio, no âmbito do CNJ e dos tribunais, visando identificar suas causas e propor políticas públicas para solução, é a proposta da AMB como uma das medidas de combate à corrupção. A proposta foi defendida pelo presidente da entidade, João Ricardo Costa, durante a reunião do Fórum de Colaboradores, e contou com a participação da sociedade civil e de grupos representativos.

07/05/2015

A AMB participou de discussão promovida pelo CNJ sobre priorização do primeiro grau e formulação de metas e prioridades estratégicas para 2016.

**19/05/2015**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou da primeira reunião do Conselho Consultivo da Presidência do CNJ. Durante o encontro, a AMB apresentou uma de suas bandeiras a proposta de criação de um centro de inteligência para o monitoramento do litígio, no âmbito do CNJ e dos tribunais, visando identificar suas causas e propor políticas públicas para solução.

**26/05/2015**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, apresentou à corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, a proposta da entidade de criação de um centro de inteligência para o monitoramento do litígio.

09/06/2015

A AMB protocolou ofício junto ao CNJ pedindo que seja julgado o Ato Normativo que trata do projeto de resolução que prevê a distribuição da força de trabalho no Poder Judiciário de acordo com as demandas de primeiro e segundo graus.

26/06/2015

Após a AMB pedir o cumprimento da Resolução nº 503 do STF, para que fosse dada publicidade aos critérios de escolha dos conselheiros do CNJ, a Suprema Corte abriu processo de seleção para candidatos a vagas no Conselho.

28/07/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve com o ministro do STF, Edson Fachin. Ele estava acompanhado do vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto. João Ricardo apresentou a proposta da entidade de criação de um centro de inteligência para o monitoramento do litígio dentro do CNJ e também dos tribunais.

29/07/2015

Em reunião com os juízes auxiliares do CNJ, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, apresentou proposta de resolução para regulamentar os centros de litígios nos tribunais.

03/08/2015

A AMB participou no CNJ de reunião do Comitê Gestor da Rede de Governança de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Na pauta, os integrantes do comitê discutiram sobre o acompanhamento do cumprimento das Resoluções 194 e 195 do Conselho, minuta do Plano Nacional de Implementação e da Proposta de Gestão da Política Nacional de Atenção ao 1º grau, apresentação dos projetos estratégicos e o plano de comunicação da priorização.

**16/08/2015**

A AMB ingressou com pedidos de notas técnicas no CNJ sobre duas propostas em tramitação no Congresso e que causarão impacto no Judiciário: uma que permite o desconto em folha de débitos em atraso com o cartão de crédito e outra que cria a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

18/08/2015

A AMB, em conjunto com a Anamatra e a Ajufe, encaminhou ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, pedido de providências solicitando a revisão parcial das Resoluções 194, 195 e 198 do Conselho – relativas a medidas para valorização da primeira instância.

27/08/2015

A AMB apresentou requerimento com pedido de providências para a regulamentação de permuta entre magistrados estaduais, vinculados a diferentes Tribunais de Justiça.

16/09/2015

A AMB, juntamente com a Anamatra, ingressou com pedido de providências para que o CNJ emita nota técnica sobre a Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015, que prevê o desconto em folha de débitos em atraso no cartão de crédito. Para ambas entidades, que representam mais de 20 mil magistrados, a medida deve provocar uma corrida à Justiça de consumidores que questionarão tal cobrança compulsória.

1º/10/2015

A AMB ingressou com pedido de providências para que o CNJ emita nota técnica a respeito do projeto de Lei nº 5.240/2013, que acrescenta dispositivo ao Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo a associação, o projeto gera controvérsias, já que o novo CPC, que entrará em vigor, dispõe pretensão semelhante em seu artigo 220, tratando da suspensão de prazos processuais no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

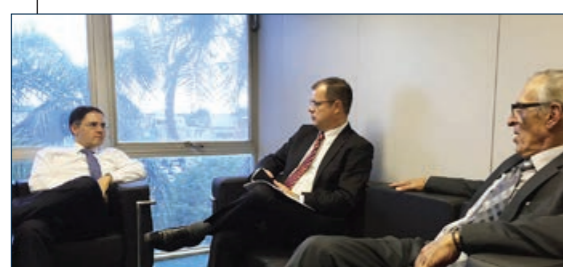
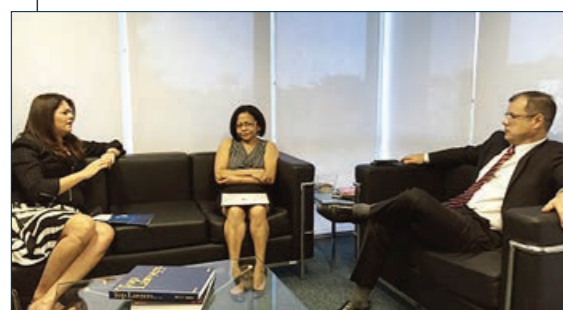
19/10/2015

Diretores da AMB e presidentes de associações estaduais visitaram três dos novos conselheiros do CNJ: Arnaldo Hossepian, Bruno Ronchetti e Luiz Cláudio Allemand. Eles apresentaram aos conselheiros os projetos de interesse da AMB, entre eles o da valorização do primeiro grau da magistratura.

**20/10/2015**

Após requerer regulamentação de permuta entre magistrados estaduais, vinculados a diferentes Tribunais de Justiça, diretores da AMB tiveram audiência com o conselheiro Luiz Cláudio Allemand para tratar do assunto. Ele disse que será o mais técnico possível ao examinar o pedido.





04/11/2015

A AMB promoveu a primeira reunião preparatória para a construção de uma proposta de criação de centros de inteligência e monitoramento de demandas de massa no Poder Judiciário. O projeto começa a ser construído pela AMB, em parceria com outras instituições, como o CNJ e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a fim de enfrentar o excesso de litigiosidade causado especialmente por segmentos específicos, como o Poder Público, as instituições financeiras e o setor de telefonia.

28/03/2016

Dando início a uma série de encontros no CNJ, a AMB se reuniu com o conselheiro Carlos Eduardo Dias. No encontro, foram tratados quatro temas: gratificação por acúmulo de função, audiências de custódia, regras de prescrição e permuta de magistrados estaduais.

05/04/2016

A resolução que trata da política de valorização do primeiro grau, audiências de custódia e permuta entre magistrados foram os assuntos tratados pelo presidente da AMB, João Ricardo Costa, e pela vice-presidente de Prerrogativas da entidade, Hadja Rayanne de Alencar, em extensa agenda com os conselheiros do CNJ.



Fotos: ASCOM / AMB

12/04/2016

Uma importante vitória para a AMB foi conquistada. O plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou, por unanimidade, a proposta de Resolução (219/2016) que prevê a redistribuição de servidores entre primeiro e segundo graus, de acordo com as demandas de trabalho. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, fez sustentação oral ao final da votação. A proposta que redistribui a força de trabalho entre primeiro e segundo graus era uma luta da associação desde 2014.



15/06/2016

A AMB, Anamatra e Ajufe entraram com petição junto ao STF pedindo para que, em razão da revogação da Resolução 82 do CNJ por edição de nova lei, seja declarada a perda de objeto da ação. As entidades argumentam que novo CPC, em vigor desde março deste ano, trata de forma ampla a matéria no artigo 145, anulando a exigência antes feita nos artigos 1º e 2º da Resolução em debate.



Luz Silveira/Agência CNJ

09/05/2016

A 11ª reunião do Conselho de Representantes destacou as ações da AMB no Congresso Nacional e pela valorização do primeiro grau. O presidente João Ricardo Costa relatou os avanços no CNJ com a Resolução 219.

24/05/2016

O CNJ promoveu audiência pública para discutir a possibilidade de permuta entre magistrados estaduais. O debate foi fruto do Pedido de Providências (PP) nº 0004074-05.2015.2.00.0000, formulado pela AMB e de relatoria do conselheiro Luiz Cláudio Allemand. Gervásio Santos, coordenador da Justiça Estadual e representante da associação na audiência, fez a sustentação oral.

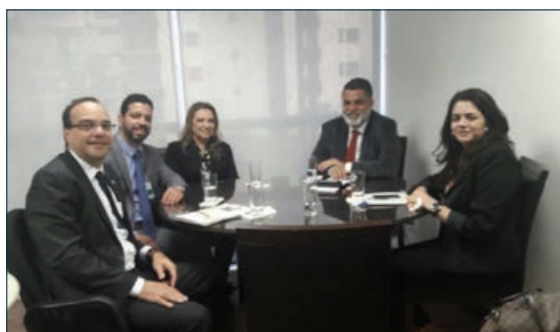
29/06/2016

O vice-presidente de Efetividade da Jurisdição da AMB, Paulo Mello Feijó, discutiu requerimento da entidade, em conjunto com a Anamatra e Ajufe, com sugestões para aperfeiçoamento das Resoluções 194 e 195. O documento refere-se especificamente aos comitês regionais, de forma a conferir mais democracia e transparência aos debates em torno do tema.

25/07/2016

A AMB entrou, em conjunto com Anamatra e Ajufe, com mandado de segurança coletivo (MS 34.316), com pedido de liminar, no STF contra ato da Corregedoria Nacional de Justiça que exigia o cumprimento da Resolução nº 82/2009 do Conselho Nacional de Justiça, já revogada pelo novo CPC.

ASCOM / AMB



08/08/2016

Magistrados da AMB participaram de audiência no CNJ para tratar do pedido de providências da entidade que aborda a permuta de magistrados estaduais. Os dirigentes foram recebidos pelos conselheiros Carlos Augusto de Barros Levenhagen, Lelio Bentes Corrêa e Rogério Bento Soares do Nascimento. O Pedido de Providências da AMB é o de nº 0004074-05.2015.2.00.0000.

ASCOM / AMB



09/08/2016

Na 13ª reunião do Conselho de Representantes da AMB foi aprovada que entidade promova consultas ao Conselho Nacional de Justiça para que o órgão especifique com exatidão o que é *coaching*, objeto de regulamentação pela Resolução 226/2016, e também para definir se a magistratura é uma atividade de risco.

ASCOM / AMB



10/08/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou de um café da manhã, em Brasília, com conselheiros do CNJ e a ouvidora geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Denise Dourado Dora, que faz parte do Conselho Diretor da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. O objetivo foi discutir sobre a parceria e apoio na implementação nos Estados do aplicativo PLP 2.0, que pode ser acionado por mulheres que se sentirem ameaçadas.

22/08/2016

A AMB e Anamatra encaminharam consulta ao CNJ com o objetivo de esclarecer dúvidas quanto à aplicação dos dispositivos da Resolução 226/2016. Publicada em 14 de junho, a medida atualiza as regras sobre a atuação de magistrados em atividades de docência e veda a prática de *coaching*, congêneres e similares.

25/08/2016

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar no Mandado de Segurança 34.316, impetrado pela AMB, Anamatra e Ajufe, suspendendo os efeitos do Ofício Circular 22/2016 da Corregedoria Nacional de Justiça.

Aposentados

ASCOM / AMB



18/11/2014

É realizada, em Brasília, a primeira reunião com representantes de aposentados na AMB, sendo deliberada a criação de um órgão institucionalizado e a realização de reuniões periódicas com representantes de todas as associações filiadas.

04/12/2014

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, assinou Ato Executivo (nº 31/2014) que aumenta a representação da Coordenadoria de Aposentados. Desde então, a Coordenadoria passou a ter um membro de cada associação filiada à AMB.

ASCOM / AMB



11/05/2015

Em reunião com os aposentados, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, anunciou o lançamento da campanha em prol da paridade. A proposta foi levada ao Conselho de Representantes e aprovada. Foram criadas as subcoordenadorias: Legislativa, de Acompanhamento Processual, de Comunicação, Cultural e Esportiva, e o cargo de secretário-geral da Coordenadoria dos Aposentados.

Foi deliberado ainda que a AMB deverá atuar contra a PEC 106/2011, que cria a função do "magistrado sênior" no Poder Judiciário, por ser contrária à prestação de serviços sem remuneração, sendo favoráveis, apenas, à participação dos aposentados em atos de mediação e conciliação.

ASCOM / AMB



12/05/2015

Durante a 7ª Reunião do Conselho de Representantes, em Brasília, ficou definida a formação de um grupo de luta pela paridade dos vencimentos entre ativos e inativos.



13/05/2015

Uma comissão composta por magistrados ativos e inativos esteve no CNJ para tratar de temas relacionados à valorização dos aposentados. Os magistrados foram recebidos pelos conselheiros Rubens Curado, Gilberto Martins e Gisela Gondim.

Em campanha pela paridade entre ativos e inativos, a AMB e um grupo de magistrados estaduais, federais e trabalhistas estiveram em audiência com o presidente do STF e CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, para tratar da questão. Eles pediram apoio ao pleito da valorização da carreira.



21/05/2015

Representantes da AMB, Ajufe e Anamatra reuniram-se com o deputado Lincoln Portela (MG) para tratar da PEC 106/2011, que cria a função de “magistrado sênior” no Poder Judiciário. As entidades são contrárias à proposta nos termos apresentados, por violar os princípios do juiz natural e da isonomia, e também por não prever nenhum tipo de remuneração pelo trabalho a ser desenvolvido pelo chamado magistrado sênior.



09/07/2015

Diversas entidades, entre elas a AMB, decidiram unir esforços em prol da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006 pelo Congresso Nacional, que extingue, gradativamente, a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e de pensionistas.

24/07/2015

Dando continuidade à luta pela aprovação da PEC 555/2006, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, encaminhou ofício aos presidentes das associações regionais e representantes dos aposentados dando ciência da nota conjunta assinada por diversas entidades em prol da proposta que isenta a contribuição previdenciária dos aposentados.



10/08/2015

A Coordenadoria dos Aposentados reuniu-se em Brasília para tratar da atuação da entidade em projetos considerados prioritários para o segundo semestre. Entre os temas tratados, a proposta do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), em tramitação no Senado. Foi informado pelo presidente

que, conforme deliberação anterior, a AMB protocolou no STF, junto ao relator da ação relativa ao auxílio-moradia, ministro Luiz Fux, acompanhado do parecer do jurista André Tavares, pedido de extensão do benefício aos aposentados.



02/09/2015

A luta pela aprovação da PEC 555/2006 ganhou mais força. Reunidos na sede da Anfip, em Brasília, representantes de diversas entidades, incluindo a AMB, definiram um calendário de ações para fazer com que os parlamentares coloquem o projeto em votação. As entidades planejam uma grande mobilização no Congresso Nacional prevista para novembro.



11/09/2015

Em reunião com lideranças da magistratura de Santa Catarina e aposentados, na sede da Amatra 12, em Florianópolis, a AMB trata de paridade entre ativos e inativos, do resgate do ATS e da PEC 555/2006.



16/09/2015

Durante o 5º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados, promovido pela Anamatra, a AMB foi representada pelo integrante Coordenadoria dos Aposentados da entidade Antônio Carlos Chedid, que tratou de assuntos relacionados aos interesses da magistratura, como a paridade, ATS e a nova Loman. A luta da AMB pelas questões relacionadas aos aposentados foi destaque.



17/09/2015

A Comissão pela Paridade da AMB se reuniu pela primeira vez e tratou de temas como a mobilização nacional em torno da PEC 555/2006, a paridade entre ativos e inativos e o aprimoramento dos canais de comunicação da AMB para atender aos aposentados e pensionistas associados. A paridade é uma das principais bandeiras da AMB, tanto que a entidade criou uma comissão específica para tratar do tema, que é composta por ativos e aposentados.



28/10/2015

Durante encontro da Coordenadoria da Justiça Estadual, em Rio Quente (GO), os participantes discutiram diversos assuntos relacionados aos interesses dos juízes, entre eles a PEC 26/2011, que altera o artigo 93 da Constituição

Federal com a finalidade de permitir que a folha dos magistrados aposentados continue a ser paga pelos próprios tribunais de Justiça, garantindo a integralidade e a paridade entre ativos e inativos.



29/10/2015

No XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, João Ricardo Costa agradeceu o empenho de todos os envolvidos na organização do evento e fez um resgate do trabalho desenvolvido pela diretoria, destacando a importância de manter o compromisso com os associados, em relação, também, à política remuneratória que atende a paridade. Ele destacou que não se pode aceitar que os

juízes da ativa sejam diferenciados dos aposentados e pensionistas. O presidente do STF e do CNJ, Ricardo Lewandowski, fez a abertura do evento.



05/11/2015

O presidente da Amapi, Leonardo Trigueiro, representou a AMB na reunião da Comissão de Estudos Previdenciários, onde foram tratadas questões de interesse dos magistrados, entre elas a PEC 26/2011, que estabelece a paridade e a integralidade entre a remuneração de ativos e inativos. O grupo também discutiu sobre a PEC 56/2014, que

trata da aposentadoria por invalidez, deliberando que as entidades passariam a atuar no Senado em prol da aprovação. Trigueiro é integrante da Comissão Legislativa da AMB.



10/11/2015

Durante a 5ª Reunião da Coordenadoria dos Aposentados foi reforçado o propósito da AMB de intensificar a luta e a força política dos associados aposentados, apesar da crise política e econômica que o País atravessa. A reunião contou com aposentados associados, onde um dos temas tratados foi a comunicação com os 3,3 mil filiados. Foi decidido criar um boletim específico para os associados aposentados, no qual eles pudessem ter participação e colaboração mais ampla.

comunicação com os 3,3 mil filiados. Foi decidido criar um boletim específico para os associados aposentados, no qual eles pudessem ter participação e colaboração mais ampla.



11/11/2015

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (CTASP) aprovou o substitutivo do PL 3123/2015, retirando do teto dos servidores públicos as verbas indenizatórias. A decisão é resultado de uma intensa mobilização da AMB, de presidentes de associações regionais filiadas e dos

associados aposentados, juntamente com representantes das demais entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura (Frentas), que acompanharam toda a votação na CTASP.

11/11/2015

João Ricardo Costa encontrou-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e a senadora Ana Amélia (PP/RS), para tratar da PEC 63/2013, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e beneficia tanto ativos quanto inativos na magistratura. O presidente também reafirmou que a entidade está empenhada em propor alternativas para a melhoria da Justiça, como o fim da judicialização das execuções fiscais.



Fotos: ASCOM / AMB

Magistrados participaram de mobilização na Câmara e no Senado para defender projetos de interesse da categoria, como a PEC 555/2006, que isenta os aposentados da contribuição previdenciária; a PEC 63/2013, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), e o PL 3123/2015, que limita o teto do subsídio.



23/11/2015

Os principais assuntos de interesse da magistratura nordestina e brasileira foram discutidos durante a Reunião dos Presidentes das Associações de Magistrados dos Estados do Nordeste. O encontro pautou também os aposentados, que enfrentam dificuldades de recebimento de vencimentos em diversos Estados. Buscando soluções para o problema e defendendo a paridade entre ativos e inativos como quesito de



valorização da carreira, os presidentes pleitearam que a folha de pagamento seja administrada pelos tribunais. Além disso, elencaram entre as prioridades a luta pela aprovação da PEC 26/2011, que estabelece a integralidade de benefícios previdenciários a aposentados e pensionistas da magistratura.

30/11/2015

Associados aposentados da Amatra IV reuniram-se para seu tradicional almoço de fim de ano, em Porto Alegre. A vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da AMB, Maria Madalena Telesca, representou a entidade na ocasião, onde foi discutido ainda as ações desenvolvidas ao longo do ano referentes aos aposentados.



03/12/2015

Os integrantes da comissão formada pela frente de mais de 30 entidades empenhadas em aprovar a PEC 555/2006, que acaba com a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, reuniram-se para avaliar a conjuntura política e estabelecer as estratégias de ação para que seja votada a proposta pela Câmara dos Deputados.



04/12/2015

A AMB e a Anamatra entraram com uma ADI no STF, com pedido de medida cautelar contra o inciso II, artigo 2º, da Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015. A providência foi uma decisão do Conselho de Representantes da AMB. A Lei Complementar 152, que estabelece a aposentadoria compulsória de servidores públicos aos 75 anos, havia sido vetada pela presidente Dilma Rousseff, mas a decisão foi derrubada pelo Congresso, restabelecendo a idade prevista no projeto do senador José Serra (PSDB-SP). O ponto questionado pelas entidades refere-se à aposentadoria compulsória dos membros do Poder Judiciário.

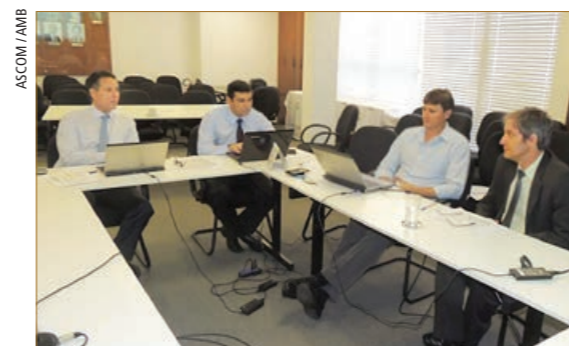
Dezembro/2015

A AMB publicou a primeira edição do Boletim dos Aposentados, destacando a atuação cada vez maior dos eméritos nas ações da entidade. O informativo inédito trouxe uma retrospectiva da participação dos aposentados na associação no ano de 2015.



02/02/2016

Integrantes da Comissão Legislativa da AMB reuniram-se para definir as estratégias de atuação no Congresso em 2016 e as pautas prioritárias a serem trabalhadas. No Senado, as prioridades serão a PEC 63/2013, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço; a PEC 26/2011, que estabelece a paridade com os aposentados, e a PEC 62/2015, que acaba com a automaticidade do subsídio.





16/02/2016

Os representantes das mais de 30 entidades que integram o Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – aprovaram o início de uma campanha publicitária pela aprovação da PEC 555/2006. As entidades avaliaram como delicado o atual momento político do Brasil, mas concordaram em manter contato permanente com os senadores e deputados, especialmente os que entraram na última legislatura.



19/02/2016

O assessor da presidência da AMB José Carlos Kulzer, o diretor-adjunto da Secretaria de Previdência, Cláudio Luís Martinewski, e o subcoordenador de Acompanhamento Processual da Coordenadoria dos Aposentados, Antônio Facioli Chedid, se reuniram para tratar de assuntos como a PEC 26/2011, que altera o artigo 93 da Constituição Federal, para impor alterações no regramento da aposentadoria dos membros do Poder Judiciário e resgata a paridade e integralidade das aposentadorias e pensões dos magistrados.



24/02/2016

O Projeto de Lei 3123/2015, que regula a aplicação do teto remuneratório do serviço público, teve sua votação adiada. Após conversas com líderes e deputados durante toda a manhã, a AMB e a Frente conseguiram retirar a urgência constitucional do projeto. Em retrospectiva das ações da AMB e entidades contra a aprovação do PL 3123, os aposentados estão em destaque. No dia anterior, um grupo marcou presença no Congresso.



29/02/2016

A 6ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados contou com participação massiva dos magistrados ativos e inativos associados à AMB. A diretoria da entidade passou informações completas sobre as mobilizações em prol da valorização da carreira, além de ouvir sugestões para os trabalhos futuros. O esforço da entidade durante o ano de 2015 em torno da PEC 63/2013 foi lembrado. A estratégia de trabalho conjunto entre magistrados ativos e inativos, presidentes de tribunais de Justiça e associações filiadas foi reforçada. Os magistrados ainda trataram da PEC 26/201 e da PEC 555/2006.

Fevereiro/2016

A edição nº 02 do Boletim de Aposentados da AMB abordou a mobilização da categoria em relação à PEC 555 e a 6ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados.

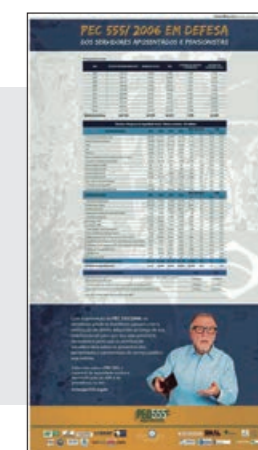


04/03/2016

Durante encontro com magistrados sul-mato-grossenses, em Campo Grande, João Ricardo Costa fez uma análise das tratativas da entidade no Congresso e recebeu elogios sobre a atenção dada pela AMB aos aposentados.

09/03/2016

Como parte das estratégias traçadas pela AMB e mais de 30 entidades de servidores, foi publicado no jornal Correio Braziliense um anúncio em favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006. Essa PEC visa acabar com a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas.



29/04/2016

Está em vias de ser aprovada em sessão administrativa do Supremo Tribunal Federal (STF) a proposta de alteração da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). O texto do anteprojeto de lei complementar tem sido debatido em diversas sessões da Corte e os ministros têm votado as mudanças em bloco de artigos. A paridade entre ativos e inativos é um dos 10 pontos considerados fundamentais pela comissão da Loman na AMB.



Abril/2016

A AMB lançou a terceira edição do Boletim de Aposentados. O destaque foi a deliberação da 7ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados, que custeará a vinda de três magistrados por semana a Brasília para auxiliar nos trabalhos legislativos.



09/05/2016

A 7ª reunião da Coordenadoria de Aposentados da AMB teve grande participação dos associados à entidade. João Ricardo Costa destacou a importância da presença dos aposentados em Brasília. A pauta legislativa também foi abordada. Ficou definido que os

esforços da Coordenadoria serão direcionados prioritariamente ao Projeto de Lei (PL) 2646/2015, que trata da recomposição do subsídio, e à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, sobre o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), e que será elaborada escala pela AMB para que pelo menos três representantes dos aposentados estejam em Brasília a cada semana para acompanhar a agenda legislativa, observada a pauta do Congresso Nacional.



17/05/2016

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas) fez sua primeira reunião desde que a AMB assumiu a coordenação da entidade. Em pauta, as estratégias de trabalho neste novo momento político. Entre elas, o Adicional por Tempo de

Serviço (ATS), a recomposição do subsídio, a paridade, o PL 3123/2015 – que limita o teto do funcionalismo público, entre outros temas prioritários.



1º/06/2016

A Câmara dos Deputados aprovou reajuste do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os Índices foram fixados em 8,74% a partir de junho, e mais 7,02% a partir de janeiro de 2017. A conquista foi fruto de um intenso trabalho da AMB, das associações filiadas, juntamente com as demais entidades que compõem a Frentas, e magistrados aposentados, que fortaleceram a luta em defesa da recomposição.



29/06/2016

Por falta de quórum, a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2016, que trata da recomposição do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), foi adiada no Senado. O projeto estava pautado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Acompanhado por dirigentes da AMB, o presidente da entidade, João Ricardo Costa, chegou antes do início da sessão para conversar com parlamentares.

29/07/2016

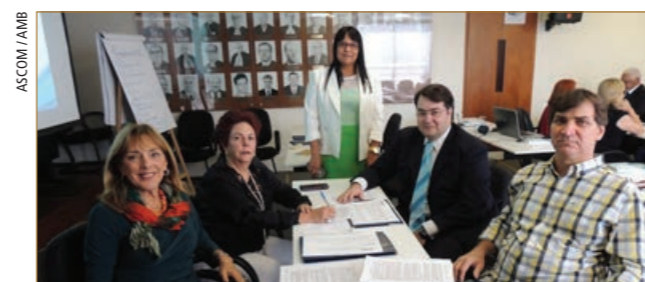
A AMB, a Anamatra e a Ajufe ingressaram com ADPF 418 no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos (inciso IV, do art. 127 e art. 134), que autorizam a cassação da aposentadoria, como consequência da decisão que decreta a perda do cargo. As entidades pedem que seja deferido pedido de liminar para suspender a eficácia dos artigos questionados.



08/08/2016

Na 8ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB, o presidente da entidade, João Ricardo Costa, elogiou a participação dos aposentados nas reuniões e na agenda legislativa da AMB. Durante o encontro, o advogado da AMB Alberto Pavie falou sobre a proposta dos aposentados para ajuizamento de um mandado de

injunção coletivo perante o Supremo Tribunal Federal (STF) para que o subsídio dos ministros daquela Corte seja reajustado. De acordo com Pavie, a proposta dos aposentados é viável e já existem dois mandados de igual teor ajuizados no STF, aguardando julgamento.



15/08/2016

Cada caso concreto que chega aos tribunais de conciliação e mediação exige uma técnica diferenciada para ajudar as partes a solucionar o conflito. E a melhor metodologia só pode ser identificada pelo mediador do conflito durante o trabalho, na comunicação direta com os envolvidos. Para ensinar e treinar sobre

as técnicas possíveis, a Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, promoveu de 15 a 19 de agosto o Curso Básico de Mediação para Magistrados Aposentados.



23/08/2016

Representantes da AMB tiveram mais um dia de articulações no Senado em prol do pedido de urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2016. O coordenador da Comissão Legislativa da AMB e presidente da Amatra 12 (SC), José Carlos Kulzer, além dos magistrados aposentados se reuniram com os senadores Dário Berger (PMDB-SC) e Dalirio Beber (PSDB-SC).



08/09/2016

Em mais um dia de trabalho no Legislativo, dirigentes da AMB, representantes das associações regionais e magistrados aposentados estiveram no Senado Federal em defesa da aprovação do pedido de urgência para votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2016, que reajusta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Lideranças da Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público (Frentas) também estiveram presentes.



17/09/2016

Promovido AMB e pela Ajuris, o XI Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura foi realizado entre os dias 12 e 17 de setembro em Bento Gonçalves (RS). O encontro contou com a presença dos presidentes da AMB, João Ricardo Costa, de outras associações e também de magistrados aposentados e da ativa. Na oportunidade, foi lida a Carta das Pensionistas com as reivindicações do encontro.



Setembro/2016

A quarta edição do Boletim de Aposentados da AMB foi publicada. O destaque ficou por conta da retrospectiva com a atuação da atual gestão em defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas.

ATS – Adicional por Tempo de Serviço



22/01/2014

A AMB, Anamatra e Ajufe definiram estratégias comuns e um calendário de atuação em relação ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS).



29/01/2014

O ATS foi pauta de reunião do presidente da AMB, João Ricardo Costa, e do diretor-tesoureiro da entidade, Emanuel Bomfim, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.



05/02/2014

Em reuniões dos Conselhos Executivo e de Representantes da AMB, em Porto Alegre, ficou definido que o restabelecimento do ATS será uma das prioridades da gestão de João Ricardo Costa.



11/02/2014

Em reunião-almoço em Brasília, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, conversou com lideranças da magistratura nacional para alinhar o discurso em defesa do ATS no Congresso Nacional.



12/02/2014

A AMB, Anamatra e Ajufe apresentaram substitutivo que contempla os aposentados e pensionistas com os mesmos direitos dos magistrados da ativa ao senador Blairo Maggi (PR/MT), relator da PEC 63/2013.



17/02/2014

Em reunião com o conselheiro Flavio Sirangelo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente da AMB, João Ricardo Costa, solicitou que o órgão pautasse e votasse a nota técnica de apoio ao retorno do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

11/03/2014

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, juntamente com os integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), reuniu-se com o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) para tratar da votação da PEC 63/2013.

26/03/2014

Depois de o senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) apresentar relatório favorável à aprovação do ATS, João Ricardo Costa e representantes da magistratura reuniram-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), para pedir prioridade à PEC 63.

11/04/2014

A Mesa Diretora do Senado rejeitou os requerimentos que propunham o apensamento da PEC 63/2013 e que prejudicariam sua tramitação. A inclusão dos juízes que já estão aposentados na PEC foi uma vitória significativa da gestão de João Ricardo Costa.

22/04/2014

Em sessão ordinária, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nota técnica manifestando apoio à aprovação do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para a magistratura e para o Ministério Público. Uma conquista importante na luta que tem sido travada pela AMB e que dá força à PEC 63/2013, em tramitação no Senado.



13/05/2015

O presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, recebeu o presidente da AMB, João Ricardo Costa, e magistrados estaduais, federais e trabalhistas, que pediram apoio ao pleito de valorização da carreira. João Ricardo explicou ao ministro que a AMB está comprometida com a causa dos magistrados aposentados e com a questão da paridade entre ativos e inativos.

10/06/2015

O vice-presidente Institucional da AMB, Sérgio Junkes, e o presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), Giordane Dourado, conversaram com o vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), e com os senadores Gladson Cameli (PP-AC) e Sérgio Petecão (PSD-AC) sobre a tramitação do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

22/06/2015

Dando continuidade às tratativas no Senado para a retomada da PEC 63/2013, o vice-presidente Institucional da AMB, Sérgio Junkes, reuniu-se com o senador Blairo Maggi (PR/MT), acompanhado pelo presidente da Associação Mato-Grossense de Magistrados (Amam), José Arimatea Neves Costa, e do vice-presidente da instituição, desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho. Maggi, que foi o primeiro relator da PEC no Senado, reafirmou seu apoio à proposta que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

ASCOM / AMB

**15/07/2015**

João Ricardo Costa reuniu-se com magistrados cearenses para falar das atividades desenvolvidas em prol da valorização da magistratura. O Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a Loman, as eleições diretas dos tribunais foram alguns dos assuntos discutidos.

ASCOM / AMB

**27/07/2015**

Durante assembleia extraordinária da Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), João Ricardo Costa falou sobre os encontros que teve no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). Foi abordada a luta pela implementação do ATS, para busca da valorização da função, inclusive para integrar os proventos; a apreciação da questão do auxílio-moradia no STF, para que o ATS absorva o valor do auxílio-moradia, gradativa e proporcionalmente ao tempo de serviço, entre outros temas.

ASCOM / AMB

**28/07/2015**

Em conversa com o governador do Acre, Tião Viana, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, discutiu assuntos da magistratura acreana e nacional. Logo depois, João Ricardo reuniu-se com um grupo de magistrados e falou sobre os projetos de interesse da magistratura que tramitam no Congresso como Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a PEC da Bengala, as Eleições Diretas e a recomposição do subsídio.

ASCOM / AMB

**04/08/2015**

Durante reunião com a diretora do Departamento de Pensionistas da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Elizabeth Gomes de Mattos, o presidente João Ricardo Costa lembrou que a luta pelo Adicional por Tempo de Serviço (ATS), que tramita no Senado, é prioridade, pois vai resgatar a carreira da magistratura e garantir a paridade entre ativos, inativos e, no que couber, aos pensionistas.

23/10/2015

No 105º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, falou das propostas que tramitam no Congresso, como o projeto de lei 3123/2015, que disciplina para todos os servidores públicos, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal; a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/2015, que veda a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos; e a PEC 63/2013, que se refere ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

ASCOM / AMB

**28/10/2015**

Na 12ª reunião do Conselho Executivo, João Ricardo Costa falou sobre o lançamento do Placar da Justiça e tratou de assuntos de interesse da magistratura nacional. As PECs 63/2013, que trata do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), e 187/2012, que prevê eleições diretas para os dirigentes dos tribunais de Justiça de todo o Brasil, aprovada no dia 22 de outubro na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, foram assuntos tratados na reunião.

ASCOM / AMB



ASCOM / AMB

**05/11/2015**

O Presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve em audiência com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, na sede da entidade, para tratar de temas importantes para a magistratura, como o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Os magistrados ainda discutiram uma agenda positiva para o Judiciário e o País.

ASCOM / AMB

**11/11/2015**

Durante reunião com as associações integrantes das Frentas para discutir a recente edição da Medida Provisória 711/2016, João Ricardo Costa avaliou que a edição da MP é resultado da mobilização das entidades nacionais da magistratura e do Ministério Público. O presidente da AMB ponderou, ainda, a importância de que sejam retomadas as discussões no Congresso Nacional sobre o ATS, também chamado de Valorização do Tempo de Magistratura (VTM). Sobre a questão, já foram empreendidos, no final de 2015, diálogos com algumas importantes lideranças do Senado.

ASCOM / AMB



14/01/2016

Presidentes da AMB, Anamatra e Ajufe reuniram-se com presidente do STF, Ricardo Lewandowski, para tratar da recente alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em relação ao pagamento de verbas aos servidores do Judiciário e do Ministério Público. As iniciativas e negociações em relação ao ATS serão retomadas em fevereiro, na volta do recesso parlamentar.

19/01/2016

Foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória 711 para permitir o crédito extraordinário de R\$ 419 milhões em favor de diversos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União. Entre os contemplados estão os tribunais trabalhistas e federais, que terão dotação orçamentária para o pagamento do auxílio-moradia. Para João Ricardo Costa, a publicação da MP não anula a necessidade da luta pelo Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

ASCOM / AMB



02/02/2016

Integrantes da Comissão Legislativa da AMB reuniram-se para definir as estratégias de atuação no Congresso em 2016 e as pautas prioritárias a serem trabalhadas. No Senado, as prioridades serão a PEC 63/2013, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS); a PEC 26/2011, que estabelece a paridade com os aposentados, e a PEC 62/2015, que acaba com a automaticidade do subsídio.

ASCOM / AMB



25/02/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve em Recife para participar do Seminário Internacional sobre a Corrupção e Estado de Direito, e foi recebido pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Leopoldo Raposo. Durante o encontro, João Ricardo, acompanhado de magistrados, conversou com o desembargador sobre pautas importantes, entre elas o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e o Projeto de Lei (PL) 3123/2015.



29/02/2016

Na 6ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados, João Ricardo Costa recebeu os colegas e os atualizou sobre as pautas defendidas pela AMB. Ele lembrou que a PEC 63/2013 precisa ser aprovada

pelo plenário do Senado e é preciso atuar com consistência. João Ricardo ainda fez uma retrospectiva do esforço da entidade durante o ano de 2015 em torno do ATS, junto aos presidentes do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

O presidente da AMB pediu apoio das associações filiadas durante reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual, no sentido de intensificarem a mobilização no Congresso sobre as questões legislativas que afetam a magistratura, como o projeto de lei que limita o teto remuneratório e o Adicional por Tempo de Serviço (ATS).



Fotos: ASCOM / AMB

1º/03/2016

Durante a décima edição da reunião do Conselho de Representantes, o assunto mais urgente para os magistrados foi o PL 3123/2015, que trata do limite do teto do funcionalismo. Sobre PEC 63/2013, que estabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a estratégia da AMB é conversar com os senadores, de modo a garantir 49 votos favoráveis no plenário.



Fotos: ASCOM / AMB

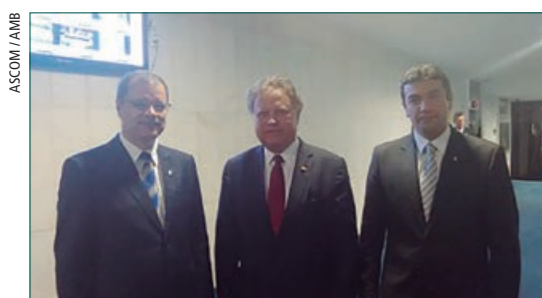


Dando continuidade à estratégia de dialogar com os senadores sobre a PEC 63/2013, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, conseguiu apoio do senador Eunício Oliveira no substitutivo para converter o auxílio-moradia em ATS. A PEC 63 aguarda inclusão na ordem do dia.



02/03/2016

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu representantes da AMB, Anamatra, Ajufe, Colégio de Presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecior). Na pauta, a tramitação da PEC 63/2013, que institui o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para a magistratura e Ministério Público.



09/03/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, conversou com o senador Blairo Maggi sobre a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que institui o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) na magistratura e no Ministério Público. O parlamentar, que foi o relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, reiterou seu apoio à PEC.



29/03/2016

Durante a 11ª reunião extraordinária do Conselho de Representantes, João Ricardo Costa falou sobre o momento conturbado pelo qual passa o Brasil e a atuação dos juízes neste cenário. O andamento do Projeto de Lei (PL) 3123/2015, que trata do limite do teto do funcionalismo, e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, sobre o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), também foram discutidos.



06/04/2016

O senador Blairo Maggi recebeu o presidente da AMB e líderes de entidades de classe da magistratura que foram tratar sobre a PEC que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e beneficia tanto ativos quanto inativos na magistratura. Maggi mostrou apoio à solicitação das entidades.



03/05/2016

Magistrados de todo o Brasil participaram da 1ª Reunião Preparatória ao 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Na abertura, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowski, afirmou que a segurança dos magistrados é prioridade do CNJ, além de pautas como o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a nova Loman.



04/05/2016

Em reunião na sede da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a AMB foi eleita para coordenar a Frentas pelos próximos seis meses. João Ricardo Costa reforçou o compromisso de manter a união das associações em prol dos objetivos comuns. Na ocasião, também foram discutidas pautas como o PL 3123/2015, que limita o teto do funcionalismo público, e a PEC 63/2013, que trata do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).



09/05/2016

Durante a 7ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB ficou definido que os esforços serão direcionados prioritariamente ao Projeto de Lei (PL) 2646/2015, que trata da recomposição do subsídio e tramita na Câmara dos Deputados, e à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, sobre o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), que tramita no Senado.



10/05/2016

A 11ª reunião do Conselho de Representantes destacou as ações da AMB no Congresso Nacional e pela valorização do primeiro grau. O presidente João Ricardo Costa fez um relato sobre o andamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e da recente vitória na Câmara com a aprovação do regime de urgência do PL 2646/2015, que trata da recomposição do subsídio.



17/05/2016

A Frentas fez sua primeira reunião desde que a AMB assumiu a coordenação do grupo. Em pauta, as estratégias de trabalho neste novo momento político. Os representantes das associações falaram sobre o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a recomposição do subsídio, a paridade, o PL que limita o teto do funcionalismo público, entre outros temas prioritários.



18/05/2016

Como coordenador da Frentas, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, solicitou a audiência com o presidente do STF para que as entidades pudessem reforçar o pedido de apoio na aprovação do Projeto de Lei 2646/2015 e da Proposta de Emenda à Constituição 63/2013. O ministro Ricardo Lewandowski confirmou a importância das demandas defendidas pela Frente Associativa e reiterou seu apoio.

15/06/2016

Durante reunião da Comissão de Assuntos Previdenciários (CAP) da Anamatra foram discutidos assuntos de interesse tanto para os magistrados aposentados, quanto para os juízes na ativa. Entre os temas foram tratados: as ações originárias que já estão tramitando no STF (AO n. 1792); o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e os seus impactos previdenciários em relação aos juízes do Trabalho que já não têm integralidade.

1º/09/2016

Em visita a Belém, no Pará, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, reuniu-se com o vice-presidente do TJPA, desembargador Ricardo Ferreira Nunes, e com magistrados aposentados, na companhia do vice-presidente de Assuntos Ambientais da entidade, Adriano Seduvim. Durante o encontro, os magistrados discutiram a PEC 63 e o empenho da entidade pela paridade dos aposentados.

13/09/2016

Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público (Frentas) estiveram em audiência no Senado com o presidente Renan Calheiros. Os magistrados conversaram com o senador sobre a insatisfação da categoria em razão da não votação do projeto que reajusta o subsídio dos ministros do Supremo, e lembraram que na Casa também está pendente a votação da PEC 63/2013, que institui o Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Eleições Diretas



17/02/2014

Conselhos deliberativos da AMB decidiram concentrar esforços na campanha pelas eleições diretas.

17/02/2014

AMB publicou hot-site da campanha em favor das eleições diretas



25/03/2014



Os presidentes da AMB, João Ricardo Costa, e da Amatra VIII, Claudine Teixeira Rodrigues, respectivamente, assinaram requerimento solicitando modificação no regimento interno do TRT da 8ª Região a fim de permitir a participação de todos os juízes na escolha dos dirigentes da Corte.

31/03/2014

Associações regionais de magistrados se engajaram na campanha da AMB pelas eleições diretas

Acre

Integrantes da Associação dos Magistrados do Estado protocolaram requerimento no Tribunal de Justiça na qual formalizaram pedido de alteração do regimento Interno da Corte.

Alagoas

A presidente da Almagis, Fátima Pirauá, protocolou requerimento no TJAL em favor das eleições diretas.

Bahia

A presidente da Amab, Marielza Brandão, protocolou requerimento no tribunal do estado pedindo a alteração no regimento interno da Corte.

Ceará

Acompanhado de 70 juízes, o presidente da ACM, Antônio Araújo, também pediu ao TJCE que modifique a forma de escolha dos dirigentes da Corte.

Distrito Federal

Acompanhando o movimento pelas eleições diretas nos tribunais de todo o País, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve no gabinete do então presidente do TJDF, Dácio Vieira, e entregou o documento que pede a inclusão de todos os magistrados no processo de escolha do tribunal.

Espírito Santo

O então presidente da Amages, Sérgio de Souza, entregou requerimento no tribunal do Estado.

Goiás

Cinquenta magistrados se juntaram e foram até o tribunal do Estado para entregar o requerimento que pede mudanças no regimento e, conseqüentemente, eleições diretas no Judiciário local.

Maranhão

Liderado pelo presidente da Amma e coordenador da Campanha pelas Diretas Já nos Tribunais, Gervásio Santos, um grupo de juízes seguiu a pé até o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e protocolou o documento.

Mato Grosso

A Amam também aderiu à campanha e protocolou o requerimento.

Mato Grosso do Sul

A Amamsul reforçou no Estado a luta pelas eleições diretas e também oficializou o pedido de mudança de regimento no tribunal.

Minas Gerais

Em Belo Horizonte, a Amagis protocolou o documento.

Rio Grande do Norte

“O momento é de esperança”. Com essas palavras, a então presidente da Amarn, Hadja Alencar, pediu a alteração do regimento interno do tribunal do Estado.

Rio Grande do Sul

O presidente da Ajuris, Eugênio Terra, e o então presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, protocolaram o documento no tribunal do Estado.

Rondônia

Juízes do Estado entregaram o documento no tribunal para pedir eleições diretas.

Roraima

O requerimento também foi entregue ao tribunal do Estado.

Santa Catarina

Representantes da AMC e da Amatra XII entregaram no TJSC requerimento solicitando a mudança do regimento interno da Corte.

São Paulo

O pleito também foi levado ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Sergipe

A Amase protocolou o requerimento no tribunal do Estado.

Tocantins

O requerimento foi entregue pela Asmeto.



24/04/2014

Requerimento foi colocado em votação no Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), mas o julgamento é suspenso por um pedido de vista.

15/09/2014

Duas mobilizações pelas eleições diretas ocorreram no mesmo dia: no Paraná e na Bahia.

15/10/2014

O TRT da 17ª Região (ES) aprovou o pedido apresentado pela Amatra 17, afiliada à AMB e à Anamatra, para implantar eleições diretas para os cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal.

04/12/2014

O TRT da 1ª Região aprovou as eleições diretas para presidente e vice-presidente da Corte.

25/03/2015

Magistrados do DF e do País se uniram para conquistar o direito de escolher os dirigentes dos tribunais de Justiça.

25/05/2015

O TJPB acolheu requerimento da AMPB para avaliar a possibilidade de alterar o regimento interno da Corte.

17/06/2015

A magistratura de Roraima registrou um dia histórico com a aprovação das eleições diretas para os dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado.



25/06/2015

Em encontro com o presidente da AMB, João Ricardo Costa, o deputado federal Paulo Freire (PR/SP) garantiu apoio à PEC 187/2012.

ASCOM / AMB

1º/07/2015

Após luta intensa da AMB e das entidades filiadas, a Câmara dos Deputados instalou a comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 187/2012, das eleições diretas nos tribunais de Justiça.



ASCOM / AMB



13/07/2015

Após encontro com o presidente da AMB, João Ricardo Costa, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, disse que debate sobre a democratização na Corte vai ser ampliado por meio de audiências públicas.

ASCOM / AMB



19/08/2015

Em mais uma vitória importante e histórica para a magistratura, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou a PEC 15/2012, que permite as eleições diretas nos tribunais brasileiros.

15/09/2015

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), de São Paulo, decidiu alterar seu regimento e ampliar o rol de desembargadores elegíveis para os cargos de direção da Corte.

ASCOM / AMB



08/10/2015

Em reunião na AMB, o deputado federal João Campos (PSDB-GO) disse que pretende entregar no dia 13 de outubro o relatório sobre a PEC 187/2012, em análise na comissão especial criada no dia 1º de julho deste ano. A PEC democratiza o Poder Judiciário ao permitir que os tribunais promovam eleições diretas para seus cargos diretivos. A reunião contou também com a presença do presidente da Comissão Especial da PEC 187, deputado Lincoln Portela (PR-MG). Os parlamentares foram recebidos na sede da associação, em Brasília, pelo presidente interino da AMB, Wilson Dias.

Os parlamentares foram recebidos na sede da associação, em Brasília, pelo presidente interino da AMB, Wilson Dias.

ASCOM / AMB



22/10/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, o assessor da presidência José Carlos Kulzer, o presidente da Associação dos Magistrados Piauienses (Amapi), Leonardo Trigueiro, além de representantes da Anamatra e Ajufe, reuniram-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Na pauta, a aprovação na comissão especial da PEC 187/2012, que prevê eleições diretas para os dirigentes dos tribunais de Justiça de todo o Brasil. Além de agradecer o apoio na instalação da Comissão Especial, João Ricardo pediu celeridade na tramitação da proposta.

ASCOM / AMB



No mesmo dia, dirigentes da AMB, Anamatra e Ajufe reuniram-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Na pauta, a aprovação na comissão especial da PEC 187/2012, que prevê eleições diretas para os dirigentes dos tribunais de Justiça de todo o Brasil. Além de agradecer o apoio na instalação da Comissão Especial, João Ricardo pediu celeridade na tramitação da proposta.

ASCOM / AMB



06/11/2015

Mais um tribunal trabalhista aderiu à democratização no processo de escolha dos seus dirigentes. Em uma decisão histórica, os desembargadores do TRT da 16ª Região (MA) aprovaram, por unanimidade, a eleição direta para os cargos de presidente, vice-presidente, corregedor, ouvidor e diretor da Escola Judicial, durante sessão plenária realizada pelo Tribunal Pleno, em São Luís.

ASCOM / AMB



17/11/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e o presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), Sebastião Coelho, reuniram-se com o presidente do TJDFT, Getúlio Moraes, para tratar do requerimento de ambas as entidades para instituir as eleições diretas no tribunal. O pedido será analisado pelos desembargadores no próximo dia 27, como parte do movimento "Diretas Já", encabeçado pela AMB.

ASCOM / TJRJ



23/11/2015

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) não aprovou a proposta das Eleições Diretas. Em sessão realizada, 53 desembargadores votaram a favor do juiz de primeiro grau participar das eleições para a mesa diretora do tribunal, enquanto 85 votaram pela manutenção de exclusividade dos magistrados de segundo grau.



27/11/2015

O Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) decidiu, ao interpretar os termos do art. 96, I da Constituição Federal, que somente os magistrados integrantes da segunda instância são considerados membros do Tribunal e, portanto, somente estes têm direito a voto para eleição do presidente.

02/12/2015

Em sessão administrativa, ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram que os juízes de primeiro grau possam escolher seus indicados para os cargos diretivos dos tribunais, em lista triplíce, no texto da proposta de nova Loman. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, acompanhou a sessão.



02/03/2016

A primeira reunião do ano da Frente Parlamentar Mista pelo Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira ocorreu na Câmara dos Deputados e contou com dezenas de representantes de entidades, entre elas a AMB. Na ocasião, João Ricardo Costa a citou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187/2012, que trata das eleições diretas para os cargos diretivos nos tribunais. A PEC 15/2012, que trata igualmente do mesmo tema, mas tramita no Senado Federal, também foi destacada pelo presidente da AMB.



28/06/2016

Uma das pautas prioritárias da AMB no Congresso Nacional, a PEC 187/2012, que prevê eleições diretas nos tribunais brasileiros, foi tema de reunião com o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA). Representantes da magistratura nacional explicaram ao deputado os benefícios que a proposta trará à carreira e à Justiça de uma forma geral, se for aprovada.



27/09/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, fez sustentação oral na sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o pedido de providências (PP) formulado pela associação que defende as eleições diretas nos tribunais de Justiça.

Recomposição do Subsídio



03/03/2015

Em sessão plenária, o CNJ ratificou pedido de liminar da AMB para que os tribunais de Justiça estaduais concedam automaticamente aos magistrados o reajuste concedido pela Lei nº 13.091/2015, que aumentou o subsídio dos ministros do STF em 14,6%.



31/07/2015

AMB protocolou junto ao STF ação conjunta com Anamatra e Ajufe pedindo a atualização do subsídio da magistratura nacional. As associações pediram que sejam consideradas as perdas inflacionárias acumuladas desde a fixação nacional dos subsídios em parcela única, pelo índice IPCA-E/IBGE, já deduzidos os reajustes obtidos pelas leis 12.041/2009, 12.771/2012 e 13.091/2015, que não bastaram para a reposição integral. Para tanto, a remuneração dos ministros do STF deveria ser fixada em R\$ 41.555.

12/08/2015



Em sessão administrativa, o Supremo aprovou a proposta que prevê reajuste de 16,38% no subsídio dos ministros da Corte. Com este aumento, os subsídios dos ministros da Corte passariam, em janeiro de 2016, para R\$ 39.293,38. O índice, de acordo com o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, corresponde a perdas inflacionárias entre os anos de 2009 e 2014, somadas à projeção do IPCA para a inflação deste ano, e um resíduo de 4,6% não contemplado na revisão anterior, em 2009. Para a AMB, o índice anunciado não atinge as expectativas da magistratura. A entidade calcula que a remuneração dos ministros do STF deveria ser fixada em R\$ 41.555.

23/09/2015

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados rejeitou por 10 votos a 3 o parecer do relator do projeto, deputado Benjamin Maranhão (PSD-PB), ao Projeto de Lei (PL) 2646/2015, que prevê reajuste de 16,38% do subsídio dos ministros do STF. Como seu parecer foi rejeitado, foi designado como novo relator o deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que apresentou seu voto na própria sessão, totalmente contrário a qualquer aumento do subsídio.

ASCOM / AMB



07/10/2015

Após intensa mobilização da AMB e demais entidades da magistratura na Câmara, a CTASP derrubou parecer do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) que rejeitava a correção de 16,38% do subsídio dos ministros do Supremo. Na mesma sessão, os parlamentares da comissão aprovaram substitutivo do deputado Laércio Oliveira (Solidariedade-SE) que acata reajuste parcelado em duas vezes.

Luiz Macedo/Agência Câmara



04/05/2016

O plenário da Câmara aprovou o requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei 2646/2015, que prevê a recomposição do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ainda em 2016.

Luiz Macedo/Agência Câmara



18/05/2016

O novo Líder do Governo na Câmara, deputado André Moura (PSC/SE), recebeu o presidente da AMB, João Ricardo Costa, e os juizes Leonardo Trigueiro, do Piauí, e Gustavo Plech, de Sergipe. Na pauta, o PL 2646/2015, que trata da recomposição do subsídio da magistratura e a PEC das eleições diretas nos tribunais.

18/05/2016

Dirigentes de entidades que compõem a Frente reuniram-se com o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski. Como coordenador da Frente, João Ricardo solicitou a audiência com o presidente do STF para que as entidades pudessem reforçar o pedido de apoio na aprovação do Projeto de Lei 2646/2015 e da PEC 63/2013. No mesmo dia, o grupo também foi recebido pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

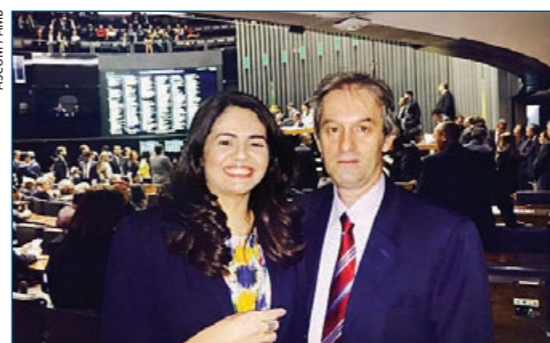
ASCOM / AMB



1º/06/2016

A Câmara dos Deputados aprovou o mérito do Projeto de Lei 2646/2015, que prevê reajuste de 8,74% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal a partir de junho, e mais 7,02% a partir de janeiro de 2017. O PL segue para ser votado pelo Senado e tramitará naquela Casa sob um novo número. Dirigentes da AMB acompanharam até tarde a sessão do plenário da Câmara que aprovou o PL.

ASCOM / AMB



07/06/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve com os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE), Dário Berger (PMDB-SC) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Acompanhado de um grupo de magistrados, ele tratou do projeto de recomposição do subsídio que começará a tramitar na Casa.

ASCOM / AMB



08/06/2016

As entidades que compõem a Frente reuniram-se para tratar do PL do subsídio dos ministros do STF. Representantes da AMB pontuaram que os magistrados da entidade já visitaram vários senadores para pedir celeridade ao projeto na Casa. Ainda na reunião da Frente, foi deliberada uma visita ao presidente do STF para que sejam retomadas as conversas sobre o PL com o Poder Executivo.

ASCOM / AMB



ASCOM / AMB

**14/06/2016**

Lideranças da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas) reuniram-se, na sede da AMB, para discutir ações que garantam a recomposição dos subsídios.

ASCOM / AMB

**15/06/2016**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, representantes de associações regionais e de entidades que compõem a Frentas estiveram no Senado para conversar com parlamentares a respeito da recomposição dos subsídios. Eles se reuniram com os senadores Eunício de Oliveira (PMDB-CE) e José Maranhão (PMDB-PB).

ASCOM / AMB

**21/06/2016**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e presidentes de associações regionais estiveram com o senador José Agripino Maia, vice-líder do DEM. O grupo foi pedir apoio na votação do projeto que trata da recomposição do subsídio.

ASCOM / AMB

**28/06/2016**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, dirigentes da entidade e representantes das associações filiadas estiveram no Senado para conversar com parlamentares sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2016, que dispõe sobre o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

ASCOM / AMB

**29/06/2016**

Por falta de quórum, a votação do PLC 27/2016, que trata do subsídio dos ministros do Supremo, foi adiada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. O presidente da entidade, João Ricardo Costa, chegou antes do início da sessão para conversar com parlamentares e acompanhou os trabalhos da Comissão, juntamente com outros dirigentes da entidade.

ASCOM / AMB

**05/07/2016**

Lideranças da Frentas tiveram um dia de intenso trabalho pela aprovação do PLC 27/2016. Pela manhã, as reuniões foram com os senadores Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB, e Aloysio Nunes Ferreira, Líder do Governo. À tarde, com os senadores Eduardo Amorim (PSC-SE), Ricardo Franco (DEM-SE), Wellington Fagundes (PR-MT), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Elmano Férrer (PTB-PI) e Cidinho Santos (PR-MT). No início da noite o senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, recebeu o grupo.

ASCOM / AMB

**06/07/2016**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e outros representantes da Frentas participaram intensamente das deliberações do Senado sobre o PLC 27/2016. Pela manhã o grupo esteve na reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que ouviu o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, sobre o assunto. Já na parte da tarde, o PLC foi à apreciação dos senadores na CCJ, contudo a votação foi adiada para o dia 13 de julho.

ASCOM / AMB

**13/07/2016**

João Ricardo Costa e dirigentes de associações filiadas, juntamente com representantes da Frentas, lotaram a CCJ do Senado pela continuidade da luta pela votação do PLC 27/2016. A matéria foi retirada de pauta, tendo sua apreciação adiada para agosto. O adiamento gerou no inconformismo por parte da AMB e demais integrantes da Frentas, pois o projeto tramita há um ano no Congresso e os valores orçamentários já constam inclusive na Lei Orçamentária em vigor.



14/07/2016

A Frente, sob a coordenação do presidente da AMB, João Ricardo Costa, reuniu-se em Brasília para debater estratégias para viabilizar a aprovação dos projetos de reajuste do subsídio da magistratura e do Ministério Público. Foi definido que a Frente fará um ato público no dia 8 de agosto, em defesa das prerrogativas da magistratura e do MP.

03/08/2016

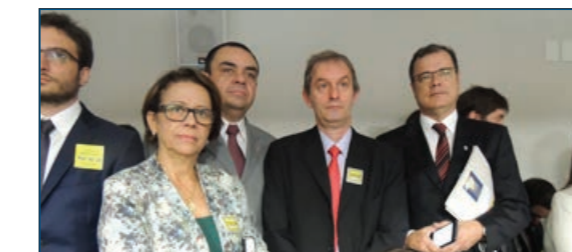
A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o PLC 27/2016, que recompõe parcialmente o subsídio dos ministros do STF. Membro da Comissão Legislativa da AMB e presidente da Amapi, Leonardo Trigueiro, acompanhou os trabalhos.

08/08/2016

Um grande ato contra a corrupção e projetos que querem enfraquecer o trabalho da magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública foi realizado na Câmara. A ação foi organizada pela Frente, coordenada pela AMB, e contou com aproximadamente 500 participantes. A luta pela aprovação dos projetos dos subsídios da magistratura e MP também foi foco do ato.

09/08/2016

A decisão de realizar assembleias extraordinárias em todo Brasil com indicativo de mobilização permanente em defesa das prerrogativas da carreira foi tomada na 13ª Reunião do Conselho de Representantes da AMB, dia 9 de agosto, em Brasília. A proposta, apresentada pelo presidente da entidade, João Ricardo Costa, foi aprovada por unanimidade. As associações filiadas deliberaram por realizar as assembleias gerais em seus estados para eventual mobilização nacional em defesa da magistratura. A omissão do Congresso em votar o PLC 27 é uma das razões para o estado de alerta da categoria.



16/08/2016

Representantes da Frente se reuniram na sede da AMB. A prioridade é aprovar os projetos que reajustam os subsídios dos magistrados e dos membros do Ministério Público. Na agenda, a tramitação dos Projetos de Lei da Câmara (PLC) 27/2016 e 28/2016, que recompõem os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Procurador Geral da República, respectivamente.

16/08/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e lideranças da Frente reuniram-se com os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da Casa; Cássio Cunha Lima, líder do PSDB; Eunício Oliveira, líder do PMDB; Romero Jucá (PMDB-RR); Wellington Fagundes (PR-MT), e Omar Aziz (PSD-AM) para tratar do pedido de urgência na votação do PLC 27/2016 pelo plenário.

17/08/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e lideranças da Frente tiveram mais um dia de intensas articulações no Senado em prol do pedido de urgência para a votação do PLC 27/2016. Eles se reuniram com os senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Valdir Raupp (PMDB-RO) e reiteraram a importância do projeto, já que a recomposição está prevista no orçamento deste ano.

23/08/2016

Dirigentes da AMB e associações filiadas acompanharam mais uma sessão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou voto em separado a favor do PLC 27/2016, fruto do trabalho da AMB. O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), defendeu a rejeição da recomposição. A CAE concedeu pedido de vista coletivo, sendo adiada a votação. Em seguida, representantes associação estiveram com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para solicitar regime de urgência ao PLC.

Foto: ASCOM / AMB



24/08/2016

O coordenador da Comissão Legislativa da AMB e presidente da Amatra 12 (SC), José Carlos Kulzer, além dos magistrados aposentados Neide Folador (Amatra IX-PR), Rui de Aguiar (AMC) e José Anderson do Nascimento (Amase) reuniram-se com os senadores Dário Berger (PMDB-SC) e Dalirio Beber (PSDB-SC).

ASCOM / AMB



08/09/2016

Dirigentes da AMB, representantes das associações regionais e magistrados aposentados estiveram no Senado em defesa da aprovação do pedido de urgência para votação do PLC 27/2016, que reajusta o subsídio dos ministros do STF. O grupo permaneceu no Senado durante toda sessão e conversou com o líder do PSD, senador Omar Aziz, e outros senadores para buscar apoio na votação do pedido de urgência. Pela manhã, reunião da Frente havia definido as estratégias de trabalho do dia.

13/09/2016

ASCOM / AMB



Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), liderada pelo presidente da AMB, João Ricardo Costa, estiveram no Senado. A votação do projeto que reajusta o subsídio dos ministros do STF ficou para depois das eleições municipais, em decorrência do recesso branco que começa a partir do dia 14 no Congresso Nacional. João Ricardo disse que é preocupante o desrespeito com o Poder Judiciário e que o governo justifica sua retaliação no que chama de efeito cascata. "O que abala o erário não é a remuneração dos agentes públicos, mas a corrupção", destacou o presidente da AMB.

Conselho Fiscal

ASCOM / AMB



18/12/2013

Ao tomar posse em dezembro de 2013, a atual gestão iniciou uma reformulação completa na forma de gerir financeiramente a entidade de classe. Em virtude da situação constatada, foi necessário um adiantamento de receitas junto a algumas associações filiadas (Apamagis, Amepe, Amagis-MG e Ajuris), pois não havia saldo suficiente para honrar as despesas referentes a dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

Dados financeiros

No exercício de 2013 foi arrecadada uma receita superior ao exercício de 2014, porém, em face das elevadas despesas houve um déficit/prejuízo em 2013 de R\$ 1.494.674,73. Com as medidas implementadas pela atual gestão, o exercício de 2014 apresentou um superávit/sobras de R\$ 1.071.193,46.

Demonstrativo comparativo do exercício financeiro de 2013 e 2014 (em 31/12/2014)

Eventos	2014 (R\$)	2013 (R\$)
Receitas	12.491.678,43	13.253.689,27
Despesas	(11.420.484,97)	(14.748.364,00)
Superávit / Déficit	1.071.193,46	(-1.494.674,73)
Disponibilidade / Aplicação Financeira	1.008.888,13	171.433,49

Automaticidade do Subsídio – PEC 62



29/09/2015

Em reunião realizada na sede da Anamatra, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) decidiu intensificar a mobilização para evitar que a PEC 62/2015 fosse colocada em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A estratégia deu resultado e o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), relator da PEC, requereu o adiamento da proposta na sessão. A PEC pretende vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos e afastar a previsão de que os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) tenham os mesmos vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).



07/10/2015

A CCJ do Senado Federal adiou a votação da PEC 62/2015. A decisão veio após conversa de integrantes da AMB e de associações filiadas com dezenas de senadores. A luta está concentrada em duas frentes: pela rejeição da PEC 62 ou pela aprovação da emenda do senador Roberto Rocha (PSB-MA), que exclui os magistrados da Proposta de Emenda à Constituição.



13/10/2015

Os projetos prioritários da AMB na Câmara e no Senado foram discutidos durante almoço com parlamentares do Amapá. No encontro, representantes da AMB e da Associação dos Magistrados do Estado do Amapá (Amaap) conversaram com o deputado Marcos Reategui (PSC-AP) e com os senadores Randolfe Rodrigues (Psol-AP) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), além do chefe de gabinete do senador João Capiberibe

(PSB-AP) sobre a tramitação das PECs 187/2012 (eleições diretas), 555/2006 (contribuição previdenciária dos aposentados), 139/2015 (abono de permanência) e 62/2015 (veda vinculação remuneratória) e o PL 3123/2015 (limite remuneratório).



15/10/2015

As entidades que compõem a Frentas se reuniram para tratar das propostas que tramitam no Congresso e que interessam as categorias. Entre os itens discutidos na reunião estavam o PL 3123/2015 e a PEC 62/2015. Sobre a PEC, a intenção é que a proposta seja rejeitada, mas as entidades também trabalham com a possibilidade de

aprovação do texto com exclusão da magistratura e do Ministério Público.



20/10/2015

Em reunião com os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Roberto Rocha (PSB-MA), os representantes da Frentas trataram da PEC 62/2015. Após ouvir os argumentos das associações, Randolfe, relator da PEC, se comprometeu a incluir em seu relatório a emenda do senador Roberto Rocha, excluindo a magistratura e o Ministério Público da desvinculação.



27/10/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve no Senado Federal a fim de tratar sobre a PEC 62/2015 e conversou com o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para que sejam feitos alguns ajustes no texto. O senador se comprometeu a analisar os pedidos da associação.



04/11/2015

O relatório da PEC 62/2015 foi apresentado à CCJ do Senado. Diante de novo pedido de vista, a PEC voltaria à pauta na próxima reunião da Comissão. Após conversa com a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que apresentou o projeto, e com o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator da PEC, os magistrados firmaram acordo que implicou na alteração do texto inicial, preservando a autonomia dos tribunais.



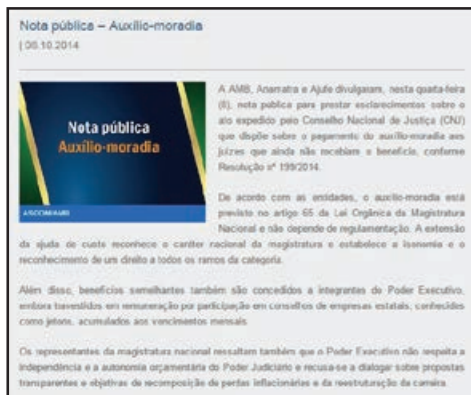
20/09/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, na companhia de magistrados associados, esteve no Congresso para dialogar com alguns senadores sobre a tramitação da PEC 62/2015. Os juízes se encontraram com os senadores Paulo Bauer (PSDB-SC), Lázio Martins (PDT-RS), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Wellington Fagundes (PR-MT) e José Maranhão (PMDB-PB) para discutir sobre o futuro da PEC que, atualmente, encontra-se sem relator, após a devolução da relatoria por parte do senador Randolfe Rodrigues.

Auxílio-moradia

26/09/2014

Após requerimento da AMB, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu o auxílio-moradia para membros da Justiça Militar e para magistrados de nove entes federativos: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo. Com isso, o ministro garante o benefício a toda a magistratura. Os demais estados e o Distrito Federal não foram incluídos na ação porque já pagam o benefício.



08/10/2014

A AMB, Anamatra e Ajufe divulgaram nota pública para prestar esclarecimentos sobre o ato expedido pelo CNJ que dispõe sobre o pagamento do auxílio-moradia aos juizes que ainda não recebiam o benefício, conforme Resolução nº 199/2014. De acordo com as entidades, o auxílio-moradia está previsto no artigo 65 da Loman e não depende de regulamentação. A extensão da ajuda de custo reconhece o caráter nacional da magistratura e estabelece a isonomia e o reconhecimento de um direito a todos os ramos da categoria.



17/10/2014

A AMB apresentou ao STF pedido para que o auxílio-moradia passe a valer também para os juizes aposentados.

30/10/2014

A AMB encaminhou requerimento administrativo ao CNJ solicitando a revisão parcial da Resolução 199/2014, para estender o auxílio aos cônjuges que também são juizes.



19/01/2016

O governo Federal editou a Medida Provisória 711/2016 para permitir o crédito extraordinário de R\$ 419 milhões em favor de diversos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União. Entre os contemplados estão os tribunais trabalhistas e federais, que terão dotação orçamentária para o pagamento do auxílio-moradia. A medida foi produzida pelo Executivo a partir das ações



de convencimento e de mobilização das três associações nacionais – AMB, Anamatra e Ajufe – com o imprescindível apoio do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, durante as últimas semanas.

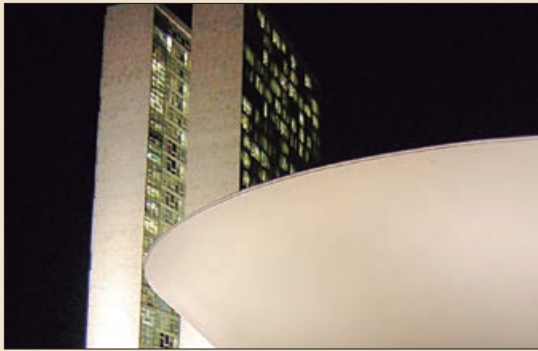
19/01/2016

O secretário-geral adjunto da AMB, Alexandre de Abreu, participou de reunião com as associações integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) para discutir a recente edição da Medida Provisória 711/2016. O presidente João Ricardo Costa avaliou que a edição da medida é resultado da mobilização das entidades nacionais da magistratura e do Ministério Público.



Código de Processo Penal – CPP

Castro Júnior / Agência Câmara



02/03/2016

A Câmara dos Deputados retomou a discussão do Projeto de Lei 8045/2010, que propõe alterações no Código de Processo Penal (CPP). Atualmente, o PL aguarda apreciação na Comissão Especial da Câmara, composta por 26 membros titulares e o mesmo número de suplentes.

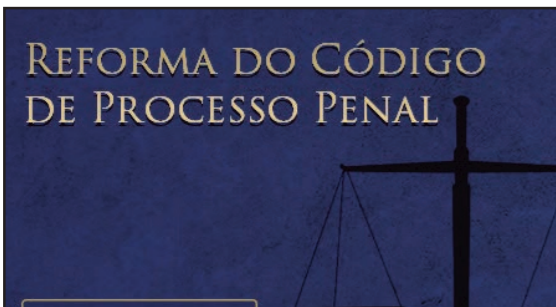
ASCOM / AMB



06/04/2016

A comissão que vai analisar e elaborar sugestões ao novo CPP teve sua primeira reunião, na sede da AMB, em Brasília. O trabalho dos magistrados tem o objetivo de levar a visão dos juízes que atuam na área criminal ao anteprojeto. O grupo é coordenado pelo juiz mineiro Júlio Ferreira Andrade. Também integram a comissão os magistrados Francisco Borges Ferreira Neto, de Rondônia; Paulo Eduardo de Almeida Sorci, de São Paulo, e José Luiz John dos Santos, do Rio Grande do Sul.

ASCOM / AMB



08/04/2016

Após o primeiro encontro da comissão da AMB que vai elaborar sugestões ao novo CPP, a entidade abriu o prazo até o dia 25 de abril para receber de seus associados colaborações ao texto. O Projeto de Lei 8045/2010, que propõe alterações ao CPP, está em tramitação na Câmara e será acompanhado pela entidade.

Fotos: ASCOM / AMB



04/05/2016

A comissão da AMB sobre o novo CPP apresentou a parlamentares as propostas da entidade ao anteprojeto. Os juízes entregaram as sugestões aos deputados Rubens Pereira Junior (PCdoB-MA), Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) e Pompeo de Mattos (PDT-RS). O material foi elaborado pela comissão e pelos associados que enviaram pontos a serem discutidos. Foram sistematizadas mais de 30 sugestões, decorrentes do esforço de todos os membros da Comissão.



ASCOM / AMB



31/05/2016

O Projeto de Lei 8045/2010, que trata do novo Código de Processo Penal (CPP), foi tema de audiência pública que ocorreu no plenário 3, da Câmara dos Deputados. A AMB foi representada pelo juiz Júlio Ferreira de Andrade. Ele ressaltou que o protagonismo na elaboração do novo CPP é do Congresso Nacional.

ASCOM / AMB



16/06/2016

A comissão do novo CPP da AMB, representada pelos integrantes Júlio Andrade e Francisco Borges, entregou aos deputados João Campos (PRB-GO) e Paulo Teixeira (PT-SP) as propostas da associação para alterações no Projeto de Lei 8045/2010. João Campos é o relator da Comissão Especial da Câmara destinada a proferir parecer ao PL sobre o novo CPP, e Paulo Teixeira um dos sub-relatores.

ASCOM / AMB



Frentas



ASCOM / AMB

04/05/2016

Durante reunião na sede da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a AMB foi eleita para coordenar a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) pelo período de seis meses. O presidente da entidade, João Ricardo Costa, reforçou o compromisso de manter a união das associações em prol dos objetivos comuns.



Fotos: Sheyla Leal

08/08/2016

A Frentas, coordenada pela AMB, promoveu um grande ato contra a corrupção e o enfraquecimento da magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outras instituições. A manifestação, que lotou o auditório Nereu Ramos da Câmara, contou também com a presença de deputados, delegados e auditores. O presidente da AMB e coordenador da Frentas, João Ricardo Costa, disse que “essa é uma luta de toda sociedade brasileira, uma luta contra a corrupção, e essa luta passa pelo fortalecimento das instituições”. Após o encerramento do ato, magistrados e membros do Ministério Público seguiram em direção ao Supremo Tribunal Federal (STF) para entregar ao então presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, um pedido solicitando a priorização no julgamento de processos de casos que digam respeito ao combate à corrupção.



FRENTAS: MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DAS INSTITUIÇÕES QUE COMBATEM A CORRUPÇÃO



05/10/2016

Membros da magistratura e do Ministério Público se uniram em mais um ato de protesto contra retaliações às carreiras e à corrupção. Organizado pela Frentas, o evento aconteceu no plenário 2 da Câmara e teve como destaque a manifestação das entidades do Judiciário e MP contra projetos que tramitam no Congresso Nacional e afetam prerrogativas de instituições fundamentais para o País, entre eles a PEC 62/2015, o PLS 280/2016 e a PEC 241/2016, que pretende fixar pelos próximos 20 anos limite individualizado para despesas com os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.



Fotos: Sheyla Leal



Sheyla Leal

A Frentas é composta pela AMB, Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis/DF).

Para saber mais sobre a atuação da Frentas, confira a retrospectiva em assuntos como a recomposição do subsídio (PLC 27/16), o fim da automaticidade do subsídio (PEC 62/2015), Adicional por Tempo de Serviço (PEC 63/2013), a questão do teto remuneratório do serviço público (PL 3123/2015), o projeto que altera a Lei de Abuso de Autoridade (PLS 280/2016).

Fórum Diálogos Congresso em Foco



14/07/2016

Dirigentes da AMB participaram do fórum Diálogos Congresso em Foco, realizado em Brasília. O evento contou com o apoio da associação e reuniu parlamentares, representantes da sociedade e estudiosos de várias áreas para discutir temas relacionados à crise política, econômica e ações de combate à corrupção. O debate resultou em um conjunto de propostas de mudança na gestão do Estado e na economia para enfrentar a crise pela qual passa o Brasil. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, coordenou os trabalhos dos grupos de discussão que originaram o documento. O fórum foi organizado pelo portal de notícias Congresso em Foco. As propostas deverão ser entregues para representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Executivo.



27/07/2016

O presidente em exercício da AMB, Paulo Mello Fejó, participou, juntamente com diversos representantes da sociedade civil, de audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Ele entregou um documento com propostas para enfrentar a corrupção e as crises política e econômica. As sugestões foram elaboradas no evento Diálogos Congresso em Foco, que teve como apoiador a AMB, entre outras entidades. Rodrigo Maia se comprometeu a analisar as propostas e defendeu maior participação da sociedade civil no Parlamento.



11/08/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e representantes de outras entidades da sociedade civil entregaram ao ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, Torquato Jardim, o documento com o resultado de sugestões elaboradas no evento Diálogos Congresso em Foco. Depois de uma breve apresentação das entidades, o ministro defendeu o engajamento da sociedade no combate à corrupção.



17/08/2016

Integrantes do fórum Diálogos Congresso em Foco apresentaram aos senadores Ana Amélia Lemos (PP-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) documento com propostas para enfrentar o problema da corrupção e a crise política e econômica. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, considera que o movimento lançado pelo fórum deve se tornar permanente, em busca de soluções para o País.

Lei Maria da Penha – PLC 07



08/08/2014

A VIII Jornada da Lei Maria da Penha contou com a presença da AMB. A juíza do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e diretora da Secretaria de Gênero da AMB, Amini Haddad, falou sobre as Centrais Terapêuticas nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O diretor de Articulação da entidade, Álvaro Kalix, também participou do encontro promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



09/09/2014

Temas relativos à violência e aos direitos das mulheres foram discutidos em Porto Velho (RO), no seminário A Lei Maria da Penha, o Judiciário e a Segurança Pública, promovido pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron). A diretora da Secretaria de Gênero da AMB, Amini Haddad Campos, participou com a palestra Centrais Terapêuticas e Preventivas no Sistema de Justiça, abordando um panorama global da violência de gênero.



28/01/2015

A presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, visitou o presidente em exercício da AMB, Gil Guerra, acompanhada das magistradas Rita de Cássia Martins Andrade e Vera Araújo, para falar sobre o projeto "Justiça em seu Bairro – Mulher Merece Respeito". Coordenada por Rita de Cássia, a ação visa levar informações às comunidades sobre a Lei Maria da Penha. Gil Guerra elogiou a iniciativa.



09/03/2015

A campanha Justiça pela Paz em Casa foi lançada em Mato Grosso e contou com a participação da diretora da Secretaria de Gênero da AMB, a juíza Amini Haddad. Liderada pela vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, a campanha teve por objetivo diminuir a violência doméstica no País e contou com o apoio da AMB.



15/07/2015

A participação da farmacêutica bioquímica Maria da Penha foi destaque no curso de Formação de Direitos Humanos, em Fortaleza, realizado pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB. A violência de gênero foi o tema debatido. O diretor-presidente da ENM, Cláudio dell’Orto, disse que a AMB e a Escola ficaram honradas com a palestra proferida por Penha.



15/06/2016

Representantes da AMB, do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid), do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) conseguiram que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 07/2016 fosse levado à audiência pública no Senado Federal. O texto dá à autoridade policial o poder de conceder medidas protetivas de urgência após o registro de ocorrência, entre outras propostas de alteração à Lei Maria da Penha.



21/06/2016

Na audiência pública promovida pelo Senado para discutir o PLC 07/2016, que altera a Lei Maria da Penha, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, apontou especificamente para a inconstitucionalidade do artigo 12B, que permite à autoridade policial conceder medidas protetivas de urgência à mulher vítima de violência doméstica, sem consulta prévia ao juiz.



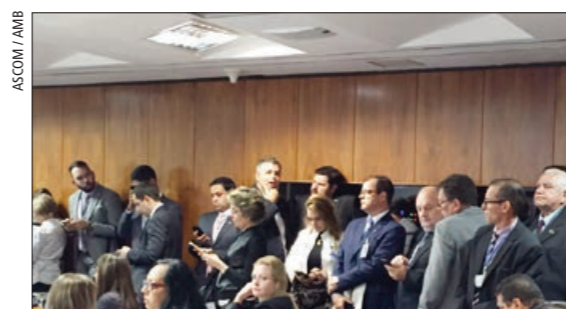
21/06/2016

Depois da audiência pública que discutiu o PLC 07/2016, a AMB participou de reunião com representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, delegados de polícia e órgãos de violência contra mulher, além de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para propor mudanças no artigo 12B.



28/06/2016

Na véspera da votação do PLC 07/2016, que sugere mudanças na Lei Maria da Penha, a AMB foi ao Senado para tratar do artigo 12B. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, disse que a proposta representa um retrocesso nas políticas de proteção à mulher.



29/06/2016

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou a constitucionalidade do PLC 07/2016. Com isso, a proposta seguiu para ser votada pelo plenário. Dirigentes da AMB acompanharam a sessão e afirmaram que a associação continuará trabalhando para a retirada do artigo 12B.



10/08/2016

A implementação nos Estados do aplicativo PLP 2.0, que pode ser acionado por mulheres que se sentirem ameaçadas, recebeu o apoio da AMB. O presidente da associação, João Ricardo Costa, esteve reunido com membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da ouvidora geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Denise Dourado Dora, que faz parte do Conselho Diretor da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos para tratar de uma parceria no sentido de disseminar o aplicativo.



11/08/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e o diretor de Articulação da AMB, Álvaro Kalix participaram da X Jornada Lei Maria da Penha, promovida pelo CNJ, em Brasília. Kalix destacou que a lei é uma das três mais avançadas de enfrentamento e combate à violência contra a mulher do mundo, mas precisa ser efetivada na sua integralidade. Ele ressaltou ainda as parcerias da AMB com o próprio CNJ, Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) e demais organismos de garantia de direitos humanos das mulheres e de enfrentamento à violência.

Lei de Abuso de Autoridade – PLS 280



13/07/2016

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), sob a coordenação do presidente da AMB, João Ricardo Costa, definiu novas estratégias de atuação em prol das categorias. Um grande ato público foi marcado para o dia 8 de agosto e um dos destaques será protestar contra o Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2016, que altera a lei de abuso de autoridade. De autoria do senador Renan Calheiros, o PLS dificulta operações de combate à corrupção, como a Lava Jato e a Zelotes.



28/07/2016

Juízes estaduais, federais e trabalhistas, procuradores da República, promotores públicos, procuradores de Justiça, delegados da Polícia Federal e estadual e servidores públicos protestaram em frente à sede da Justiça Federal de Curitiba contra o PLS 280/2016, que altera a lei de abuso de autoridade. O encontro teve o apoio da AMB, representada pelo vice-presidente de Comunicação, Gil Guerra, e das entidades que compõem a Frentas, além de associações regionais.



1º/08/2016

Em frente ao Fórum Pedro Lessa, na Avenida Paulista, em São Paulo, mais um ato contra o PLS 280/2016 reuniu magistrados, membros do Ministério Público, delegados federais e auditores de contas. A ação contou com o apoio da AMB, representada pela secretária de Planejamento Estratégico da entidade, Olga Fortes, e de demais membros da Frentas. O ato foi organizado pela Ajufe, Ajufesp e Ajufems.



08/08/2016

A Frentas, coordenada pela AMB, realizou um grande ato público na Câmara dos Deputados em defesa da magistratura e do Ministério Público. O presidente João Ricardo Costa relembrou os projetos que afetam as prerrogativas do Judiciário e de diversas carreiras, como o PLS 280/2016, colocando em risco as operações de combate à corrupção,

com dispositivos que abrem a possibilidade de punição ao juiz pelo fato de interpretar a lei, atingindo a independência e criminalizando a atividade judicial.

18/08/2016

A AMB apresentou nota técnica ao senador Romero Jucá (PMDB-RR), na qual reafirma sua posição contrária ao PLS 280/2016. Jucá é o relator da proposta que altera a lei de abuso de autoridade, colocando em risco as operações de combate à corrupção.



23/08/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado para discutir o PLS 280/2016. João Ricardo criticou a tramitação com urgência da matéria e alertou que é preciso aprofundar o debate. Advertiu ainda sobre os riscos para a sociedade em razão dos dispositivos do PLS que atingem o Judiciário e o Ministério Público, entre outras instituições.

PEC da Bengala

04/11/2014

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) reafirmaram em nota pública posição contrária à chamada “PEC da Bengala”.



ASCOM / AMB

09/02/2015

Reafirmando a posição contrária da AMB à chamada “PEC da Bengala”, o presidente João Ricardo Costa esteve na Câmara dos Deputados para conversar com as lideranças partidárias sobre o tema. A PEC nº 457/2005 altera o artigo 40 da Constituição Federal para fixar a aposentadoria compulsória aos 75 anos para os servidores públicos.



ASCOM / AMB

10/02/2015

A Câmara dos Deputados adiou a discussão sobre a PEC nº 457/05. A matéria era para ser votada na Casa mas, após intensa mobilização, a AMB conseguiu convencer as principais lideranças de que não era o momento de submeter a plenário o texto que amplia o limite de idade para aposentadoria compulsória no funcionalismo público.



ASCOM / AMB

24/02/2015

Em mais um dia de intensa mobilização da magistratura na Câmara dos Deputados, a chamada “PEC da Bengala” teve sua votação adiada por falta de acordo entre líderes partidários. Em audiência com o vice-líder da bancada do PDT na Câmara, Pompeo de Mattos (RS), o presidente da AMB, João Ricardo Costa, falou sobre as consequências negativas da PEC à magistratura. Costa contou com o apoio de presidentes e representantes de diversas associações filiadas – que conversaram com lideranças de seus estados na Câmara.



ASCOM / AMB

25/02/2015

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recebeu magistrados e representantes do Ministério Público e da OAB para tratar da PEC 457/2005, conhecida como “PEC da Bengala”. A reunião foi acompanhada por representantes de associações de magistrados de diversos estados.



Romério Cunha

03/03/2015

O vice-presidente da República, Michel Temer, recebeu representantes da AMB em Brasília. Na pauta, a PEC 457/2005, conhecida como “PEC da Bengala”, que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória. O presidente da associação, João Ricardo Costa, relatou a preocupação da entidade com o impacto que a proposta pode causar no sistema judicial.



ASCOM / AMB

03/03/2015

Em mais um dia de intensa mobilização no Congresso Nacional, magistrados participaram da reunião da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados para tentar convencer os parlamentares a votarem contra a PEC 457/2005. Na reunião com o partido, estiveram presentes magistrados de diversas partes do País, entre eles, presidentes de associações estaduais. Representantes do Ministério Público e da Anamatra também acompanharam a mobilização contra a PEC.



10/03/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve na Câmara dos Deputados conversando com os congressistas sobre a PEC 457/05. Acompanhado do presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), Sebastião Coelho, Costa reuniu-se com o deputado Laerte Bessa (PR-DF) para explicar como a aprovação do texto é prejudicial à carreira da magistratura e está na contramão das regras aplicadas em outros países.



11/03/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve novamente na Câmara dos Deputados conversando com parlamentares sobre a PEC 457.



17/03/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, reuniu-se com os deputados na Câmara. Costa argumentou sobre o casuísmo da PEC e reforçou que a proposta não trará nenhum benefício para a prestação jurisdicional.

15/04/2015

O ministro do STF Luiz Fux deferiu o pedido de liminar da AMB para suspender a Emenda Constitucional nº 59, do Rio de Janeiro, que altera a idade da aposentadoria compulsória de magistrados de 70 para 75 anos. De acordo com a associação, a Constituição Federal já estabelece que a idade de aposentadoria compulsória de magistrado é de 70 anos, não podendo os estados alterarem essa regra, por se tratar de matéria de competência da União.



05/05/2015

Contrariando a opinião da maioria dos magistrados brasileiros, por 333 votos a 144, com 10 abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/05, do Senado, que aumenta de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos demais tribunais superiores. Os representantes das associações estaduais de magistrados, além do presidente da AMB, João Ricardo Costa, estiveram durante o dia conversando com todas as lideranças partidárias e deputados para convencê-los de que aprovação da PEC traria enormes prejuízos ao Judiciário.



08/05/2015

A AMB ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a suspensão da Emenda Constitucional nº 88/2015, conhecida como a "PEC da Bengala" – promulgada pelo Senado Federal. No entendimento da associação, parte da nova lei é inconstitucional. De acordo com o texto publicado hoje no Diário Oficial da União, o artigo 100 submete a prorrogação da

aposentadoria compulsória após os 70 anos à aprovação pelo Senado Federal, por meio de uma nova sabatina aos ministros dos tribunais superiores.

14/05/2015

A AMB protocolou um pedido de aditamento à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.316) no qual, originalmente, questiona ao STF trecho da Emenda Constitucional 88 (a chamada PEC da Bengala), que condiciona a prorrogação da aposentadoria compulsória de ministros dos tribunais superiores a uma nova sabatina. O pedido apresentado pela entidade requer que a alta Corte suspenda as decisões de diversos estados da Federação que estendem a norma aos demais membros da magistratura.

21/05/2015

Por 8 votos a favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.316) e dois contrários, os ministros do Supremo declararam a inconstitucionalidade de uma nova sabatina aos ministros dos tribunais superiores pelo Senado Federal. Os ministros do STF também se manifestaram contrários à extensão da aposentadoria compulsória aos demais servidores e magistrados dos tribunais de Justiça, determinando que a emenda constitucional seja aplicada somente aos ministros dos tribunais superiores e do TCU.



29/09/2015

O Senado aprovou Projeto de Lei Complementar (PLS) 274/2015, que aumenta a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos para o servidor público, com proventos proporcionais. A medida também incluiu os membros do Judiciário, Ministério Público, defensorias públicas, tribunais e conselhos de contas. O Congresso já havia aprovado a PEC da Bengala, que se transformou na Emenda Constitucional nº 88/2015. A AMB manteve sua posição histórica, contra a aprovação das matérias.

1º/10/2015

A AMB protocolou ofício direcionado à presidente Dilma Rousseff solicitando veto ao inciso II do artigo 2º do PLS 274/2015, que regulamenta a aposentadoria compulsória aos 75 anos para o servidor público, com proventos proporcionais. Se sancionada, a medida valerá quando o servidor optar por permanecer em serviço até essa idade. Para a AMB, essa parte do projeto é inconstitucional, pois qualquer mudança na aposentadoria de magistrados só pode ser aprovada em projeto de lei complementar de iniciativa do STF.

22/10/2015

A presidente Dilma Rousseff vetou o projeto de lei que permitiria a todos os servidores públicos a aposentadoria aos 75 anos, aprovado pelo Senado em 29 de setembro. No veto, Dilma argumentou que a decisão sobre aposentadoria de servidores públicos da União é tema de iniciativa privativa do presidente da República.

04/12/2015

A AMB, em conjunto com a Anamatra, ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, com pedido de medida cautelar contra o inciso II, artigo 2º, da Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015. A providência foi uma decisão do Conselho de Representantes da AMB. A Lei Complementar 152, que estabelece a aposentadoria compulsória de servidores públicos aos 75 anos, havia sido vetada pela presidente Dilma Rousseff, mas a decisão foi derrubada pelo Congresso Nacional.

Previdência



17/12/2013

A AMB criou a Secretaria de Previdência, integrada pelos magistrados Eduardo Uhlein e Cláudio Luís Martinewski.



13/03/2014

A AMB passou a participar da Comissão Nacional de Previdência da Magistratura, que centraliza, sistematiza e acompanha medidas e iniciativas relacionadas à Previdência dos Magistrados. Entre as principais tarefas, está a de estabelecer estratégias relativas ao acompanhamento judicial do andamento das ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pela AMB, Anamatra e Ajufe no STF contra as reformas da previdência feitas pelas emendas constitucionais nº 20, de 1998, e nº 41, de 2003.



29/10/2015

A Secretaria da Previdência da AMB lança no XXII Congresso Brasileiro de Magistrados a Cartilha de Previdência da Magistratura. A publicação é inédita e servirá como manual para os associados.



ASCOM / Anamatra

05/11/2015

A AMB foi representada pelo juiz Leonardo Trigueiro na reunião da Comissão de Assuntos Previdenciários (CAP), realizada com a participação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Foram tratadas questões previdenciárias de interesse da magistratura, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 139/2015, os capítulos previdenciários da proposta do Estatuto da Magistratura e a PEC 56/2014.



ASCOM / AMB

31/05/2016

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social foi relançada em evento no Senado Federal. Composta por senadores, deputados e mais de 50 entidades, entre as quais a AMB, a Frente tem como objetivo principal a defesa da manutenção dos direitos sociais e da gestão transparente da seguridade social, além do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social pública e solidária.



ASCOM / Anamatra

15/06/2016

O diretor da Secretaria de Previdência da AMB, Eduardo Uhlein, representou a entidade em reunião da CAP, na sede da Anamatra. Durante o encontro foram discutidos assuntos de interesse tanto para os magistrados aposentados quanto para os juizes na ativa.

Reforma Política



ASCOM / AMB

13/11/2014

O Programa Brasil Justiça tratou de Reforma Política, um assunto que vem sendo discutido no Congresso Nacional há mais de 20 anos e, para falar sobre o tema, recebeu o presidente da AMB, João Ricardo Costa. Na entrevista, João Ricardo disse que a Reforma Política deve ser abrangente. “É importante que se comece com pontos fundamentais, como o financiamento privado de campanhas. O restante é consequência”, disse.



ASCOM / AMB

19/11/2014

O financiamento de campanhas eleitorais foi um dos pontos mais discutidos no debate sobre Reforma Política promovido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A AMB defendeu o fim do financiamento empresarial nas campanhas políticas e a manutenção da função eleitoral aos juizes de direito estaduais.



ASCOM / AMB

03/12/2014

Foram empossados os diretores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) – uma organização da sociedade civil formada por 50 entidades nacionais de diversos segmentos, entre elas a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O presidente da AMB, João Ricardo Costa, prestigiou a cerimônia e falou sobre o engajamento da entidade em discussões que buscam provocar mudanças na estrutura política, citando a campanha da Ficha Limpa como exemplo marcante.



12/12/2014

O excesso de recursos do Judiciário contribui para a impunidade no País. A afirmação foi feita pelo presidente da AMB, João Ricardo Costa, durante a sua participação no Seminário Transparência e Corrupção: Debates, Tendências e Prioridades, que aconteceu no Rio de Janeiro. Ele reforçou ainda a necessidade de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criar um centro de inteligência para identificar e monitorar os litígios no País e também de se promover a Reforma Política, como forma de combate à corrupção.



24/02/2015

Ao ser recebido pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, entregou ofício que propõe um aprofundamento das investigações em relação a todos os contratos firmados pelas empreiteiras com o governo federal e suas estatais. Durante a reunião, João Ricardo defendeu a independência do Judiciário, além de pedir apoio na aprovação de projetos que podem ajudar a combater a corrupção e a impunidade.



24/02/2015

A Reforma Política foi um dos principais temas tratados numa reunião entre o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, e representantes da AMB, Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Na ocasião, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, expôs a posição da entidade que representa mais de 14 mil juízes em todo o país sobre o assunto. Disse que um dos pontos que precisa ser revisto é o financiamento privado de campanha.



25/02/2015

Entidades que fazem parte da Coalizão pela Reforma Política e Eleições Limpas, incluindo a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se reuniram Câmara dos Deputados, para discutir com os parlamentares mudanças na legislação eleitoral. Os integrantes das entidades querem ampliar o apoio na Casa ao projeto de iniciativa popular que prevê, entre outros pontos, o fim do financiamento empresarial de campanhas políticas.



26/03/2015

O entrevistado do Brasil Justiça foi o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa, que falou sobre a Reforma Política e o novo Código de Processo Civil (CPC). Para ele, a reforma deve começar pela mudança nas regras eleitorais, principalmente no que se refere ao financiamento de campanha. O presidente da AMB disse ainda que a entidade apoia o pacote anticorrupção lançado pelo governo federal e está disposto a contribuir com propostas para ajudar a melhorar o julgamento de processos relacionados à prática de improbidade administrativa.



05/05/2015

Em reunião com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o presidente da AMB, João Ricardo Costa, garantiu o apoio da entidade à campanha "Reforma Mais Mulheres na Política". À frente da Procuradoria da Mulher no Senado Federal, Vanessa apresentou dados e informações que embasaram a campanha e comprovaram a participação ínfima das mulheres na política brasileira.



20/05/2015

Representantes do movimento Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas fizeram uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios contra a proposta da Câmara dos Deputados para mudar as regras eleitorais. A AMB integra o movimento e participou do ato, que terminou com a entrega aos parlamentares de mais de 700 mil assinaturas de brasileiros que defendem uma Reforma Política democrática, com o fim do financiamento empresarial de campanha.

28/05/2015

Em nota à imprensa, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) avaliou que a manobra adotada pela Câmara dos Deputados para incluir na Constituição Federal o financiamento de campanha por empresas privadas é inconstitucional, uma vez que os deputados já haviam rejeitado emenda sobre o mesmo tema no dia anterior e não poderiam apreciar a mesma matéria novamente em votação plenária. No entendimento da Associação, a medida também favorecerá a corrupção e a falta de transparência na disputa eleitoral.



11/06/2015

Em meio às discussões no Congresso Nacional sobre a Reforma Política, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu um congresso internacional sobre financiamento eleitoral e democracia. O presidente em exercício da AMB, Adriano Seduvim, representou a entidade na abertura do evento, que reuniu especialistas internacionais sobre o tema. A AMB defende a Reforma Política com o fim do financiamento privado de campanha. A entidade entende que esse sistema favorece a corrupção no País.

16/06/2015

A AMB participou do lançamento da segunda edição da cartilha “Mais Mulheres na Política”, resultado da parceria entre o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e outras entidades, incluindo a associação que representa mais de 14 mil juízes em todo o País. A presidente da Associação Alagoana de Magistrados (Almagis), juíza Fátima Pirauá, representou a AMB no evento realizado no salão nobre da Câmara dos Deputados e defendeu, durante seu discurso, a maior participação das mulheres em todos os poderes da República, incluindo o Judiciário.

17/09/2015

A AMB considerou histórica a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que aprovou o fim do financiamento privado de empresas para campanhas eleitorais. Foram oito votos favoráveis e três contrários. Para o presidente da AMB, João Ricardo Costa, a decisão resgatou o valor da representação dos cidadãos na democracia brasileira.



21/09/2015

A AMB aderiu, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à segunda etapa da campanha de combate à corrupção. Nessa fase, o foco da mobilização, denominada “90 dias contra a corrupção”, foi a criminalização do caixa dois. As entidades participantes da campanha buscaram apoio para fazer avançar no Congresso Nacional os projetos que tratam da criminalização dessa prática.

22/10/2015

O juiz Márton Reis representou a AMB na reunião realizada para discutir ações no âmbito da campanha “90 dias contra a corrupção”, liderada pela OAB e com a participação de diversas entidades, entre elas, a AMB. O grupo decidiu fazer um levantamento das normas e projetos no Congresso que criminalizam o caixa dois.

27/10/2015

Integrantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) estiveram na sede da AMB para tratar das próximas ações da rede. A proposta foi trabalhar a questão da educação política, tendo em vista a realização das eleições municipais em 2016 – primeiro pleito desde o fim do financiamento de campanha.

02/12/2015

O Comitê Nacional do MCCE se reuniu para fazer um balanço dos trabalhos realizados pelo grupo no ano de 2015 e projetar suas ações para o próximo ano. O representante da AMB na reunião, juiz Márton Reis, destacou que o trabalho para 2016, por ser ano eleitoral, seria centrado em ações de fiscalização, além do combate à compra de votos e ao caixa dois de campanha.

ASCOM / AMB



12/01/2016

A AMB participou, em Brasília, do lançamento de campanha contra o caixa dois nas eleições municipais, organizada pela OAB Nacional, CNBB e MCCE. As entidades também atuarão para que o Congresso vote o projeto de lei que criminaliza o caixa dois nas eleições.

ASCOM / AMB



17/02/2016

O coordenador de assuntos da Reforma Política da AMB Márlon Reis representou a entidade na reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Na ocasião, a Auditoria Cidadã da Dívida e o MCCE formalizaram parceria.

ASCOM / AMB



27/07/2016

O presidente em exercício da AMB, Paulo Mello Feijó, participou, juntamente com diversos representantes da sociedade civil, de audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. O objetivo da reunião foi entregar um documento com várias propostas para enfrentar a corrupção e as crises política e econômica. O conjunto de sugestões foi elaborado no evento “Diálogos Congresso em Foco”, que contou com o apoio da AMB.

ASCOM / AMB



23/08/2016

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 470/2005, que extingue o benefício do foro privilegiado para deputados e senadores, foi tema da audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, destacou a posição da entidade, que há quase uma década apoia o fim do foro privilegiado.

Renegociação da dívida dos Estados – PLP 257

ASCOM / AMB



27/07/2016

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), recebeu o presidente em exercício da AMB, Paulo Mello Feijó, e representantes de outras entidades. Na pauta, as alterações que afetam o Judiciário por meio do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que trata da renegociação da dívida dos Estados e limites de gastos. O presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, Pedro Carlos Bitencourt, também participou da reunião.

Foto: ASCOM / AMB



1º/08/2016

O presidente em exercício da AMB, Paulo Mello Feijó, e presidentes de tribunais de Justiça prosseguiram com a maratona no Congresso Nacional pela modificação do PLP 257/2016. O grupo conversou com os líderes Jovair Arantes, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Rogério Rosso, do Partido Social Democrático (PSD); Rubens Bueno, do Partido Popular Socialista (PPS); além do relator do PLP 257, Espiridião Amin (PP-ES), entre outros deputados.

Luis Macedo / Agência Câmara



02/08/2016

Após muitas negociações no plenário da Câmara, foi adiada a votação do PLP 257/2016. Com o adiamento, prosseguiram as conversas e discussões sobre modificações, algumas propostas pela AMB por intermédio de lideranças partidárias.



08/08/2016

Um grande ato contra a corrupção e projetos que querem enfraquecer o trabalho da magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outras instituições, aconteceu na Câmara dos Deputados. O PLP 257/2016 foi citado como um dos que tramitava no Congresso Nacional e prejudicava a magistratura. A ação foi organizada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e coordenada pela AMB.



10/08/2016

O plenário da Câmara aprovou, sem comprometer o orçamento do Poder Judiciário, o PLP 257/2016. A matéria foi apreciada na forma de uma emenda substitutiva oferecida pelo relator, deputado Esperidião Amin. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, destacou que o texto aprovado evoluiu desde a versão original graças ao trabalho intenso da entidade, em parceria com a Frentas e o Conselho dos Tribunais de Justiça. A matéria agora segue para o Senado, onde tramitará sob um novo número.

1º/09/2016

Passou a tramitar no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 54/2016. A matéria foi enviada para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem como relator o senador Armando Monteiro (PTB-PE). A AMB continuará atenta à tramitação do projeto para que não haja nenhuma mudança que possa comprometer o orçamento do Judiciário.

Teto Remuneratório – PL 3123



13/10/2015

Magistrados da AMB se reuniram com lideranças políticas do Amapá na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre a tramitação de projetos de interesse da magistratura. Durante almoço em Brasília foi debatido, entre outros assuntos, o Projeto de Lei (PL) 3123/2015, que regulamenta a aplicação do teto remuneratório para todo o funcionalismo público nas esferas federal, estadual e municipal.



14/10/2015

Representantes da AMB reuniram-se com a presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Soraya Santos (PMDB-RJ), para tratar do PL 3123/2015. Entidades nacionais de magistrados elaboraram nota técnica conjunta, a ser apresentada aos deputados, contra a proposta. Para as associações, o projeto é inconstitucional por tratar de matéria já regulada pela Constituição e por violações ao princípio constitucional da legalidade, especialmente quanto ao câmputo, no teto, do auxílio-moradia e de outras verbas similares.



15/10/2015

Em reunião em Brasília, entidades que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) elegeram o Projeto de Lei 3123/2015 como prioridade. Além de encontros com relatores das comissões de Finanças, de Constituição e Justiça, e de Trabalho, o grupo marcou reuniões com as lideranças partidárias para manifestar posicionamento sobre questões técnicas, jurídicas e políticas da proposta.



23/10/2015

Em discurso no 105º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, no Rio de Janeiro, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, destacou o Projeto de Lei 3123/2015. Ele lembrou que o tema tramita no Congresso Nacional e tem atenção da entidade.



04/11/2015

A AMB requereu pedido de vista ao PL 3123/2015, que limita o teto dos subsídios de agentes políticos e públicos. O pedido foi feito após representantes da magistratura alegarem que o relatório precisa ser analisado. O substitutivo do relator, deputado Lucas Vergílio (SD-GO), excluiu do teto o abono de permanência, a gratificação eleitoral e o auxílio-alimentação, mas manteve no limite do teto o auxílio-moradia e o Adicional por Tempo de Serviço.



05/11/2015

Membros da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) se reuniram com o deputado Leonardo Picciani, líder do PMDB na Câmara. Na pauta, a retirada do pedido de urgência do Projeto de Lei (PL) 3123/2015. Representantes da AMB destacaram que, da forma como estava, a proposta implicava em prejuízo para a magistratura.



10/11/2015

Presidentes de associações estaduais visitaram deputados que compõem a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para tratar da votação do Projeto de Lei 3123/2015. Em seu último relatório, Lucas Vergílio (SD/GO), acatou os argumentos da AMB e além de excluir do teto o abono de permanência, a gratificação eleitoral e o auxílio-alimentação, também inseriu no rol de exclusão o auxílio-moradia, corrigindo uma distorção e reafirmando o caráter indenizatório da verba.



11/11/2015

A CTASP aprovou o substitutivo do PL 3123/2015. O relatório do deputado Lucas Vergílio (SD-GO) passou pela comissão com avanços, uma vez que retirou do teto as verbas indenizatórias. A decisão é resultado de uma intensa mobilização da AMB, de presidentes de associações regionais filiadas e dos associados aposentados, juntamente com lideranças da Frentas.



13/11/2015

A AMB conseguiu retirar o PL 3123/2015 da pauta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. O relatório do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), que seria analisado na comissão, implicaria em perdas para a magistratura, uma vez que inclui as verbas indenizatórias no teto do funcionalismo público.



17/11/2015

A AMB continuou o trabalho de mobilização sobre o PL 3123/2015, previsto para votação no dia 18 de novembro na CFT da Câmara. Na sessão, será analisado o relatório do deputado Nelson Marchezan (PSDB/RS).



18/11/2015

Foi cancelada a sessão extraordinária da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados convocada para votar o Projeto de Lei 3123/2015. Diretores da AMB acompanharam o trabalho dos deputados e reuniram-se com o 1º vice-líder do PSDB da Casa, Nilson Leitão.



24/11/2015

A CCJ da Câmara aprovou o parecer do deputado André Fufuca (PEN-MA) sobre o PL 3123/2015. A sessão foi acompanhada pelo presidente em exercício da AMB, Gil Guerra, e por representantes das associações filiadas e integrantes da diretoria da entidade, além de membros da Frentas. Os magistrados reuniram-se pela manhã na associação (foto) para definir as estratégias de atuação e continuaram o trabalho de mobilização junto aos deputados de cada estado.



1º/12/2015

Presidentes e representantes de associações filiadas à AMB reuniram-se para traçar estratégias de atuação em relação ao Projeto de Lei 3123/2015. Ficou acertado que cada associação entrará em contato com suas respectivas bancadas para argumentar a favor do parecer do deputado Lucas Vergílio, aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara.



ASCOM / AMB

02/12/2015

A mobilização da AMB e das associações filiadas resultou no adiamento da votação do PL 3123/2015 na Comissão de Finanças da Câmara. O relatório do deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS) é favorável ao projeto original do governo e desfavorável à magistratura. O projeto também está no plenário da Casa, onde trava a pauta de votações.



ASCOM / AMB

02/02/2016

Integrantes da Comissão Legislativa da AMB reuniram-se para definir as estratégias de atuação no Congresso em 2016 e as pautas prioritárias a serem trabalhadas. Na Câmara dos Deputados, entre os projetos destacados, estão o projeto de lei que trata do teto remuneratório do serviço público (PL 3123/15).



ASCOM / AMB

16/02/2016

A mobilização em torno do PL 3123, que regulamenta a aplicação do teto remuneratório do serviço público, foi tema principal de reunião da Frentas. O PL tramita em regime de urgência na Câmara e pode ser votado a qualquer momento no Plenário.



ASCOM / AMB

17/02/2016

As entidades que compõem a Frentas reuniram-se com o deputado Ricardo Barros (PP-PR), relator nomeado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para apresentar o texto do Projeto de Lei 3123/2015 no plenário da Casa. Na pauta, a natureza jurídica de várias parcelas que o projeto pretende incluir no teto, tais como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, gratificação eleitoral, gratificação de função, horas-extras, entre outros.



ASCOM / AMB

23/02/2016

Representantes da AMB conversaram com parlamentares sobre a tramitação do PL 3123/2015. O novo relatório, elaborado pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), foi apresentado na reunião de líderes da Casa.



Alex Ferreira / Agência Câmara

24/02/2016

Em mais um dia de intensa mobilização da diretoria da AMB e das associações regionais na Câmara, o PL 3123/2015 que regulamenta a aplicação do teto remuneratório do serviço público, teve sua votação adiada. Após conversas com líderes e deputados durante toda a manhã, a AMB e a Frentas conseguiram retirar a urgência constitucional do projeto.



ASCOM / AMB

25/02/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, foi recebido pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Leopoldo Raposo. Na oportunidade, ele conversou com o desembargador sobre pautas que são prioritárias no momento, como o PL 3123/2015. João Ricardo Costa esteve em Recife para participar do Seminário Internacional sobre a Corrupção e Estado de Direito.



ASCOM / AMB

1º/03/2016

Representantes das associações nacionais de magistrados, de tribunais de Justiça e eleitorais, procuradores e membros do Ministério Público estiveram com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e líderes partidários para pedir mudanças no projeto que regulamenta o teto remuneratório no serviço público (PL 3123/2015). Eles querem mais tempo na discussão da proposta, que teve o caráter de urgência retirado.

02/03/2016

Foi adiada, mais uma vez, a votação do PL 3123/2015. O adiamento foi graças ao trabalho intenso da AMB, entre outras entidades, que fizeram corpo a corpo com deputados pedindo mais tempo na análise da proposta. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), recebeu diretores da AMB, da Frentas e sinalizou que irá buscar um consenso sobre texto antes da votação pelo plenário.



09/03/2016

A AMB participou de reunião com deputados da bancada de São Paulo para tratar do PL 3123/2015. O encontro contou com a presença expressiva de parlamentares paulistas de diversos partidos e de representantes da magistratura e do Ministério Público.



21/03/2016

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei 3123/15, que estabelece o teto remuneratório do serviço público. Em sessão extraordinária que seguiu noite a dentro, dirigentes da AMB e entidades estaduais permaneceram mobilizados até que o documento fosse votado.



30/03/2016

O PL 3123/2015 foi um dos temas principais em um café da manhã com deputados e senadores gaúchos na sede da AMB, em Brasília. Representantes da AMB destacaram que é necessário mais diálogo antes da apreciação do projeto em plenário. Foi argumentado que o relatório do deputado Ricardo Barros (PP-PR) é prejudicial à magistratura, bem como à carreira de todos os servidores públicos.

Audiência de Custódia



03/03/2015

A AMB decidiu apoiar, por ampla maioria, o Projeto Audiência de Custódia, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A medida foi aprovada durante reunião do Conselho de Representantes da entidade, desde que sejam garantidas aos juízes e servidores as condições de segurança e de trabalho necessárias. De acordo com o presidente da AMB, João Ricardo Costa, a magistratura tem um papel fundamental para fazer valer o compromisso assumido pelo Brasil na Convenção Americana de Direito Humanos.



22/05/2015

No lançamento do projeto de audiências de custódia no Espírito Santo, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, garantiu o apoio da entidade. Ele ressaltou que o projeto é fundamental para melhorar o sistema carcerário, ao diminuir a superlotação dos presídios, mas a implementação exige valorização do primeiro grau de jurisdição, estrutura adequada e preparação de juízes e servidores.



30/07/2015

Os presidentes da AMB, João Ricardo Costa, e do Supremo Tribunal Federal (STF) e CNJ, Ricardo Lewandowski, participaram, em Porto Alegre, da assinatura do Termo de Cooperação Técnica para a implantação das audiências de custódia no Rio Grande do Sul.



07/08/2015

O Poder Judiciário do Amazonas aderiu ao projeto t do CNJ. A parceria foi firmada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM). Participaram o presidente da AMB, João Ricardo Costa, o presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, e a presidente do TJAM, Maria das Graças Figueiredo, entre outras autoridades.



02/10/2015

A Coordenadora dos Aposentados da AMB, Nelma Torres Padilha, representou a entidade na solenidade de implantação da audiência de custódia no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL).

09/03/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve em audiência com o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, para tratar sobre a petição da entidade acerca da questão das audiências de custódia. No pedido de providências junto ao CNJ, a AMB requereu que seja autorizada “a suspensão da realização da audiência de custódia onde não haja estrutura física e de pessoal que a possibilite, até que os tribunais possam adequar suas estruturas”.

28/03/2016

Dando início a uma série de encontros no CNJ, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve com o conselheiro Carlos Eduardo Dias. As audiências de custódia estiveram entre os temas abordados. O presidente da AMB lembrou do requerimento protocolado junto ao CNJ solicitando a suspensão da realização das audiências de custódia nos locais onde não haja estrutura adequada. A AMB também solicitou alteração da Resolução para que o prazo de apresentação do preso seja ampliado para cinco dias.

29/04/2016

O coordenador da Justiça Estadual da AMB, Gervásio Santos, e a vice-presidente de Prerrogativas, Hadja Rayanne de Alencar, participaram de assembleia geral da Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Amepa), para tratar sobre a audiência de custódia. Os magistrados defenderam a posição da AMB de que a implementação das audiências de custódia exige que os Tribunais assegurem as condições necessárias para que os juízes possam realizá-las com segurança.

09/05/2016

A 10ª reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, em Brasília, contemplou as audiências de custódia na pauta. O encontro foi presidido pelo titular da coordenadoria, Gervásio Santos. Ele reiterou que o apoio da AMB ao projeto do CNJ foi condicionado ao fornecimento da estrutura pelos tribunais. Representantes das associações estaduais relataram vários casos em que têm sido extremamente difícil realizar as audiências, em especial em cidades do interior ou em locais de vara única.

Direitos Humanos



27/01/2014

Durante a reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), realizada em Brasília, o vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto, disse que a associação apoia o combate ao trabalho escravo no Brasil.

1º/04/2014

Na primeira reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos da AMB, foram definidas as diretrizes de atuação do trabalho até 2016. Entre os assuntos abordados, foram incluídos o sistema de Justiça criminal; corrupção e improbidade; pessoas vulneráveis; trabalho decente; formação de juízes; e as questões agrária, ambiental e indígena.

25/07/2014

A Comissão de Direitos Humanos da AMB reuniu-se na sede da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), em Belo Horizonte (MG). O encontro teve como objetivo traçar o perfil e a linha de atuação da pasta, segundo seu vice-presidente, Ricardo Barreto.

25/07/2014

O juiz Edinaldo César Santos Júnior, integrante da Comissão de Direitos Humanos da AMB, tomou posse como membro titular do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT). A associação que representa os magistrados brasileiros foi escolhida, pela primeira vez, para participar do colegiado como uma das representantes das entidades civis.



16/09/2014

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) elegeu os nove representantes da sociedade civil que integrarão o colegiado pelos próximos dois anos. A AMB ficou em 12º lugar no escrutínio e ocupa o posto de suplência da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil, entidade que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais visando o fortalecimento da cidadania e da democracia.



10/12/2014

A AMB, representada pelo vice-presidente de Direitos Humanos, Ricardo Barreto, assumiu uma das suplências do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para o biênio 2015/2016. Os 22 novos integrantes foram empossados pela então ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, no Palácio Itamaraty.



12/02/2015

Em visita à AMB, o secretário-executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Emilio Álvarez Icaza, começou a costurar um possível acordo entre as duas instituições para capacitar juízes de todo o País na área de Direitos Humanos.



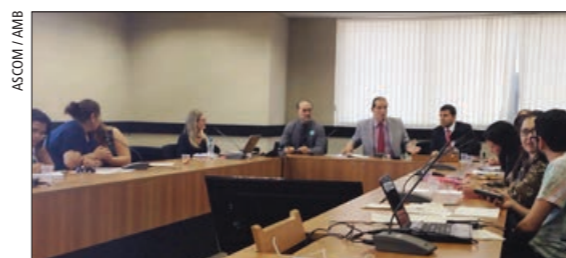
12/02/2015

Em solenidade, tomaram posse os novos componentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) para o biênio 2015/2016. Pela primeira vez, a AMB assume um posto no Conselho – que é composto por 28 membros, sendo 14 do governo federal e 14 entidades da sociedade civil. A AMB é representada pelo magistrado pernambucano Elio Braz, que integra a Comissão de Direitos Humanos da entidade.



10/04/2015

A AMB, representada pelo vice-presidente de Direitos Humanos, Ricardo Barreto, em Recife, participou de mesa de debate para discutir a federalização das investigações do caso do advogado e defensor de Direitos Humanos Manoel Mattos, durante reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) em Pernambuco.



07/05/2015

A AMB participou da Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Discutiram-se temas como a redução da maioria penal e outros assuntos passíveis de atuação do conselho.



13/05/2015

Durante reunião da Comissão de Direitos Humanos da AMB, as subcomissões temáticas apresentaram proposições a serem adotadas. Uma delas foi a sugestão ao Ministério da Educação da inclusão da disciplina de Direitos Humanos no currículo da graduação em Direito. Entre outras questões abordadas estiveram as audiências de custódia e a redução da maioria penal.



12/08/2015

A Comissão de Direitos Humanos da AMB discutiu em Brasília temas como a redução da maioria penal e a ampliação do tempo de internação dos adolescentes infratores.



04/09/2015

Integrantes da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) se reuniram em Brasília. A juíza Raquel Braga, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos da AMB, representou a entidade. Durante o encontro, foi apresentado um histórico sistematizado com dados estatísticos e casos relacionados ao trabalho escravo registrados no País desde a década de 1970.

**05/10/2015**

A Estratégia de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) reuniu-se para discutir a Ação 4, que visa estabelecer estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei nº 12.727/2011, Lei de Acesso à Informação. A AMB foi representada pela juíza Lia Sammia Moreira, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A conclusão dos participantes foi de que a lei ainda é desrespeitada no País, o que exige uma ação mais firme dos órgãos de controle e do Poder Judiciário.

**28/10/2015**

O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) da Presidência da República – que integra o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) – tratou sobre denúncias de maus-tratos contra adolescentes da Fundação Casa, de São Paulo. A juíza Gabriela Jardon, da Comissão de Direitos Humanos da AMB, participou da reunião, que abordou orientações para estudo sobre o caso de funcionários denunciados que são afastados e acabam reintegrados ao sistema por determinação da Justiça.

**16/11/2015**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou da 4ª edição do Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), e entregou a premiação na categoria Reportagens Jornalísticas. Também estavam presentes o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**02/12/2015**

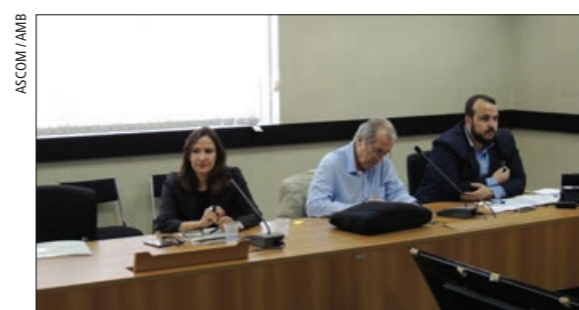
A formação continuada de magistrados na área de direitos humanos foi tema de reunião entre representantes da AMB e o juiz-auxiliar da presidência do STF, Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM/AMB), Cláudio dell'Orto, e o juiz Edinaldo César Santos Júnior, da Comissão de Direitos Humanos da AMB, participaram da reunião.

**04/12/2015**

Questões que envolvem a discriminação racial e o desenvolvimento de ações que promovam a igualdade de direitos entre negros e brancos estiveram em discussão na Procuradoria Geral da República (PGR) durante o evento Década Internacional para os Afrodescendentes – 2015 a 2024. Representando a AMB, o juiz Edinaldo César Santos Júnior, da Comissão de Direitos Humanos da entidade, falou à plateia sobre os três temas trabalhados nesta década: reconhecimento, desenvolvimento e Justiça.

**08/12/2015**

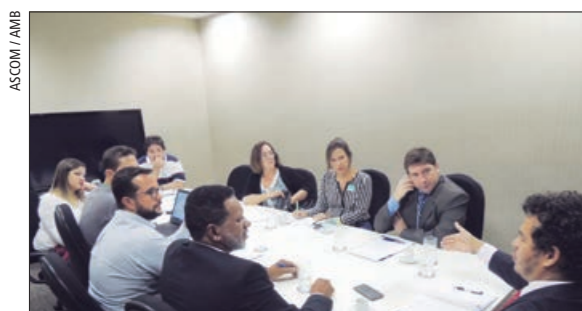
Membro da Comissão de Direitos Humanos da AMB e do CNPCT, Edinaldo César Santos Júnior participou da 8ª reunião ordinária do comitê. Em pauta os relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), as audiências de custódia, a criação de comitês estaduais de prevenção e combate à tortura e a recomendação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de estudo sobre caso de funcionários denunciados por prática de tortura que são reinseridos por determinação da Justiça do Trabalho.

**08/12/2015**

A juíza Raquel Braga, da Comissão de Direitos Humanos da AMB, participou da reunião da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Na ocasião, foi criada comissão de trabalho com integrantes da sociedade civil, entre os quais AMB e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), para prestar assessoria na área de comunicação e buscar mais espaço na imprensa para as pautas com relação ao trabalho escravo.

**17/12/2015**

Em reunião, integrantes da Conatrae planejaram evento contra o trabalho escravo. O mote da mobilização foi o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, comemorado em 28 de janeiro. As entidades também combateram a tentativa de regulamentar o trabalho escravo no Brasil, prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 432/2013, que tramitava naquela Casa. A juíza Raquel Braga, da Comissão de Direitos Humanos da AMB, representou a associação na reunião.



15/01/2016

Representantes de entidades que integram a Conatrae realizaram mais um encontro. A juíza Raquel Braga, da Comissão de Direitos Humanos da AMB, representou a associação na reunião, que definiu a participação da Conatrae em eventos importantes que reforçam a divulgação e campanha contra o trabalho escravo.



22/02/2016

A Enccla deu início às discussões a respeito da Ação 1, que vai avaliar a transparência nos poderes Legislativo e Judiciário, no Ministério Público e nos Tribunais de Contas. O diretor-tesoureiro adjunto da AMB, Mauro Caum, representou a entidade na reunião.



24/02/2016

O juiz Gleydson Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), representou a AMB na reunião da Ação 7 da Enccla, que visa elaborar um estudo sobre a eficácia da persecução penal em face do princípio da obrigatoriedade.



1º/03/2016

Magistrados reuniram-se em Brasília para a 7ª reunião da Comissão de Direitos Humanos. O vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto, esteve à frente dos trabalhos, e, na ocasião, foi confirmada a participação da entidade na Conferência Nacional de Direitos Humanos, que acontecerá de 27 a 29 de abril, e que contará com Barreto e o juiz Edinaldo César Santos Júnior como delegados. Também foi discutido um projeto de formação de juízes na área, com foco em audiência de custódia.



31/03/2016

O diretor-tesoureiro adjunto da AMB, Mauro Caum, representou a entidade na segunda reunião do ano, da Ação 1 da Enccla. Na ocasião, foram apresentadas duas sugestões de questionários a serem posteriormente respondidos para atingir o fim da Ação 1. O objetivo é aumentar a efetividade do sistema preventivo de lavagem de dinheiro e da corrupção.



05/04/2016

A segunda reunião da Ação 11 da Enccla teve como objetivo aprimorar as regras de sigilo bancário e fiscal, para tornar mais ágil e eficaz o compartilhamento de informações entre órgãos de fiscalização, controle, persecução penal e defesa do patrimônio público, sob coordenação da Receita Federal do Brasil. O juiz Alberto Jorge Lima representou a AMB no encontro.

13/04/2016

A juíza cearense Lia Sammia de Souza Moreira representou a AMB na 3ª reunião da ação 7 da Enccla. O trabalho em questão trata da elaboração de estudos sobre a eficácia da persecução penal em face do princípio da obrigatoriedade.



14/04/2016

Durante a 2ª reunião da Ação 4 da Enccla, a AMB foi representada pela juíza do Ceará Lia Sammia de Souza Moreira. O encontro teve o objetivo de elaborar diagnóstico e proposição de aprimoramento do sistema brasileiro de proteção e incentivo ao denunciante e whistleblower, que é uma espécie de denunciante qualificado.



29/04/2016

Com o tema "Direitos Humanos para todas e todos: democracia, justiça e igualdade", a 12ª edição da Conferência Nacional dos Direitos Humanos chegou ao fim após três dias de evento. Representando a AMB, o vice-presidente de Direitos Humanos da entidade, Ricardo Barreto, participou de diversos grupos de trabalho e plenárias.

03/05/2016

O juiz Orlando Faccini representou a AMB na 3ª Reunião da Ação 10 da Enccla. O objetivo do encontro foi verificar em que medida o Brasil está se adequando às normativas internacionais, como o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FAFT).

**10/05/2016**

A realização de um seminário a ser promovido em conjunto pela AMB, CNJ, Associação para a Prevenção da Tortura (APT) e *International Bar Association* (IBA) foi destaque durante a 8ª reunião da Comissão de Direitos Humanos, em Brasília. O encontro foi conduzido pelo vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto, onde foram discutidos ainda temas como uma campanha conjunta entre a CNBB e a AMB e a promoção do primeiro congresso de juízes e juízas negros.

**18/05/2016**

Em mais uma reunião da Enccla, os participantes discutiram as métricas dos questionários a serem aplicados pelas entidades que compõem a Ação 1 da Enccla ao Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas avaliando a transparência dos mesmos. O diretor-tesoureiro adjunto da AMB, Mauro Caum, representou a entidade.

**07/06/2016**

O seminário O Direito Internacional dos Direitos Humanos em face dos Poderes Judiciais Nacionais, promovido pelo CNJ, discutiu a garantia dos direitos fundamentais. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou da abertura e destacou que a presença da entidade nessas discussões reforça a posição em prol dos direitos humanos. A atuação da AMB foi citada pelos presidentes do CNJ e do STF, Ricardo Lewandowski, e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas.

**08/06/2016**

O coordenador da Ação 7 da Enccla, Gleydson Lima, representou a AMB na 5ª reunião da Ação. Os participantes deliberaram a realização de um seminário que irá discutir a flexibilização do princípio da obrigatoriedade da ação penal.

**22/06/2016**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou da abertura do 2º Seminário sobre Tortura e Violência no Sistema Prisional e no Sistema de Cumprimento de Medidas Socioeducativas – Atuação do Poder Judiciário no Enfrentamento à Tortura. Ele destacou o protagonismo da associação no tema. O evento visou fortalecer a atuação e o engajamento de juízes na prevenção, identificação e combate à tortura, em especial quando detectada em audiências de custódia.

**23/06/2016**

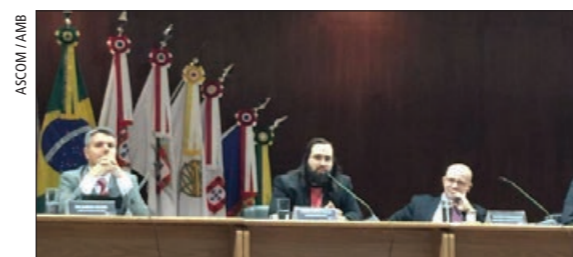
O diretor-tesoureiro adjunto da AMB, Mauro Caum, representou a entidade na 4ª reunião da Ação 1 da Enccla. Os participantes discutiram a validação das métricas adaptadas para os Ministérios Públicos, Legislativos e Tribunais de Contas, a aplicação da avaliação nos Tribunais de Contas, além da validação da métrica adaptada para o Judiciário.

**27/07/2016**

Representando a AMB, o juiz Orlando Faccini participou da 5ª Reunião da Ação 10 da Enccla. O encontro se propôs a realizar um exercício de auto avaliação diante do cumprimento das recomendações do GAFI/FAFT e tratar das medidas preventivas à lavagem de dinheiro por parte do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O cronograma de atividades da Ação até 2020 também foi discutido.

**17/08/2016**

A juíza Lia Sammia representou a AMB na 6ª reunião da Ação 4 da Enccla. O objetivo do encontro foi fechar a programação de seminário que discutirá a figura do *whistleblower* – uma espécie de reportante que, além do seu testemunho, fornece indícios e provas de ilícitos. Após o encontro, os representantes da Ação 4 se reuniram com o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) para convidá-lo a participar do seminário.

**16/09/2016**

A ação 7 da Enccla promoveu o seminário Eficácia de Persecução Penal em Face do Princípio da Obrigatoriedade, no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF). O juiz estadual Pierre Souto Maior representou a AMB no evento e palestrou no primeiro dia de seminário.

Internacional



28/04/2014

Mais de 20 países da América Latina e da Europa reuniram-se na 63ª Assembleia da Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM) com o objetivo de discutir a independência, estrutura de trabalho e segurança dos juízes. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, os integrantes da diretoria da Secretaria de Relações Internacionais, Rafael

de Menezes e Ronaldo Guerra, e o ex-presidente da Associação Cláudio Maciel participaram do encontro que elegeu Wilfredo Sagastune, de El Salvador, como presidente da FLAM.



29/04/2014

A AMB manteve sua atuação na Comissão de Segurança da FLAM. O diretor-adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da AMB, Ronaldo Guerra, foi escolhido para representar o Brasil na Comissão de Segurança junto com magistrados do Panamá, Costa Rica e México.



02/10/2014

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou como moderador e painelistas do X Congresso dos Juizes Portugueses, que aconteceu na cidade de Tróia, entre 2 e 4 de outubro de 2014. João Ricardo falou sobre “Diálogo Internacional e Direitos Humanos”, e o evento teve como tema central o “Estatuto e Diálogo com a Sociedade – Defesa da Cidadania no Estado do Direito”.



09/11/2014

O Brasil conquistou a presidência do grupo ibero-americano da União Internacional dos Magistrados (UIM) e, por consequência, assumiu a vice-presidência da entidade mundial. A eleição se deu por aclamação, durante encontro anual da UIM, em Foz do Iguaçu (PR). Está à frente da representação ibero-americana o juiz Rafael de Menezes, diretor Internacional da AMB. A juíza Maria Cristina Crespo foi escolhida presidente da entidade.



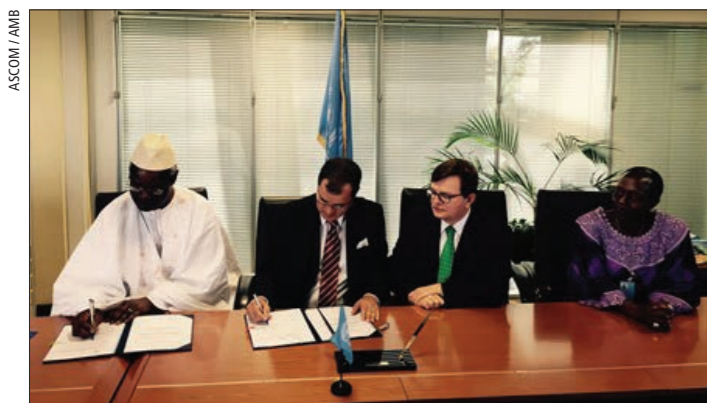
11/11/2014

O combate à corrupção por meio do sistema judicial foi uma das propostas aprovadas durante o 57º encontro do Conselho Central da UIM, que ocorreu em Foz do Iguaçu (PR). A plenária, formada por cerca de 300 juízes de 84 países, também deliberou que a entidade deverá ampliar os esforços no sentido de estimular o associativismo de juízes nos países onde esse movimento ainda é incipiente ou proibido. O presidente da AMB participou do encontro.



13/11/2014

Por unanimidade, o Conselho Central da UIM condenou a decisão do parlamento e do governo do Timor-Leste de expulsar cinco juízes portugueses devido à quebra de acordo judicial entre os dois países. A AMB apoiou a manifestação.



30/01/2015

O presidente, João Ricardo Costa, assinou um acordo de cooperação e suporte aos países africanos de língua portuguesa em direito e governança ambiental. O memorando foi firmado na sede do PNUMA/UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) na capital do Quênia, Nairobi. O trabalho conjunto tem o objetivo de fortalecer a atuação dos magistrados de língua portuguesa no enfrentamento dos litígios relacionados ao meio ambiente.



08/04/2015

O México sediou a reunião semestral do Grupo Ibero-Americano da União Internacional de Magistrados (UIM) e também a 64ª Assembleia da Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM). Os participantes aprovaram a Declaração de Yucatán, na qual foram observadas a importância da independência e da segurança dos magistrados como garantia do Estado Democrático de Direito. Participaram do encontro o presidente da AMB, João Ricardo Costa, e os integrantes da Diretoria Internacional da AMB Rafael de Menezes e Flávia Viana.



16/06/2015

O comitê da Presidência da UIM reuniu-se em Roma. O diretor Internacional da AMB e presidente do grupo ibero-americano da UIM, Rafael de Menezes, participou do encontro e disse que a cúpula da organização internacional decidiu pelo avanço de três ações consideradas prioritárias nos próximos anos: envolver os juízes no combate à corrupção; elaborar uma carta universal com direitos, deveres e prerrogativas dos magistrados; e estimular a criação de associações de magistrados nos países onde ainda não existem essas instituições.



05/10/2015

Magistrados de todo o mundo participaram da 58ª reunião anual da União Internacional de Magistrados (UIM), cuja cerimônia de abertura ocorreu no dia 5 de outubro em Barcelona, na Espanha. O Brasil foi representado pelo presidente da AMB, João Ricardo Costa, pelo ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sidnei Beneti e mais quatro juízes: Flávia Viana, Orlando Faccini Neto, Rafael Palumbo e Walter Barone. O diretor Internacional da AMB e vice-presidente da UIM, Rafael de Menezes, participou na condição de presidente do grupo Ibero-Americano da instituição internacional. O tema recorrente do evento foi a independência dos magistrados.



06/10/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e o diretor Internacional da AMB e vice-presidente da União Internacional de Magistrados (UIM), Rafael de Menezes, reuniram-se com a diretora da Escola Judicial Espanhola, Gema Espinosa Conde. Eles representaram o grupo Ibero-Americano da UIM para tratar de parcerias acadêmicas envolvendo juízes brasileiros e espanhóis.



08/10/2015

O último dia da 58ª reunião anual da União Internacional de Magistrados (UIM) foi marcado pela aprovação de notas de apoio ao Uruguai, Turquia e Ucrânia – países que vêm sofrendo sérias violações à independência do juiz. O material será distribuído nos organismos internacionais, tribunais de direitos humanos e Nações Unidas.

Também foram concluídos os relatórios científico-acadêmicos das comissões de estudo, das quais participaram, pela AMB, os magistrados Flávia Viana, Orlando Faccini Neto, Rafael Palumbo e Walter Barone. Segundo o diretor Internacional da associação e vice-presidente da UIM, Rafael de Menezes, em reunião entre representantes de Brasil, Portugal, São Tomé e Moçambique ficou decidido pela realização de alguns eventos em conjunto.



13/10/2015

Durante encontro da UIM, em Barcelona, a AMB firmou convênio com a Associação Chilena de Magistrados para disponibilização das colônias de férias de ambos os países. O documento, assinado pelo presidente João Ricardo Costa e pelo diretor internacional da entidade chilena, José Delgado, dispõe sobre as áreas de lazer que reciprocamente poderão hospedar juízes brasileiros e chilenos.



15/02/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e a vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da entidade, Maria Madalena Telesca, participaram da posse do advogado sergipano Roberto Caldas como presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A cerimônia aconteceu em San José, na Costa Rica. Ele foi eleito para o cargo em novembro de 2015 e já responde pela entidade desde 1º de janeiro.



17/02/2016

A AMB e a Escola Nacional da Magistratura (ENM) da entidade assinaram o protocolo de cooperação com a Associação Moçambicana de Juízes (AMJ). A primeira ação dessa parceria será o Seminário Internacional sobre corrupção eleitoral que ocorrerá entre os dias 24 e 26 de fevereiro, em Pernambuco. O evento científico contará com a participação de magistrados de Moçambique, Guiné, Europa e América Latina.



19/02/2016

A Jornada da Magistratura, em San José, na Costa Rica, contou com a participação do presidente da AMB, João Ricardo Costa. Em sua palestra, ele falou sobre as expectativas de ampliação da Justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da AMB, Maria Madalena Telesca, presidiu a mesa principal.



15/03/2016

A juíza de direito e coordenadora da Unidade Ambiental do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) Patrícia Antunes Laydner palestrou no Seminário Internacional, Reforma da Justiça, Ambiente e Cidadania, em São Tomé, na África. Patrícia foi representando a AMB e falou sobre o Direito Ambiental no Brasil e também da estrutura do Poder Judiciário.



16/03/2016

O diretor Internacional da AMB, Rafael de Menezes, palestrou no Seminário Internacional, Reforma da Justiça, Ambiente e Cidadania, que aconteceu em São Tomé, na África. O magistrado abordou temas relativos aos direitos humanos, meio ambiente e à independência dos juízes.



19/04/2016

A diretora-adjunta de Relações Internacionais da AMB, Flávia da Costa Viana, foi eleita 2ª vice-presidente da Federação Latino-Americana de Magistrados, durante a votação da 65ª assembleia, em Lima. Na ocasião, foram empossados como presidente e vice-presidente da entidade, Oswaldo Ordoñez, do Peru; e Adriana Orrocu, da Costa Rica, respectivamente. A nova diretoria ficará no cargo até abril de 2018. No mesmo dia, magistrados brasileiros estiveram com o embaixador do Brasil em Lima, Marcos Raposo Lopes.



20/04/2016

Foi realizada a primeira assembleia da nova diretoria eleita da FLAM. O presidente da AMB, João Ricardo; o diretor Internacional, Rafael de Menezes; e a diretora-adjunta Internacional da associação, Flávia Viana (recém-eleita para compor o corpo diretivo da entidade), acompanharam os trabalhos da 65ª Assembleia, juntamente com o desembargador brasileiro Guinther Spode, que foi presidente da Federação de 2004 a 2006.



**27/07/2016**

Em comitiva formada por juízes brasileiros, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, foi recebido pelo embaixador do Brasil no Timor Leste, Aldemo Garcia. Na oportunidade, ele foi convidado para a abertura do Seminário Internacional Tribunais no Estado de Direito, que acontece em Díli.

**28/07/2016**

A AMB firmou protocolos de cooperação com juízes de países de língua portuguesa para capacitação de magistrados e aprimoramento dos sistemas judiciais, por meio da Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB. Os protocolos foram assinados com as associações que congregam a magistratura em Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste. A AMB já havia firmado protocolo com o mesmo instrumento com Moçambique.

1º/08/2016

Na assembleia-geral da União Internacional de Juízes da Língua Portuguesa (UIJLP), em Díli, Timor Leste, os juízes de Angola, Brasil, Portugal, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste elegeram a juíza Flávia da Costa Viana, diretora-adjunta de Relações Internacionais da AMB, como presidente do Conselho Executivo da referida entidade e sucessora do desembargador português Nuno Coelho, um dos fundadores da organização. A juíza brasileira foi eleita por unanimidade.

02/08/2016

Diretores da AMB participaram do Seminário Internacional Tribunais no Estado de Direito, que aconteceu em Díli, Timor Leste. O assessor da presidência da AMB, Antônio Silveira Neto, palestrou no painel Estado de Direito, Políticas Criminais. A diretora-adjunta de Relações Internacionais da AMB e presidente do Conselho Executivo da UIJLP, Flávia Viana, abordou A Justiça e a Comunicação Social: Análise das Boas Práticas nos Documentos Internacionais. A integrante da Comissão de Direitos Humanos da AMB, Sandra Silvestre, tratou da Política Criminal e Políticas Sociais. O presidente João Ricardo Costa também participou do evento.

Jurisdição Eleitoral

**15/07/2014**

A Resolução 23.422/2014 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que trata do rezoneamento na Justiça Eleitoral, foi tema da audiência realizada com o presidente do TSE, Dias Toffoli. No encontro, a AMB, representada pelo vice-presidente Institucional, Sérgio Junkes, se posicionou contra a resolução porque a mudança prejudica o eleitor e afeta a eficiência da Justiça Eleitoral como um todo.

**09/12/2015**

Dirigentes da AMB e o presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, Pedro Bitencourt, reuniram-se com o presidente do TSE, Dias Toffoli, e com o ministro Henrique Neves a fim de tratar do pedido feito pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) para o exercício alternado da jurisdição eleitoral de primeira instância pelos juízes federais e estaduais. A AMB é contrária a esse pedido e entende que a pretensão da Ajufe envolve a necessidade de alteração tanto da Constituição Federal, como do Código Eleitoral, da Loman, e igualmente da Lei Orgânica da Justiça Federal.

**15/12/2015**

Em reunião em Brasília, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, conversou com presidentes de tribunais de Justiça, associações regionais de magistrados e de tribunais regionais eleitorais. Na pauta, o pedido Ajufe ao TSE para que a jurisdição das eleições de primeiro grau fique a cargo dos juízes federais. Os magistrados redigiram uma carta a ser entregue ao ministro Gilmar Mendes manifestando contrariedade à pretensão da Ajufe.



15/12/2015

No encontro com o ministro Gilmar Mendes, os presidentes entregaram manifesto de defesa da jurisdição eleitoral contra a pretensão da Ajufe, que inclusive já obteve parecer favorável na Procuradoria Geral da República (PGR). Segundo as entidades, a petição da Ajufe é inconstitucional.

04/03/2016

Ao palestrar no 106º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça sobre Justiça Eleitoral, em Campo Grande, o presidente da AMB afirmou que “é necessário ter uma posição firme dos tribunais no sentido de que o TSE demonstre a confiança que tem na magistratura estadual arquivando de imediato o pedido da Ajufe”. A declaração se refere ao pedido que a Ajufe fez a esse órgão com a intenção de transferir a jurisdição eleitoral para a Justiça federal.

1º/02/2016

Em reunião com a ministra do TSE Luciana Lóssio, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, tratou a questão da jurisdição eleitoral. Tramita naquela Corte o pedido da Ajufe para que a jurisdição das eleições de primeiro grau fique a cargo dos magistrados federais. Para a entidade, a Justiça Eleitoral é a mais bem avaliada, célere e não há motivo para aceitar esse discurso.

Justiça do Trabalho



07/04/2016

A AMB participou de manifestações contra a medida que representa um corte para a Justiça do Trabalho de 30% para as verbas de custeio e de 90% para as de investimento, e já afeta atividades dos tribunais. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, marcou presença no ato público realizado no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, em São Paulo. Segundo o magistrado, essa política de restrições orçamentárias da Justiça do Trabalho indica mais um ato de represália do que de economia.



02/05/2016

A vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da AMB, Maria Madalena Telesca, participou do ato público pela valorização da Justiça do Trabalho. A atividade foi promovida pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV), em Porto Alegre. Também participaram do evento dirigentes associativos, desembargadores, advogados e servidores.

Licença-paternidade

31/05/2016

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deferiu parcialmente o pedido da AMB – em conjunto com Anamatra e Ajufe – de estender a licença-paternidade de magistrados de cinco para 20 dias. No pedido, a AMB argumentou que o aumento do benefício foi concedido aos trabalhadores sob regime da CLT por meio da Lei 13.257/2016, tal qual implementado pelo Decreto 8.737/2016, para os servidores públicos submetidos aos regimes da 8.112/90 e pelo MPF.



05/07/2016

O plenário virtual do Conselho Nacional de Justiça ratificou a liminar da AMB, em conjunto com Anamatra e Ajufe, de estender a licença-paternidade de magistrados de cinco para 20 dias. A decisão foi unânime. O mérito ainda precisa ser julgado pelo plenário. No entanto, com a liminar, o CNJ já autoriza tribunais de todo o Brasil a editarem atos que permitam a prorrogação do benefício.

Loman



ASCOM / AMB

29/01/2014

A Loman foi tema de reunião do presidente da AMB, João Ricardo Costa, e do diretor-tesoureiro da associação, Emanuel Bonfim, com o ministro Ricardo Lewandowski, do STF.



ASCOM / AMB

13/01/2015

A AMB criou uma comissão para analisar e elaborar propostas para o texto que propõe o novo Estatuto da Magistratura.



ASCOM / AMB

03/02/2015

Em reunião, os integrantes da comissão da AMB sobre a Loman definiram que as eleições diretas para os presidentes dos tribunais, a possibilidade de remoção entre magistrados estaduais ou federais de tribunais diferentes e a limitação temporal dos afastamentos e da pena administrativa de disponibilidade devem constar na proposta que a entidade vai apresentar ao texto do novo Estatuto da Magistratura.



ASCOM / AMB

17/03/2015

Foi realizada nova reunião da comissão da AMB formada para estudar e encaminhar sugestões ao texto da nova Loman. Os principais temas tratados foram paridade; eleições diretas nos tribunais; permuta entre juízes estaduais de diferentes tribunais; definição do prazo da pena de disponibilidade remunerada e de critérios objetivos para a promoção por merecimento; revisão anual dos subsídios e automaticidade; além de participação efetiva do 1º grau no planejamento orçamentário e financeiro dos tribunais.



16/04/2015

A Comissão da AMB que analisa a proposta de modificação da Loman discutiu pontos prioritários do trabalho, entre eles a garantia da paridade entre ativos e inativos como uma cláusula pétrea e de uma política remuneratória estável e de carreira para os magistrados. A comissão também analisou as sugestões encaminhadas pelos associados.



05/05/2015

Integrantes da Comissão da Nova Loman da AMB elencaram mais dois princípios a serem levados em conta durante a revisão do Estatuto da Magistratura: extensão à magistratura dos mesmos direitos e vantagens das demais carreiras jurídicas e a distribuição da força de trabalho proporcional à demanda nas unidades do Judiciário. Ao todo, a AMB considera 10 princípios como sendo fundamentais e que não devem ficar de fora da nova Loman.



11/06/2015

A AMB se posicionou contra PEC 64/2015 - protocolada no dia 27 de maio pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) -, que autoriza o Parlamento a propor nova Loman. A entidade argumentou que a proposta afronta o princípio da independência dos poderes e por isso é inconstitucional.



07/08/2015

A AMB posicionou-se contra ação da OAB/SP, que enviou 18 propostas à nova Loman ao ministro Ricardo Lewandowski. Em face do ocorrido, a Associação mandou um ofício ao presidente do STF com o objetivo de fazer ponderações e prestar esclarecimentos. De acordo com entidade, as sugestões causaram desconforto na magistratura.

02/12/2015

Em sessão administrativa, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovaram que os juízes de primeiro grau podem escolher seus indicados para os cargos diretivos dos tribunais, em lista tríplice, no texto da proposta da nova Loman. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, acompanhou a sessão.



03/12/2015

O papel das escolas judiciais e associativas a partir do novo texto da Loman foi tema de debate no Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura. O diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, Cláudio dell'Orto, abriu o evento lembrando que o assunto tem suscitado debates e que se torna necessário elaborar propostas e encaminhar ao STF um texto-base que preserve a atuação das escolas associativas.



22/02/2016

Em encontro da Escola Nacional da Magistratura (ENM), o presidente da Comissão da AMB para acompanhamento do anteprojeto do Estatuto da Magistratura, Eduardo Uhlein, relatou aos colegas magistrados o trabalho de estudo e elaboração de princípios ao novo texto da Loman. Uhlein ainda informou que a agenda do STF prevê que o tema seja esgotado nas sessões administrativas até meados de abril, e de lá deve seguir para apreciação no Congresso Nacional.

25/02/2016

Em sessão administrativa do anteprojeto de Lei Complementar do Estatuto da Magistratura do STF, os ministros votaram e aprovaram algumas das propostas da nova Loman. O secretário-geral adjunto da AMB, Alexandre Abreu, acompanhou a sessão. Na ocasião, foram votados 34 artigos que tratam das convocações até as ouvidorias. Entre eles, o artigo 48, que assegura a manifestação das entidades associativas de magistrados em todos os órgãos colegiados dos tribunais de deliberação administrativa, nos assuntos de interesses de seus associados.

29/04/2016

Em vias de ser aprovada por sessão administrativa do Supremo Tribunal Federal, a proposta de alteração da Loman já foi debatida em diversas sessões da Corte. Os ministros têm votado as mudanças em bloco de artigos. Desde dezembro de 2014, quando o presidente do STF e do CNJ, Ricardo Lewandowski, divulgou a minuta do anteprojeto, a AMB tem trabalhado intensamente nessa pauta com estudos, debates e proposições.

04/08/2016

O STF retomou o debate sobre as propostas de mudança na nova Loman. O secretário geral-adjunto da AMB, Alexandre Abreu, e o membro da Comissão Legislativa da entidade e presidente da Amapi, Leonardo Trigueiro, acompanham a sessão administrativa. Nessa data, o único ponto debatido pelos ministros foi a questão das consultas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e seus efeitos.

17/08/2016

O Supremo aprovou a proposta da nova Loman no capítulo que trata da simetria com o Ministério Público (MP) e as demais carreiras de Estado. Foi decidido que o texto referente aos direitos e vantagens da magistratura será reescrito, considerando aqueles assegurados ao MP como um ponto de partida. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e o coordenador da Comissão da Nova Loman, Eduardo Uhlein, acompanham a sessão administrativa.



ASCOM / AMB

Os 10 pontos da Loman defendidos pela Comissão da AMB:

1. Paridade remuneratória entre ativos e inativos, de forma a assegurar a igualdade de tratamento remuneratório entre todos os membros da carreira, ativos e aposentados (e, no que couber, aos pensionistas), assim efetivando a garantia constitucional da vitaliciedade;
2. Definição de mecanismo que concretize o direito à revisão anual do subsídio, previsto constitucionalmente, assim como a automaticidade a toda a magistratura, observado o seu caráter nacional;
3. Eleições diretas para cargos administrativos nos tribunais, uma das bandeiras históricas da AMB;
4. Definição de critérios objetivos para a promoção por merecimento, aspiração histórica da magistratura, e que, atualmente, apesar dos atos administrativos editados pelo CNJ, ainda não é uma realidade observada pela maioria dos tribunais;
5. Participação efetiva do primeiro grau no planejamento orçamentário e financeiro dos tribunais;
6. Fixação de prazo máximo de dois anos para a sanção disciplinar de disponibilidade remunerada, visto que, pela Loman atual, há apenas a previsão de que o magistrado colocado em disponibilidade pode, após dois anos, requerer o seu retorno à atividade. Desta forma, o juiz fica sujeito à discricionariedade do respectivo tribunal, acarretando, em muitos casos, o prazo ilimitado da sanção, com ofensa ao princípio da proporcionalidade;
7. Previsão do direito à permuta entre juízes estaduais vinculados a diferentes tribunais estaduais, desde que já vitalícios e sujeitos ao mesmo regime previdenciário, o que vai ao encontro do caráter nacional da magistratura;
8. Impossibilidade do enquadramento de atos jurisdicionais como improbidade administrativa: as decisões judiciais, ainda quando reputadas ilegais, devem ser combatidas pelos recursos e medidas processuais, no devido processo legal, sem retirar a independência do magistrado e o seu livre convencimento, erigidos em benefício da sociedade;
9. Extensão à magistratura dos mesmos direitos e vantagens das demais carreiras jurídicas;
10. Distribuição da força de trabalho proporcional à demanda nas unidades do Judiciário.

Maioridade Penal



27/03/2015

A AMB fez um alerta quanto à Proposta de Emenda à Constituição 171/1993, que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal. “Reduzir a maioridade penal não vai garantir o aumento da segurança. Somente com investimentos em educação e o desenvolvimento de políticas públicas para a jovens, crianças e adolescentes, conseguiremos reduzir os índices de criminalidade no Brasil”, alertou o presidente da entidade, João Ricardo Costa.



31/03/2015

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da PEC 171/1993, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. Foram 42 votos a favor e 17 contra. Juízes especializados na área de infância e juventude consideraram a redução da maioridade penal um equívoco e um grande retrocesso, pois não resolverá o problema da violência e segurança pública. A AMB ouviu diversos magistrados que atuam em varas de Família:

“Não acredito que jogar adolescentes no sistema prisional adulto trará mais segurança à sociedade brasileira”

Sidinei Brzuska

Juiz da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre (RS)

“Quem é a favor de que jovens de 16 e 17 anos sejam encarcerados tem o posicionamento embasado na cultura da vingança, e não na da recuperação do ser humano”

Paulo Augusto Irion

Juiz do 2º Juizado da 1ª Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre (RS)

“O que existe é um maior clamor de segurança pública e reduzir a maioridade não adianta em nada. O debate sobre a redução da maioridade penal está num viés equivocado”

Renato Rodvalho Scussel

Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância da Juventude (Abraminj), integrante da Comissão Executiva da Justiça Restaurativa da AMB e titular da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal

“Tão somente reduzir a idade penal é dizer para a população uma mentira, um engodo. Vai diminuir a violência? Não, vai aumentar”

José Antônio Daltoé Cezar

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)

“Brasil é signatário de várias convenções internacionais e se obriga a não retroceder sobre os direitos assegurados por esses acordos”

Camilla de Jesus Mello Gonçalves

Juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Região Norte da Comarca de São Paulo (SP) e membro da Comissão de Direitos Humanos da AMB

“O encarceramento de adolescente não vai ser a solução, vamos continuar reféns de uma segurança pública ineficaz. E o adulto que se utiliza de adolescentes na prática de crimes vão começar a utilizar crianças de 11, 12 anos”

Valéria Rodrigues

Juíza titular da Vara Infração da Infância e da Juventude de Belo Horizonte (MG)

“A gente identifica que a maioria das práticas de delito tem como pano de fundo as drogas, a falta de investimento do Estado em políticas públicas e a desestrutura familiar”

Fábio Brandão

Juiz titular da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei de Curitiba e juiz auxiliar da Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)

“Deve-se focar intensamente em ações alternativas, de não-restrição de liberdade, como a Justiça Restaurativa – que tem se mostrado muito eficaz. Mas isso requer investimento e estrutura”

Egberto Penido

Juiz da 1ª Vara Especial da Infância e Juventude de São Paulo (SP)

“Entendo que o sistema merece outro tipo de reparo, não havendo sentido em modificar regra constitucional sem que tenha sido revisado o sistema penal como um todo”

Fernando Wolff Bodziak

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)

“Reduzir a maioria penal é desviar o foco do problema da segurança pública para os jovens, especialmente, os pobres”

Sérgio Kreuz
Juiz da Infância e Juventude da Comarca de Cascavel (PR)

“O adolescente não vai deixar de praticar o ato infracional ou, como agora proposto, o crime, por causa da redução da idade penal, da mesma forma que o adulto não deixou de cometer os crimes considerados hediondos depois do acirramento da lei”

Reinaldo Cintra Torres de Carvalho
Juiz da Vara da Infância e da Juventude da Lapa, São Paulo (SP)

“Buscar a redução da maioria penal achando que vai diminuir a violência juvenil só nos leva a pensar que estão enganando a sociedade e retirando os direitos consagrados dos jovens”

Maria Roseli Guiesmann
Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) e integrante da Comissão de Direitos Humanos da AMB

“Existem outros mecanismos para responder à sociedade por mais segurança que não a redução da maioria penal. É necessário reconhecer a legitimidade da demanda social por garantia da ordem pública, mas isso não significa oferecer a ela uma resposta ilusória sobre o problema da violência”

Leoberto Brancher
Coordenador da campanha Justiça Restaurativa do Brasil da AMB

“A luta deveria ser para que todas as políticas públicas previstas no ECA fossem implementadas, porque não pode dizer que algo não funcionou se ele nunca foi implementado”

Ana Cristina Borba Alves
Integrante da Secretaria da Infância e Juventude da AMB

“Vai levar esses adolescentes de 16 a 18 anos para onde? O Brasil tem uma escassez imensa de vagas em penitenciárias. Nós temos a segunda maior superlotação do mundo, perde só para os Estados Unidos. Apenas 1% dos crimes violentos praticados no País são praticados por adolescentes”

Élio Braz
Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de Recife e membro da Comissão Direitos Humanos da AMB

“O resultado do sistema socioeducativo é igual ao sistema carcerário: a não recuperação, as tragédias acontecendo, as rebeliões etc. Se você quer mudar uma situação mudando apenas uma letra da lei vai continuar igual ou pior”

Janete Pantaleão
Coordenadora das Varas da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e membro da Comissão de Direitos Humanos da AMB



28/04/2015

Juristas, acadêmicos, políticos, estudantes e integrantes de movimentos sociais fizeram um ato público na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) contra a redução da maioria penal. A juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves, da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Norte da Comarca de São Paulo, membro da Comissão de Direitos Humanos da AMB, representou a entidade no evento.



22/05/2015

A redução da maioria penal foi o principal tema do XVII Encontro do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), em São Paulo, e reuniu mais de 40 magistrados brasileiros que atuam na área da infância e da juventude. O vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto, e Vera Deboni, integrante da Secretaria da Infância e da Juventude da associação, participaram das discussões. O Fonajuv emitiu moção de apoio e louvor ao posicionamento da AMB contra a redução.



27/05/2015

Diversos estados promoveram ações para marcar o Dia Nacional de Luta Contra a Redução da Maioridade Penal. Em Brasília, a AMB participou do movimento, que teve como ponto alto uma caminhada na Esplanada dos Ministérios. A associação foi representada pelo juiz Elio Braz, que integra a Comissão de Direitos Humanos da entidade e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).



10/06/2015

A AMB foi convidada pelo ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Pepe Vargas, para participar da construção de uma proposta alternativa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos.



17/06/2015

A redução da maioridade penal foi tema da reunião com os parlamentares da bancada do Paraná, no plenário 12, da Câmara dos Deputados. Dirigentes da AMB, promotores de Justiça e defensores debateram sobre o assunto que teve a participação do ministro Sérgio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e do ex-procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Paraná, Olympio de Sa Sotto Maior Neto.



30/06/2015

A constitucionalidade e a eficácia da redução da maioridade penal foram temas de discussão na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa, foi um dos debatedores.



1º/07/2015

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou o texto elaborado pela Comissão Especial para a PEC 171/1993. Foram 303 votos a favor, 184 votos contra e três abstenções. O mínimo necessário para a aprovação da proposta seria de 308 votos. Segundo o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, os deputados ainda precisarão votar o texto original da proposta, que reduz a maioridade para 16 anos em todos os casos.



08/07/2015

Representantes de entidades contrárias à redução da maioridade penal, entre elas a AMB, se reuniram com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para antecipar a discussão do tema na Casa. Calheiros disse que o Senado vai garantir o amplo debate sobre a redução. O senador anunciou que pretende criar uma comissão especial para analisar o assunto.



12/08/2015

Em reunião em Brasília, a Comissão de Direitos Humanos da AMB discutiu temas como a redução da maioridade penal e a ampliação do tempo de internação dos adolescentes infratores. Na ocasião, os magistrados manifestaram-se contra as duas medidas. "Achamos esse debate crucial para a nação e devemos, inclusive, discutir as demais possibilidades que a classe política e outros setores da sociedade desejam nos impor", disse o vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto.



09/05/2016

Integrantes da diretoria da AMB se reuniram com o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Leonardo Steiner, e o coordenador da Pastoral do Menor, André Franzini, a fim de discutir sobre uma campanha para conscientizar a sociedade da necessidade de medidas socioeducativas aos adolescentes infratores. Os perigos da redução da maioridade penal também serão tema da campanha.



19/08/2016

A AMB participou do XIX Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), realizado nos dias 18 e 19 de agosto, em Pirenópolis (GO). O evento foi marcado pela apresentação e discussão de propostas dos magistrados para a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei 12.594/2012 – Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Novas filiadas

AMATRA XI

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 11ª Região

29/04/2016

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 11ª Região (Amatra XI), com sede em Manaus, filiou-se à AMB. A entidade estava afastada desde 2002. O retorno foi aprovado por unanimidade, em Assembleia Geral Ordinária da Amatra XI, realizada no começo do ano. O retorno foi celebrado em 24 de junho, em um almoço com os magistrados do Tribunal de Justiça da capital amazonense.

07/07/2016



Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 20ª Região

Após mais de dez anos longe da instituição, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 20ª Região (Amatra XX), com sede em Aracaju, refiliou-se à AMB. A presidente da Amatra XX, Flávia Pessoa, disse que a entidade entendeu que era necessário o fortalecimento das instituições associativas em um momento no qual acontecem ofensas às prerrogativas da magistratura. A proposta de retorno à AMB foi sugerida na assembleia geral extraordinária de 4 de julho de 2016 e a filiação aconteceu no dia 7 de julho.

Novo CPC



13/03/2014

Instalada a Comissão de Estudos da AMB para o novo Código de Processo Civil (CPC) sob a coordenação do desembargador Marcos Alaor Grangeia. Durante a reunião, foi definido o calendário para acompanhamento da tramitação do projeto. Também são integrantes da comissão os magistrados Thiago Almeida (TJPI), Ricardo Schmidt (TJRS) e Paulo Henrique Martins (TJSC).



12/05/2014

A comissão de estudos da AMB, criada para analisar e dar sugestões ao novo Código de Processo Civil, finalizou o texto com as recomendações da AMB sobre a matéria. Em reunião na sede da entidade, os integrantes da comissão ajustaram as últimas recomendações ao novo CPC, que foram encaminhadas ao presidente Renan Calheiros (PMDB/AL) e aos membros da comissão especial.



04/06/2014

A comissão de estudos da AMB finalizou o trabalho ao preparar um documento contendo 16 pontos que considera fundamentais para o aperfeiçoamento do CPC. Essa compilação de sugestões foi entregue ao ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo magistrado Paulo Henrique Moritz Martins da Silva.



17/12/2014

O Senado aprovou os 16 destaques ao projeto do novo Código de Processo Civil. A AMB acompanhou a sessão e comemorou a manutenção da possibilidade de bloqueio e a penhora de dinheiro, de aplicação financeira e outros ativos. Esse item é uma das 12 sugestões da associação que foram acatadas no relatório do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Antes do início da votação, a entidade entregou aos senadores um documento em que enfatizava a preocupação com o fim da antecipação de tutela pelo sistema de ferramenta do BACENJUD.



04/03/2015

Representantes da AMB e da Anamatra estiveram com o secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, para tratar do pedido de vetos ao novo Código de Processo Civil, feito pelas duas entidades em conjunto com a Ajufe. Para os magistrados, pelo menos três pontos aprovados pelo Congresso Nacional afetarão a gestão do acervo de processos, a independência pessoal e funcional dos juízes e a produção de decisões judiciais em todas as esferas do País.



16/03/2015

A presidente Dilma Rousseff sancionou o novo Código de Processo Civil. A cerimônia de assinatura da lei contou com a participação do desembargador substituto Paulo Moritz e o juiz Thiago Brandão.

O ministro Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas responsável por formular o texto que foi votado no Congresso Nacional, após cinco anos em tramitação, disse que o projeto foi bastante discutido com a sociedade, com quase 100 audiências e 80 mil e-mails recebidos sobre o tema. O novo Código substitui o de 1973.



11/09/2015

A AMB apoiou o PL 2.913/2015, de autoria do deputado Victor Mendes (PV/MA), que altera de um para três anos o prazo para que o texto sancionado em março de 2015 passe a valer. Para a entidade, o prazo determinado na lei sancionada é demasiadamente curto para implementação de uma norma de grande impacto no sistema judicial. Além disso, os tribunais não tiveram tempo necessário para receber as modificações impostas pelo novo código. Se a medida for aprovada, o novo CPC deverá entrar em vigor somente em 2018.



30/10/2015

O novo Código de Processo Civil foi debatido durante o XXII Congresso Brasileiro de Magistrados (CBM), realizado no município de Rio Quente (GO). Intitulado O Magistrado e o Novo CPC, o painel reuniu juízes estudiosos do tema e teve a coordenação da vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da AMB, Madalena Telesca. O objetivo foi discutir sobre pontos polêmicos, vantagens e desvantagens do novo CPC.

19/11/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, passou a integrar o Conselho Consultivo da IV Cúpula Justina – O Judiciário e os Interesses Vitais da Nação Brasileira, que teve como principal tema a aprovação do novo Código de Processo Civil.



24/11/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e a diretora-adjunta de Relações Internacionais da entidade, juíza Flávia Viana, visitaram o Poder Judiciário em Portugal. Eles trocaram informações sobre a implementação do novo CPC naquele País e fizeram uma comparação da quantidade de recursos nos dois sistemas.



15/12/2015

Após a mobilização de magistrados e da AMB, o Senado aprovou o PLC 168/2015, com alterações no novo CPC. As principais mudanças se referem à manutenção do juízo prévio de admissibilidade dos recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao fim da obrigatoriedade de seguir a ordem cronológica para o julgamento dos processos.

28/01/2016

A AMB e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) encaminharam ofício à Presidência da República solicitando veto ao inciso I do art. 3º do PLC nº 168/2015, que previa revogação total do art. 945 – que possibilitava julgamentos colegiados por meio eletrônico em casos que não se admite sustentação oral pelos advogados das partes.

05/02/2016

A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.256, que fez uma série de alterações no novo CPC. Entre as mudanças, a que restabeleceu para as cortes locais a análise prévia de recursos encaminhados ao STF e STJ e o fim da obrigatoriedade dos julgamentos em ordem cronológica. Outro ponto foi a extinção do plenário virtual, o que, para a AMB, tratou-se de um retrocesso. Já em relação a não obrigatoriedade dos julgamentos em ordem cronológica, a entidade comemorou o fato.

18/03/2016

O novo Código de Processo Civil entrou em vigor. Em uma série de matérias para o site e o jornal da AMB, os integrantes da comissão da entidade sobre o novo CPC comentaram e tiraram dúvidas em relação às principais alterações que resultaram na Lei nº 13.105/2015.

**04/04/2016**

A comissão da AMB sobre o novo CPC elaborou sugestões ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca da legislação. A solicitação partiu do próprio CNJ, que fez consulta pública junto a entidades ligadas ao Poder Judiciário. O objetivo foi ampliar o debate e aperfeiçoar os textos propostos.

**10/05/2016**

Durante a 11ª reunião do Conselho de Representantes, os magistrados aprovaram que a AMB entrasse com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF para rever artigos do novo CPC que atentaram contra a independência do juiz e a autonomia do Judiciário, como o 10º, 933º e 489º.

**11/05/2016**

A AMB participou da audiência pública promovida pelo CNJ para tratar das modificações trazidas pelo novo Código de Processo Civil. O juiz do Piauí Thiago Brandão, integrante da comissão da associação sobre o novo CPC, fez a sustentação oral dos pontos defendidos pela entidade.

**13/05/2016**

O juiz Thiago Brandão, da comissão da AMB sobre o novo CPC, representou a entidade nos dois dias do Seminário Conciliação e o Novo Código de Processo Civil. O evento foi realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF).

15/06/2016

A AMB, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) protocolaram petição junto ao STF pedindo que, em razão da revogação da Resolução nº 82 do CNJ por edição de nova lei, fosse declarada a perda de objeto da ação. As entidades argumentaram que o novo CPC trata de forma ampla a matéria no artigo 145, anulando a exigência antes feita nos artigos 1º e 2º da resolução em debate.

11/07/2016

Os desafios à implementação do novo CPC serão abordados pelos juízes Fernando Gardoni e Salomão Viana durante o VI Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje), que ocorrerá de 3 a 5 de novembro de 2016, em Porto Seguro (BA). A programação científica do evento foi finalizada após a 3ª reunião da comissão de magistrados responsável por essa área.

25/07/2016

A AMB ajuizou, em conjunto com Anamatra e Ajufe, mandado de segurança coletivo (MS 34.316), com pedido de liminar, no STF contra ato da Corregedoria Nacional de Justiça que exigia o cumprimento da Resolução nº 82/2009 do Conselho Nacional de Justiça, já revogada pelo novo CPC.

25/08/2016

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar no Mandado de Segurança 34.316, impetrado pela AMB, Anamatra e Ajufe, suspendendo os efeitos do Ofício Circular 22/2016 da Corregedoria Nacional de Justiça. Na decisão foi acolhida a argumentação das entidades, que apontavam que o ato estava em desacordo com o que preconiza o novo CPC no § 1 do art. 145.

Presidente do Conselho dos TJs na AMB

ASCOM / AMB

**02/07/2014**

O desembargador Milton Nobre, à frente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, participou da 3ª Reunião do Conselho de Representantes da AMB, em Brasília. Milton ressaltou, entre outros temas, o fortalecimento da Justiça Estadual que, segundo ele, quer pautar os debates e não ser coadjuvante nas decisões que envolvem o Judiciário. Ele recebeu diversas menções elogiosas e uma placa da AMB em homenagem à sua atuação em favor da justiça.

ASCOM / AMB

**1º/03/2016**

Dezenas de magistrados estiveram na 10ª edição da reunião do Conselho de Representantes, em Brasília. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, deu as boas-vindas aos presidentes das associações regionais e ao presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil (antigo Colégio Permanente) e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Pedro Bitencourt. O presidente da AMB destacou a ligação entre o Conselho dos Tribunais e a base da magistratura. Bitencourt frisou a importância da união na magistratura.

AMB nas Redes Sociais

19/08/2014

A AMB lançou em seu site e páginas nas redes sociais a campanha Votar é Legal para orientar e incentivar os cidadãos a escolherem seus representantes de forma consciente nas eleições de outubro de 2014.



23/02/2015

A AMB lançou mais um canal de comunicação, desta vez na rede social Instagram. Com o perfil "magistradosbrasil", a entidade divulga o cotidiano da magistratura, com publicações próprias e também de tribunais de Justiça e associações filiadas. A entidade já contava com perfis no Facebook, Twitter, YouTube e Flickr.



04/08/2015

O crescimento da AMB nas redes sociais foi um dos principais pontos abordados no V Encontro de Jornalistas das Associações Filiadas à AMB (Ejafa), em Brasília. Além de apresentar os números, o diretor da Ampli Comunicação, Richard Belle Branco, falou sobre os cuidados necessários nas postagens.



11/08/2015

Durante o lançamento do movimento nacional "Não Deixe o Judiciário Parar", em Brasília, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, apresentou a plataforma digital da campanha. O movimento envolve a sociedade na busca por uma Justiça mais ágil promovendo as hashtags #naodeixejudiciarioparar e #placardajustica nas redes sociais.

29/03/2016



A interação e a comunicação ficaram mais fáceis e práticas a partir da criação do aplicativo WhatsApp. Pensando nisso, a AMB lançou uma nova ferramenta de comunicação com os associados, por meio do aplicativo. Foi dada ao magistrado a oportunidade de participar do canal de notícias da AMB pelo broadcast do WhatsApp, recebendo em tempo real os principais fatos, comunicados e informações relevantes sobre pautas e ações que interessam à magistratura. Para se cadastrar, basta adicionar aos contatos do celular o número do WhatsApp da AMB – (61) 9 8165-4974 – e enviar uma mensagem solicitando a inclusão para fazer parte do grupo.

26/08/2016



A AMB lançou o "Manual da AMB para magistrados: o uso das redes sociais". A publicação exclusiva contém dicas de uso e de preservação da imagem dos juizes nas mídias digitais, tutorial de configurações de segurança e privacidade para cada plataforma, exemplos de boas práticas e as não recomendáveis e, ainda, um guia com endereços das associações filiadas à AMB e dos tribunais de Justiça.

AMB Quer Ouvir Você



25/03/2015

A AMB encaminhou aos associados uma pesquisa para conhecer o perfil dos magistrados associados à entidade e também para saber a opinião sobre temas relevantes para o Judiciário e a sociedade. O último questionário deste tipo foi realizado em 2006. O estudo teve a consultoria técnica da professora da Universidade de São Paulo (USP) Maria Tereza Sadek.

09/04/2015

A AMB preparou uma ampla pesquisa entre os magistrados para conhecer o posicionamento de seus associados acerca de assuntos ligados ao Judiciário e à sociedade. O questionário trouxe 64 perguntas sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a independência dos tribunais, a composição do Supremo Tribunal Federal (STF), a eleição direta para os cargos de direção dos tribunais, a valorização da magistratura, a reforma política, a descriminalização do uso das drogas, entre outros temas.

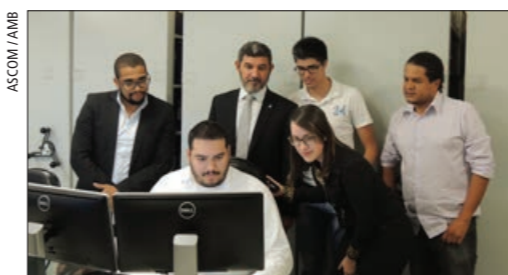
12/05/2015

A AMB sorteou passagens internacionais como parte da estratégia para incentivar os associados a responderem à Pesquisa AMB 2015. O primeiro sorteio foi referente a uma viagem a Paris. O código de barras AMB 00873 sorteado foi para Rogério Delatorre, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre (RS).



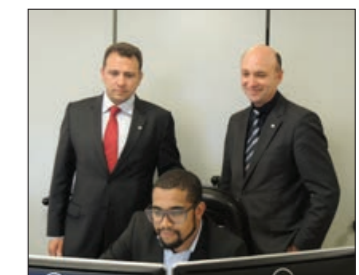
03/06/2015

A magistrada Maria Diorlanda Castro Nóbrega, da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), ganhou a passagem para Nova Iorque. O código de barras sorteado foi o AMB 08482.



10/06/2015

A AMB fez o último sorteio de passagens aéreas entre os associados que encaminharam formulários da Pesquisa AMB 2015 à entidade até o dia 29 de maio. Três magistrados paraibanos foram contemplados. Pela ordem do regulamento da pesquisa, o primeiro sorteio foi para uma viagem a Santiago. A vencedora foi Flávia Fernanda Aguiar Silvestre com o código AMB 06544. A passagem aérea para Montevidéu foi para Antônio Jeremias Inácio da Silva, cujo código da pesquisa era o AMB 07555. Já a viagem para Buenos Aires saiu para Adênio de Almeida Leite, com o código AMB 07129. O sorteio foi realizado pelo site Random.org e todos os contemplados tiveram direito a levar um acompanhante.



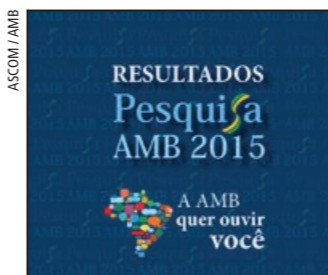
09/12/2015

A pesquisa interna "A AMB quer ouvir você" foi divulgada pela AMB. Foram mais 50 questionamentos elaborados pela entidade e enviados aos seus 14 mil associados, que responderam espontaneamente e de forma anônima. Entre os assuntos abordados constam: corrupção, reforma política, maioria penal, avaliações das instituições e do Judiciário brasileiro, o trabalho da atual diretoria da AMB e o perfil dos magistrados.



09/12/2015

A AMB disponibilizou na Integra os resultados da pesquisa interna "A AMB quer ouvir você", realizada entre os magistrados filiados à entidade, no ano de 2015. Foram 3.663 respostas – o que corresponde a aproximadamente 30% dos associados à AMB –, que se manifestaram espontaneamente a respeito de diversos temas considerados relevantes para o Judiciário e a sociedade. Para conferir o conteúdo, basta clicar no site da AMB, no menu, em sala de imprensa, publicações especiais.



15/04/2015

A entidade colocou no ar o hot site sobre a Pesquisa AMB 2015 realizada entre seus associados. No endereço eletrônico www.amb.com.br/pesquisa – restrito apenas aos magistrados – era possível encontrar todas as notícias a respeito do questionário, o regulamento e a carta de apresentação da pesquisa.

17/04/2015

No programa Brasil Justiça, o juiz do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e coordenador da Pesquisa AMB 2015, Sérgio Junkes, falou sobre o assunto.



Cidadania e Justiça na Escola

15/10/2014

A Cartilha da Justiça e Cidadania foi reformulada pela AMB e ganhou o nome de Cartilha da Justiça e Cidadania na Escola. O material foi lançado em 1992 e tem sido distribuído aos alunos de escolas públicas de todo o Brasil. Temas como violência doméstica, racismo, trabalho análogo ao escravo, meio ambiente e respeito aos idosos foram incluídos na nova edição.



Fotos: ASCOM / AMB

02/06/2015 A nova versão da Cartilha da Justiça e Cidadania foi lançada com o auditório do Fórum de Brasília lotado de crianças. A AMB destacou que o projeto ajuda a formar cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres.



Fotos: ASCOM / AMB

30/09/2015 Os alunos da Escola Classe da 308 Sul, em Brasília, receberam, em primeira mão, a versão remodelada da Cartilha Cidadania e Justiça na Escola, desenvolvida pela AMB. A publicação é em formato de gibi e tem o objetivo de levar a estudantes do ensino fundamental informações sobre o Poder Judiciário, direitos e deveres dos cidadãos. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, disse, na ocasião, que a prioridade máxima do País deve ser a educação. Já a coordenadora da elaboração da cartilha e vice-presidente de Integração da AMB, Nartir Dantas Weber, explicou aos alunos que eles encontrarão na cartilha temas atuais, como *bullying*, Lei Maria da Penha, direitos e deveres dos cidadãos, relações homoafetivas, guarda compartilhada e alienação parental.



30/10/2015

A Cartilha foi um dos destaques no XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Rio Quente (GO). O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e a vice-presidente de Integração e coordenadora da revista, Nartir Weber, apresentaram a publicação a juízes de todo o País.

14/04/2016

Cerca de 300 alunos da Escola Estadual Risoleta Neves, em Porto Velho (RO), conheceram a Cartilha e os personagens Brasilzinho e Deusa Têmis. O encontro com a garotada marcou a adesão da Associação dos Magistrados de Rondônia (Ameron) ao projeto da AMB.

24/06/2016

Estudantes da Escola Municipal Professora Mauricilia Santana, na zona rural de Rio Branco (AC), tiveram a oportunidade de conhecer a Cartilha e seus personagens. Com a participação do presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), Giordane Dourado, e de representantes do Tribunal de Justiça, as crianças aprenderam sobre as atribuições do Poder Judiciário e temas cotidianos como as consequências do *bullying*.

05/07/2016

Os alunos amazonenses da Escola Municipal Temístocles Pinheiro Gadelha foram apresentados à Cartilha da Justiça e Cidadania na Escola. No evento, crianças do 5º ao 9º anos receberam a missão de multiplicar o conteúdo que aprenderam em sala de aula para a família, amigos e comunidade. O encontro teve o apoio da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazon) e do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.



02/08/2016

Estudantes do 5º ao 6º anos da Escola de Ensino Fundamental La Salle Pão dos Pobres, de Porto Alegre (RS), receberam a Cartilha com uma mensagem em vídeo do presidente da AMB, João Ricardo Costa. A desembargadora do Tribunal do Trabalho do Rio Grande do Sul e vice-presidente para Assuntos Legislativos da AMB, Maria Madalena Telesca, comemorou a marca de mais 13 milhões de alunos beneficiados nos 24 anos de Cartilha.

23/08/2016

Alunos da Escola Estadual Antônio Carlos, em Juiz de Fora (MG), conheceram a cartilha e discutiram, juntamente com a coordenadora da publicação e vice-presidente de Integração da AMB, Nartir Weber, o lançamento de um concurso de redação para celebrar os 25 anos do projeto, em 2017. O vencedor será levado a Brasília para conhecer as três esferas de Poder: Judiciário, Executivo e Legislativo.

25/08/2016

A Cartilha da Justiça e Cidadania chegou a Petrolina (PE) dentro das comemorações da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência. Alunos da Escola Estadual Eduardo Coelho conheceram a publicação e trataram do tema inclusão juntamente com alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). O presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), desembargador Antenor Cardoso Soares Júnior, prestigiou o encontro.

26/08/2016

O Colégio Militar de Juazeiro (BA) adotou a Cartilha como material pedagógico para os cerca de 250 alunos do 6º e 7º anos. A publicação foi lançada na escola com a presença de representantes do Judiciário, prefeitura e governo do Estado. O presidente da Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), Freddy Pitta, destacou o projeto como fundamental à educação.



17/02/2014

Foram abertas as inscrições para os cursos promovidos pela ENM em 2014, com a implantação de novos temas. Foram 15 cursos nacionais e 12 cursos internacionais.



10/02/2015

O Guia de Cursos de 2015 da ENM da AMB é publicado com 29 cursos nas diversas áreas: *Media Training*, Direito do Consumidor, Gestão Orçamentária, Técnicas de Investigação, Energia, Consumo e Meio ambiente, Justiça Restaurativa e Processo Eletrônico. Há também formação na área internacional, como o mestrado na Universidade Clássica de Lisboa. O diretor-presidente da ENM, Cláudio dell’Orto, destacou que o objetivo é oferecer cursos práticos que atendem ao requisito da transdisciplinariedade.



26/02/2015

Magistrados que compõem a diretoria da AMB fizeram o curso de *Media Training* oferecido pela ENM. O treinamento foi fundamental para que alguns dos porta-vozes da instituição possam se relacionar mais facilmente com a mídia e tenham subsídios para encarar situações de crise.



05/03/2015

Magistrados que participaram do curso de Gestão Orçamentária debateram os temas Gestão Judiciária e Política de Atenção ao Primeiro Grau. O módulo foi promovido pela ENM em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e o palestrante Rubens Curado, ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), falaram sobre o tema aos juízes.



17/04/2015

Magistrados, oficiais da Polícia Militar, delegados de polícia e membros do Ministério Público de todo o Brasil tiveram a oportunidade de se aperfeiçoar no enfrentamento e prevenção do crime organizado, crimes financeiros, crimes contra a administração pública e criminalidade transnacional durante o curso de Técnicas de Investigação, que aconteceu em Cuiabá (MT).



23/04/2015

O curso de Direito do Consumidor para magistrados, realizado em Vitória, tratou de temas como os planos de saúde, a responsabilidade civil nas relações de consumo e processo coletivo e o novo CPC.



22/05/2015

Na 4ª edição do curso sobre o Setor Elétrico Brasileiro para a Magistratura, realizado em parceria com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), os participantes tiveram palestras de representantes da área jurídica e das principais instituições do setor elétrico, entre eles, o Ministério de Minas e Energia, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que abordaram temas como matriz energética brasileira, segmentação do setor, desafios do regulador, relações de consumo, perspectivas e desafios.



25/05/2015

O Programa de Capacitação em Poder Judiciário, realizado no Rio de Janeiro pela FGV Direito Rio e ENM, teve cinco dias de aulas, com o objetivo de oferecer aos magistrados uma formação multidisciplinar nas áreas jurídicas e de gestão, com destaque para o aperfeiçoamento das atividades operacionais e de administração da Justiça, além de práticas inovadoras para a modernização do Poder Judiciário.



25/05/2015

A ENM promoveu curso de *Media Training* - Módulo Básico para os magistrados. O treinamento mesclou conteúdos e oficinas práticas de TV, rádio, mídia impressa e redes sociais. Além das aulas, o curso contou com a palestra do jornalista Juliano Basile – que tem larga experiência na cobertura do Judiciário e trabalha no Jornal Valor Econômico. Ele falou da relação entre jornalistas e juizes.



26/05/2015

O secretário-geral da ENM, Eladio Luiz da Silva Lecey, foi o grande homenageado do 20º Congresso de Direito Ambiental, que aconteceu em São Paulo. Com realização do Instituto O Direito por Um Planeta Verde e a ENM, o tema do seminário foi “Ambiente, Sociedade e Consumo Sustentável”. Durante o evento, especialistas internacionais e brasileiros discutiram o consumo sustentável em diversas palestras.



12/06/2015

O dia foi de lições teóricas e muito trabalho prático no curso de *Media Training*. Os temas de destaque foram o papel do porta-voz e da assessoria de comunicação, gestão de crise e redes sociais. A ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Alves Miranda Arantes foi uma das magistradas que participou do curso.



19/06/2015

Em dois dias de aulas, os magistrados que participaram do curso de Direito Processual Eletrônico receberam capacitação sobre os princípios e a nova teoria geral do processo eletrônico, além do manejo dos autos virtuais e sua inserção na atividade jurisdicional em rede.



26/06/2015

A composição e as questões jurídicas que envolvem as novas famílias foram abordadas no curso “As novas famílias: direito, ética e psicanálise”, promovido pela ENM e Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). Os debates abrangeram técnicas de composição de conflitos, o novo CPC e os processos de família, regime de bens e sucessão, guarda compartilhada e alienação parental e as possíveis composições de família.



16/07/2015

A farmacêutica bioquímica Maria da Penha foi o destaque do curso de Formação de Direitos Humanos, em Fortaleza (CE). Sua luta deu nome à Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A violência de gênero foi tema do debate.



10/08/2015

A mediação e a conciliação foram os temas principais do curso ocorrido em Brasília. A capacitação, direcionada para magistrados aposentados, contou com a participação do presidente da AMB, João Ricardo Costa, e do juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e membro do Comitê Gestor Nacional da Conciliação André Gomma de Azevedo.



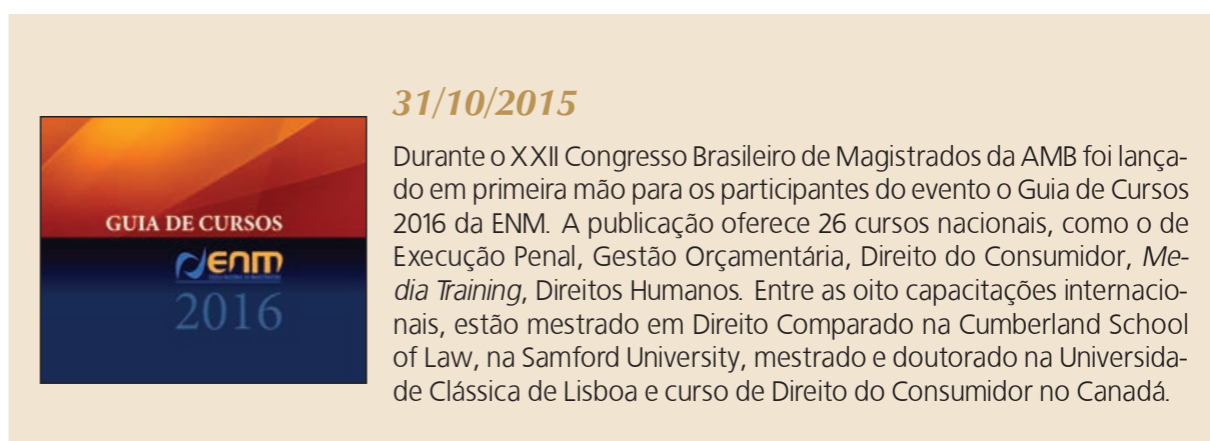
08/09/2015

O Curso Judicial de Atualização em Direito Ambiental e do Consumidor foi realizado em Salvador (BA) com temas como responsabilidade civil em matéria ambiental, consumo e meio ambiente, e responsabilidades criminais no Novo Código Florestal. O curso contou com a participação do presidente da AMB, João Ricardo Costa, do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Sanseverino e da professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutora Claudia Lima Marques.



18/09/2015

A ENM, da AMB, promoveu o curso "Ativismo Judicial: Limites e Possibilidades". As aulas foram ministradas na sede da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), entidade que apoiou a capacitação. Entre outras questões, foram discutidos o contexto histórico-social do surgimento da ideia do ativismo, as fundamentações teóricas que estão por trás do debate e históricos com casos marcantes no mundo.



31/10/2015

Durante o XXII Congresso Brasileiro de Magistrados da AMB foi lançado em primeira mão para os participantes do evento o Guia de Cursos 2016 da ENM. A publicação oferece 26 cursos nacionais, como o de Execução Penal, Gestão Orçamentária, Direito do Consumidor, *Media Training*, Direitos Humanos. Entre as oito capacitações internacionais, estão mestrado em Direito Comparado na Cumberland School of Law, na Samford University, mestrado e doutorado na Universidade Clássica de Lisboa e curso de Direito do Consumidor no Canadá.



27/11/2015

O curso "Jurisdição e Psicanálise" aconteceu no litoral carioca, em Búzios, onde os participantes debateram o exercício da atividade jurisdicional sob a influência da psicanálise e assistiram a palestras ministradas por um grupo multidisciplinar, composto por psicanalistas, advogados e magistrados. A ENM, da AMB, promoveu o curso em parceria com o Núcleo de Psicanálise da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



29/02/2016

Os magistrados que participaram do curso "Prática de Execução Penal", na sede da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), tiveram a oportunidade de estudar um assunto que, segundo o juiz e palestrante Luis Carlos Valois, é pouco abordado na academia. Na capacitação, os participantes tiraram dúvidas sobre a execução penal, considerando os posicionamentos da doutrina e a jurisprudência dos tribunais de Justiça do País.



04/03/2016

O curso de "Gestão Orçamentária" foi idealizado e desenvolvido para oferecer mais conhecimentos que possam contribuir com a rotina de trabalho dos juizes. Os participantes contaram com dois dias de aulas ministradas pelo auditor federal e de controle interno do Tribunal de Contas da União (TCU) Laércio Mendes, que focou o conteúdo na necessidade dos magistrados em usar ferramentas que otimizem o orçamento nos tribunais.



15/04/2016

O auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) foi palco do curso “Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito Eleitoral”, que contou com a participação de 80 magistrados de todo o País. A capacitação foi promovida pela ENM, da AMB, em parceria com o TRE-DF e abordou temas importantes como o sistema constitucional brasileiro, cidadania e soberania popular, reforma política, democracia representativa e participativa, resoluções do TSE, estudo de casos concretos, entre outros.



22/04/2016

Aconteceu em Goiânia o “Seminário Internacional de Direito Ambiental Aprofundado: Teoria e Jurisprudência”, na Escola Superior da Magistratura de Goiás (Esmeg). Promovido pela ENM, pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Goiás, pela Escola Superior do Ministério Público de Goiás e pela Esmeg, o evento reuniu importantes especialistas em temas como Jurisprudência Ambiental do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Direito Penal Ambiental, Mineração e Meio Ambiente, questões complexas de Agricultura, Agrotóxicos e Novo Código Florestal, entre outros.

29/04/2016

As principais questões relativas ao Judiciário e ao meio ambiente foram destaque no Congresso Mundial de Direito Ambiental que aconteceu no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), de 27 a 29 de abril. O encontro, que reuniu especialistas de mais de 60 países, contou com o apoio da AMB, da ENM, da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) e organismos internacionais como *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), em colaboração com a *United Nations Environment Programme* (UNEP).



06/05/2016

A diretoria da ENM, da AMB, selecionou juízes para cursos de mestrado e doutorado na Universidade Clássica de Lisboa, além de curso de curta duração no Canadá. O diretor-presidente da ENM, Cláudio dell’Orto, foi um dos que analisou os currículos e definiu os magistrados escolhidos. O trabalho foi realizado conforme Resolução ENM nº 01 de 03 de setembro de 2012, que dispõe sobre o regulamento para a seleção de magistrados em cursos da ENM no exterior. Foram duas vagas para mestrado e doutorado, respectivamente, e 15 para o curso de Direito do Consumidor, no Canadá.



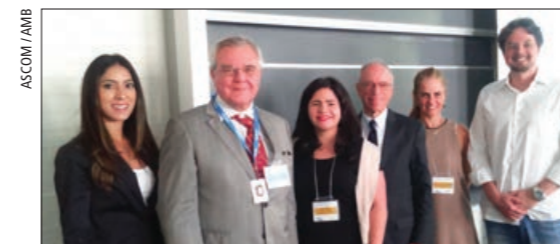
10/06/2016

Com objetivo de promover a racionalidade jurídica que envolve o processo eletrônico, a ENM, da AMB, promoveu o curso de “Direito Processual Eletrônico”, abordando temas como: Assinatura e Documento Eletrônico e Inteligência Artificial, Alterações Introduzidas no Código de Processo Civil, entre outros. A novidade do cronograma ficou por conta do tema Modelos de Confiança para Segurança em Informática.



17/06/2016

A capital de Mato Grosso, Cuiabá, recebeu o curso “As Novas Famílias: Direito, Ética e Psicanálise”. Promovida pela ENM em parceria com a Escola da Magistratura Mato-Grossense (Emam), a capacitação recebeu especialistas em Direito e psicanalistas, além de mediadores que deram foco na atualização de temas como guarda compartilhada e alienação parental. A abertura ficou por conta do diretor-presidente da ENM, Claudio dell’Orto, e a coordenação foi da juíza do TJRJ Andréa Pachá.



06/07/2016

O curso de verão “Direito do Consumidor” promovido pela Universidade de Quebec (UQUAM), em Montreal, no Canadá, foi realizado em parceria com a ENM, da AMB, e contou com a participação de magistrados de diversos países. O objetivo da capacitação foi sensibilizar os participantes para as expectativas e necessidades dos consumidores de mercados con-

temporâneos, além de incentivar a sociedade a dividir opiniões, experiências e práticas no âmbito da defesa do consumidor. A mesa de abertura foi presidida pelo secretário-geral da ENM, Eládio Lecey, e quatro dos magistrados que participaram do curso foram selecionados pela ENM por meio de sorteio.



21/07/2016

A ENM promoveu o curso “Direito Aplicado às Atividades do Turismo”, na Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (ESM-PA), em Belém. O diretor-presidente da ENM, Cláudio dell’Orto, foi um dos palestrantes da capacitação e falou sobre a importância de melhorar a relação entre o consumidor e o fornecedor para diminuir a incidência de processos que se acumulam nos tribunais. O curso teve a colaboração da Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav).



05/08/2016

Vivências, debates e os rumos da Justiça Restaurativa no Brasil foram abordados em novo curso promovido pela ENM, da AMB. A capacitação ocorreu nos dias 21 e 22 de julho no auditório do TRE-DF. A difusão da Justiça Restaurativa é meta da AMB, que lançou em maio do ano passado a campanha Justiça Restaurativa do Brasil, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os juízes ainda ratificaram a Carta

da Justiça Restaurativa do Brasil, elaborada em 2015, e escolheram pontos estratégicos a serem enfatizados, destacando um de cada dos quatro eixos do documento.



26/08/2016

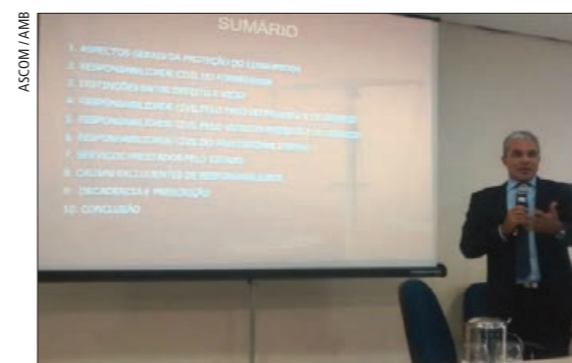
Com certificação emitida pela ENM em parceria com a ESM-PA, juízes, advogados, promotores, defensores públicos e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) concluíram o curso “Repercussões do Novo CPC”, em Marabá. Ministrado pelo professor Jean Carlos Dias, doutor em Direitos Fundamentais e Relações Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), a capacitação abordou o novo CPC com ênfase na Distribuição de Ônus Pro-

batório, Tutelas Provisórias, Atuação dos Advogados, Juizados Especiais Cíveis, Ações Coletivas e, por fim, o Sistema de Precedentes Vinculados.



31/08/2016

Foi realizado em Brasília o “Seminário Primeiras Avaliações sobre o novo Código de Processo Civil (CPC)”, organizado pela ENM com apoio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Escola Judiciária do TJDFT, Escola da Magistratura do Distrito Federal (ES-MADF) e Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF). O diretor-presidente da ENM, Cláudio dell’Orto, afirmou que o evento viria a contribuir para os ajustes na legislação, devido à oportunidade “de conhecer quais foram os institutos que causaram maior perplexidade e dificuldade na aplicação do novo CPC”.



16/09/2016

O curso “Direito do Consumidor – Conflitos de Massa e Técnicas de Decisão” foi ministrado em Belém, no Pará, com o objetivo de proporcionar aos participantes a capacitação para a aplicação das normas derivadas do Código de Defesa do Consumidor e adoção de medidas que reduzam o denominado uso predatório do Judiciário. Outros temas abordados no curso foram a proteção de dados pessoais e a efetividade da jurisdição nas demandas de consumo. Os participantes tiveram a oportunidade de trabalhar, em grupo, estudos de caso relacionado aos temas da capacitação.



30/09/2016

A Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, realizou o curso “Audiência de Custódia: Teoria e Prática”, em Brasília. A capacitação, de 28 a 30 de setembro, foi marcada pela troca de experiências entre juízes estaduais e federais. Os magistrados contaram com aulas teóricas e práticas e no final do curso participaram de uma audiência simulada, planejada a partir de casos reais.



07/10/2016

Tortura e sistema prisional, violência de gênero e violência racial foram os três temas abordados durante o curso de Direitos Humanos promovido pela ENM, da AMB. A terceira edição da iniciativa ocorreu de 5 a 7 de outubro na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). A abertura contou com as presenças de Cláudio dell’Orto, diretor-presidente da ENM; Caetano Ernesto da Fonseca, diretor-geral da

Emerj; e Edinaldo César Santos Júnior, coordenador pedagógico da ENM e juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), que coordenou o curso.

Esporte

24/08/2014

Manaus sediou a 18ª e a 9ª edição do Campeonato Nacional de Futebol da AMB, das categorias sênior e super-sênior, respectivamente. A Associação Paulista de Magistrados (Apmagis) saiu vencedora da categoria sênior e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) foi campeã na categoria super-sênior.



13/11/2014

Maceió (AL) sediou o 21º Campeonato Nacional de Futebol – categoria Máster. O evento foi organizado pela AMB e Associação Alagoana de Magistrados (Almagis). A equipe da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro (Amaerj) foi a vencedora, seguida pelo time do Rio Grande do Sul (Ajuris). A Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn) e a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) ficaram empatados no terceiro lugar.



27/11/2014

O 18º Torneio Nacional de Tênis dos Magistrados aconteceu em Itaparica (BA). A competição foi organizada pela Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), em parceria com a AMB.



11/12/2014

A Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (Amamsul) foi a anfitriã da 22ª edição do Torneio de Futebol da AMB. A equipe de Santa Catarina foi a grande campeã, enquanto o Rio Grande do Sul ocupou a segunda colocação e Mato Grosso do Sul ergueu o troféu de terceiro colocado.

29/04/2015

A AMB promoveu o VII Jogos Nacionais da Magistratura em João Pessoa (PB) nos dias 29 de abril a 3 de maio. Para o presidente da AMB, João Ricardo Costa, o evento – que reuniu mais 500 competidores – “é um momento de muita celebração para toda a magistratura e promove a amizade e solidariedade entre os colegas e seus familiares”.

Durante a abertura dos jogos, o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), Horácio Melo, deu boas-vidas ao público e apostou nos atrativos da cidade para o sucesso dos jogos. “Vamos mostrar ao Brasil a grandeza, a pujança do povo da Paraíba, bem como as belezas naturais que temos”. Para o diretor de Esportes da AMB, José Flores, os jogos representam o conagraçamento da categoria. “Tenho certeza que o evento será um sucesso. Temos recorde de participantes e de equipes nas categorias de basquete, futsal e de voleibol masculino”, disse, também durante a abertura do evento.



1º/05/2015

A competição dos VII Jogos Nacionais da Magistratura contou com um grande incentivo: esposas, maridos e filhos participaram do evento, inclusive na disputa das provas. As modalidades disputadas foram: atletismo, basquete, corrida rústica, tiro, futsal, futevôlei, vôlei, vôlei de praia, pebolim, xadrez, tênis de mesa, sinuca e natação.



02/05/2015

Pela quinta vez, a Associação dos Juizes do Estado do Rio Grande do Sul (Ajuris) conquistou o primeiro lugar no ranking dos Jogos Nacionais da Magistratura. Na sétima edição, o segundo lugar geral ficou com a equipe da Amarn (Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte) e a Amapar (Associação dos Magistrados do Paraná) ficou na terceira colocação.





23/08/2015

A AMB e a Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn) promoveram o XXII Campeonato Nacional de Futebol Society. As partidas aconteceram em Natal. A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) foi a campeã, seguida pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). O terceiro lugar ficou com a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis-MG). O evento que aconteceu entre os dias 19 e 23 em Natal, no Rio Grande do Norte, reuniu magistrados de diversos estados.



23/09/2015

O 19º Campeonato Nacional de Tênis dos Magistrados foi realizado nas quadras do Recife Tênis Clube, contando com a presença de magistrados de todo o Brasil. O evento foi promovido pela Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), em parceria com a AMB.



18/10/2015

A Amages e a Ajuris foram as campeãs, respectivamente, das categorias super-sênior e sênior do Campeonato Nacional de Futebol da AMB. As disputas aconteceram em Bento Gonçalves (RS), de 14 a 18 de outubro.



27/11/2015

A 23ª edição do Campeonato Nacional de Futebol da AMB da categoria livre concluiu as duas primeiras rodadas com a participação de 16 times. Santa Catarina venceu as duas partidas por 2 x 1 contra os times de Mato Grosso e Pernambuco. O evento aconteceu em Florianópolis.



30/11/2015

O time de Santa Catarina venceu a final contra o Paraná, tornando-se campeão do 23º Campeonato Nacional de Futebol da AMB. O jogo foi realizado em Florianópolis. A equipe ainda ganhou mais dois troféus, de melhor jogador e melhor goleiro.



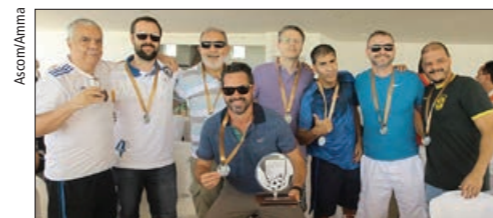
10/12/2015

Diretores de esportes das associações filiadas à AMB, em reunião anual na sede da entidade, definiram as datas dos campeonatos regionais de tênis, basquete e futebol para o calendário 2016, além de propostas de mudanças nos regulamentos das competições. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, afirmou que continua com seu compromisso no apoio à promoção de atividades esportivas e o coordenador de Esportes da entidade, Sandro Pitthan Espíndola, ressaltou o sucesso da 7ª edição dos Jogos Nacionais da Magistratura.



12/03/2016

Os melhores “juizes-tenistas” das categorias simples e individual venceram o 24º Torneio Regional Norte, Nordeste e Centro-Oeste de Tênis, que aconteceu no Recife Tênis Clube, de 9 a 12 de março, em Pernambuco. O evento foi promovido pela AMB em parceria com a Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe). O vencedor da categoria simples foi o magistrado Horácio Gomes, representando a Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase). Na categoria de duplas, os juizes Marco Aurélio Mendonça e Luiz Gustavo Mendonça, da Amepe, foram os campeões.



30/07/2016

A AMB realizou, em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), o I Campeonato Nacional de Basquete e o 23º Campeonato Nacional de Futebol da categoria Máster. Os eventos aconteceram entre os dias 27 e 30 de julho de 2016 em São Luís, no Maranhão. A equipe da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) saiu vencedora no basquete e a da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) foi campeã no futebol.



27/08/2016

A 11ª edição do Campeonato Nacional de Futebol da AMB na categoria super-sênior aconteceu simultaneamente à 20ª edição da categoria sênior, entre os dias 25 e 27, em Vitória (ES). A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) foi campeã em ambas as categorias.

Justiça Restaurativa



14/08/2014

A AMB firmou parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ampliar a Justiça Restaurativa no Brasil. O protocolo de cooperação foi assinado por 15 entidades e tem o respaldo da Lei Federal nº 12.594/2012, que prioriza medidas restaurativas no âmbito da Justiça Juvenil, e da Resolução nº 125/2010 do CNJ, que prevê a introdução das práticas da Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça.



11/05/2015

Com o objetivo de promover a implementação de projetos, programas e serviços de Justiça Restaurativa como alternativa de resolução autocompositiva aplicável a conflitos de menor potencial ofensivo, a AMB, o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e diversas instituições assinaram o protocolo de Cooperação Interinstitucional para implantação da Justiça Restaurativa em Sergipe. A ação torna Sergipe o primeiro estado brasileiro a assinar o documento conforme os termos do protocolo já formalizado nacionalmente pela AMB.



12/05/2015

A AMB e o CNJ lançaram, em Brasília, a campanha nacional Justiça Restaurativa do Brasil – A paz pede a palavra. Atualmente, 15 estados já adotam a medida. A campanha prevê diversas ações que podem difundir ainda mais a Justiça Restaurativa como uma alternativa para enfrentar os milhares de conflitos que chegam diariamente ao Judiciário. Na ocasião, o coordenador da campanha, juiz Leoberto Brancher, resumiu a Justiça Restaurativa em três itens: responsabilidade, encontro e reparação de danos.



25/05/2015

O site da Justiça Restaurativa do Brasil foi divulgado no endereço eletrônico www.amb.com.br/jr. Lá é possível encontrar notícias, vídeos, artigos, sites parceiros, casos relacionados à Justiça Restaurativa, além de uma cartilha com informações completas sobre o método.



03/06/2015

Foi assinado o protocolo de cooperação interinstitucional com o objetivo de implementar e difundir a Justiça Restaurativa no Ceará. O termo tem como base o acordo da AMB firmado em agosto de 2014 com diversas entidades, incluindo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Terre des Hommes, para ampliar as práticas restaurativas no País.



22/07/2015

Magistrados de 24 estados brasileiros participaram do curso de Justiça Restaurativa, promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, entre os dias 22 e 24 de julho, na sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), em Brasília. A capacitação faz parte da campanha Justiça Restaurativa do Brasil que tem o objetivo de disseminar a prática pelos estados.



24/07/2015

A Declaração Ibero-Americana para a Justiça Restaurativa foi apresentada a juizes brasileiros durante o curso de Justiça Restaurativa. O documento contou com o apoio da associação durante a fase de elaboração e da magistratura brasileira durante a implementação no País. Em 14 artigos, o documento busca incentivar os países ibéricos na adoção de medidas que garantam a implementação de um modelo restaurativo com a participação da comunidade.



20/08/2015

A cidade paulista de Santos recebeu o Seminário Internacional de Justiça Restaurativa. O juiz Egberto Penido, membro da comissão de Justiça Restaurativa da AMB, participou do evento que celebrou a trajetória de São Paulo nestes 10 anos da prática da JR. A AMB e a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) foram apoiadoras do seminário, realizado durante dois dias.

26/08/2015

A AMB participou do Fórum Internacional Humanismo e Ressocialização: Sistema de Justiça à Consagração dos Direitos, promovido pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, em Cuiabá. Na abertura, o presidente da associação, João Ricardo Costa, destacou a necessidade de se investir na prevenção para evitar que mais jovens, a maioria pobre e negra, porem atrás das grades. A secretária de Gênero da AMB, Amini Haddad, anunciou a implantação de uma célula de Justiça Restaurativa no Estado.

17/09/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, participou do curso de atualização para magistrados da Infância e Juventude, em Porto Alegre, promovido pela Escola da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris). Ele falou sobre a importância da Justiça Restaurativa no Brasil e da campanha da AMB para a difusão do método, que ganhou apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

18/09/2015

Caxias do Sul (RS) se preparou para expandir o programa de Justiça Restaurativa nas escolas locais com a realização de uma oficina pelo delegado da Terre des Hommes no Brasil (Tdh), Anselmo de Lima, e o diretor da Organização Não-Governamental, Renato Pedrosa. O assessor da presidência e coordenador da Comissão Científica de Justiça Restaurativa da AMB, Leoberto Brancher, explicou que a ideia é capacitar 300 facilitadores no município.



30/10/2015

Juízes de todo o Brasil puderam conhecer a campanha Justiça Restaurativa do Brasil: a paz pede a palavra, desenvolvida pela AMB, em parceria com o CNJ. No XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, Leoberto Brancher, assessor especial da presidência da AMB para Difusão da Justiça Restaurativa, e Vera Deboni, secretária-geral adjunta da Escola Nacional da Magistratura (ENM), ministraram a oficina Círculo de Justiça Restaurativa, na qual o projeto foi exposto aos presentes.

20/11/2015

A convite da AMB, um dos maiores ícones da Justiça Restaurativa no mundo, Howard Zehr falou a magistrados, operadores do Direito e servidores do Judiciário no auditório do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A conferência foi transmitida ao vivo para 23 estados. Composto a mesa de abertura, representantes de entidades que trabalharam pela construção da JR no Brasil, entre elas o presidente da AMB, João Ricardo Costa.

20/11/2015

O professor Howard Zehr se reuniu com magistrados que atuam na área da Justiça Restaurativa, na sede da AMB. Os juízes trocaram experiências e fizeram perguntas ao especialista, que achou impressionante a forma como o Brasil tem trabalhado no tema, de forma cuidadosa e sistemática. Zehr disse que a iniciativa brasileira tem muito a ser compartilhada com o resto do mundo.

04/03/2016

A campanha da Justiça Restaurativa da AMB lançou uma nova fase durante o XVIII Encontro do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), em Florianópolis (SC). O coordenador da campanha, Leonardo Brancher, destacou a importância de se falar de uma Justiça de valores, que pode ser embasada na participação espontânea das pessoas. A série de oito valores é inspirada no material da Rede de Justiça Restaurativa da Nova Zelândia.



07/04/2016

O diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), Cláudio dell'Orto, e o assessor da presidência e coordenador da campanha Justiça Restaurativa da AMB, Leoberto Brancher, participaram, em Brasília, de reunião na Secretaria de Direitos Humanos para tratar da implantação de um curso de práticas restaurativas. A intenção é qualificar, via Educação a Distância (EAD), trabalhadores do sistema socioeducativo e aqueles que atuam nas comunidades com grupos de mediação de conflitos.

24/05/2016

O seminário sobre Justiça Restaurativa fez parte do II Congresso Internacional da AMB, na Universidade King's College, em Londres. O presidente da associação, João Ricardo Costa, participou da atividade coordenada pelas juízas Alexandra Silva e Telma Figueiredo. Ao palestrar, a gerente de Política do Ministério da Justiça, Eeva Pellonpera, disse que a Justiça Restaurativa é uma parte integrante da mudança no Reino Unido para "atacar todos os aspectos das negativas consequências para a vítima".

22/07/2016

Com o objetivo de ampliar e melhorar a metodologia da Justiça Restaurativa, magistrados de todo o País estiveram reunidos em 21 e 22 de julho no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). O curso foi promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB. A metodologia das aulas trouxe inovações, como trabalhos em grupo e troca de vivências entre alunos e facilitadores.

31/08/2016

O assessor da presidência e coordenador da Comissão Científica da Justiça Restaurativa na AMB, Leoberto Brancher, juntamente com o juiz Egberto Penido, também integrante da comissão, foram designados pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, para compor o Comitê Gestor da Justiça Restaurativa no CNJ. A designação foi anunciada na Portaria 91/2016 do CNJ, aprovada pela instituição no dia 17 de agosto.

O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil



11/08/2015

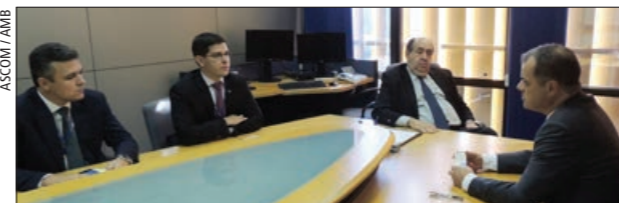
A AMB lançou o movimento nacional "Não Deixe o Judiciário Parar". Resultado de uma ampla pesquisa intitulada "O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil", a campanha informa à sociedade quais os setores que mais contribuem para congestionar a Justiça de primeiro e segundo grau e as Turmas Recursais de 11 Tribunais de Justiça.

O levantamento realizado de 2010 a 2013 aponta que existem atualmente cerca de 105 milhões de processos na Justiça. Destes, 42 milhões só estão tramitando porque direitos dos consumidores são desrespeitados. A cientista política Tereza Sadek foi a responsável pelo estudo coordenado pelo vice-presidente Institucional da AMB, Sérgio Junkes.



09/09/2015

Dando continuidade ao movimento "Não Deixe o Judiciário Parar", Brasília foi a primeira cidade a receber o Placar da Justiça. O equipamento foi instalado em frente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). O estudo aponta que a Fazenda Pública foi parte ativa em 71% dos processos em primeira instância, ou seja, o Poder Público Distrital foi responsável por dar início a mais de 229 mil ações na Justiça do DF entre os anos de 2010 a 2013. Em segundo lugar, aparece o setor financeiro.



16/09/2015

Em continuidade às ações do movimento nacional "Não Deixe o Judiciário Parar", o presidente da AMB, João Ricardo Costa, reuniu-se com o presidente da Anatel, João Batista de Rezende. Durante o encontro, Costa não só apresentou a pesquisa encomendada pela AMB como sugeriu que a agência reguladora estimule a aplicação de instrumentos de fiscalização já existentes, além da criação de mecanismos que evitem a judicialização das demandas.



17/09/2015

O contador digital também esteve em Porto Alegre. O placar itinerante que foi colocado em frente ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) mostrou a realidade do Judiciário brasileiro. No Rio Grande do Sul, do total de 483.004 ações judiciais ajuizadas pelos 100 maiores litigantes, entre os anos de 2010 e 2013, a administração pública municipal aglomerou a maioria absoluta do volume de processos iniciados em primeiro grau.



23/09/2015

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, reuniu-se com a secretária nacional do Consumidor, Juliana Pereira da Silva, no Ministério da Justiça. Juliana disse que a Secretaria está à disposição para ajudar no movimento promovido pela AMB contra o excesso de demandas no Judiciário.



29/09/2015

O número de processos em tempo real do Placar da Justiça da AMB chamou a atenção de quem passou em frente ao Fórum João Mendes Júnior (TJSP), em São Paulo. O estudo revela que, nas unidades do primeiro grau, 11 demandantes foram responsáveis pelo ajuizamento de mais da metade do total de processos entre os 100 maiores litigantes.



1º/10/2015

Em reunião com o presidente da AMB, o procurador-geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, tratou do acúmulo de demandas do setor financeiro nos tribunais brasileiros. Para Ferreira, o grande número de estabelecimentos bancários, transações e clientes suscita vários tipos de conflitos. Ele reconheceu que diversas entidades, como a AMB, têm demonstrado preocupação com esse cenário marcado pelo excesso de processos na Justiça.



20/10/2015

O Placar da Justiça foi instalado no Largo do Campo da Pólvora, em frente ao Fórum Ruy Barbosa, região central de Salvador. Os dados apontaram que, do total de 467.719 processos de 2010 a 2013, entre os 100 maiores demandados, apenas 12 concentraram metade das ações. O setor financeiro foi o principal demandado em primeiro grau no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), ultrapassando a casa dos 39% em 2012 e 2013.



23/10/2015

Pela primeira vez, o contador digital esteve na cidade do Rio de Janeiro. Os números mostraram aos cidadãos que paravam em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que a sociedade não tem conseguido resolver conflitos por meio de acordos. Sobre os processos ajuizados no período de 2010 a 2013, das 23.364 ações distribuídas no primeiro grau entre os 100 maiores demandantes, o setor financeiro aumentou a participação de 14,9% para 65%.



09/11/2015

A população paraibana ficou impressionada com o número de processos que chega ao Judiciário do País e quantos poderiam ser evitados. Os dados do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) apontam a alta concentração de processos na primeira instância contra poucos setores. O placar, na Praça dos Três Poderes em frente ao TJPB em João Pessoa, expôs que entre os principais litigantes estão os bancos e a administração pública, responsáveis por mais de 50% das ações em 2010, 2011 e 2012.



16/11/2015

Os moradores de Aracaju puderam conferir os dados do Placar da Justiça em frente ao Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Das partes que mais ajuizaram ações no primeiro grau do TJSE, de 2010 a 2013, predominaram as empresas do setor financeiro. A administração pública (municipal e estadual) veio em seguida, mas com índices bem inferiores. Entre os 100 maiores litigantes, apenas 13 concentraram mais de 50% dos processos iniciados.



03/12/2015

Em Santa Catarina, o levantamento apontou dois setores que praticamente concentraram as ações ajuizadas nas unidades do Tribunal de Santa Catarina (TJSC), entre 2010 e 2013. Alguns municípios e algumas empresas do sistema financeiro ajuizaram a maioria dos 391.144 processos no Estado, entre os 100 maiores litigantes. O placar foi mostrado à população em Florianópolis, em frente ao Fórum Desembargador Eduardo Luz.

Pró – Equidade de Gênero

21/02/2014

A abertura do “Simpósio Internacional: Humanismo, Psicanálise e Justiça”, no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), foi marcada pelo lançamento da Campanha Nacional da AMB Pró-Equidade de Gênero. A cerimônia contou com a participação do presidente, João Ricardo Costa, e da diretora da Secretaria de Gênero da AMB, Amini Haddad Campos, além de autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.



O objetivo da ação é conscientizar as pessoas sobre a igualdade de gênero em vários aspectos, como carreira (salário, emprego e promoções) e também combater crimes que são praticados contra as mulheres, como violência doméstica, tráfico para fins de prostituição e turismo sexual. Nos meses seguintes, a campanha foi lançada em todos os estados brasileiros.

25/11/2014

A AMB apoiou a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, lançada pelo Congresso Nacional. A campanha se propôs a uma ação educativa com objetivo de erradicar os abusos e garantir os direitos das mulheres. A diretora da Secretaria de Gênero da AMB, Amini Haddad, enalteceu a relevância do projeto e afirmou que ele iria ao encontro da bandeira da Campanha Nacional Pró-Equidade de Gênero da entidade.

08/03/2016

A diretora da Secretaria de Gênero da AMB e coordenadora da campanha Pró-Equidade de gênero, Amini Haddad, homenageou o Dia Internacional das Mulheres com um artigo tratando da violência de gênero. Ela destacou que apesar das comemorações simbolizando e circunscrevendo o Dia Internacional da Mulher, ainda é possível identificar atos cometidos contra as mulheres tanto pelo público masculino quanto feminino.

Segurança para Magistrados



23/03/2015

O fórum da Comarca de Buriti (MG), parcialmente incendiado no dia 20 de janeiro, foi reinaugurado com o nome de Fórum Desembargadora Maria Madalena Serejo. A solenidade contou com a presença do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão e coordenador da Justiça Estadual da AMB, Gervásio Santos, e do diretor de Direitos Humanos da entidade, Artur Gustavo.



03/03/2016

Um grupo de trabalho formado por juízes se reuniu na sede da AMB para tratar de um projeto ligado à questão da segurança de magistrados. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, coordenou o encontro.



10/03/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e o juiz Luis Martius, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), entregaram ao conselheiro Bruno Ronchetti uma proposta de questionário para ser enviada aos tribunais pelo CNJ. O objetivo é mapear o cumprimento da Resolução 104, que dispõe sobre medidas administrativas para segurança dos tribunais.

ASCOM / AMB

**1º/04/2016**

Para prestar apoio à juíza Tatiane Moreira Lima, atacada e ameaçada de morte, em 30 de março, no fórum Regional do Butantã, na cidade de São Paulo, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, reuniu-se com o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJSP), Ademir Benedito. A importância da implementação dos protocolos de segurança junto ao CNJ e a proposta de questionário a ser enviado aos tribunais, para mapear o cumprimento das medidas previstas na Resolução 104, foram destacadas por João Ricardo Costa.

ASCOM / AMB

**1º/04/2016**

Depois da reunião no TJSP, João Ricardo Costa e o presidente em exercício da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), Oscild de Lima Júnior, visitaram o Foro Regional do Butantã. A AMB reiterou extrema preocupação com o ato criminoso e condenou quaisquer ações de violência atentem contra magistrados. Segundo o CNJ, pelo menos 200 juízes foram ameaçados e submetidos a programas de proteção até 2013; e cerca de 500 abandonaram a carreira, tendo como um dos principais motivos a falta de segurança para atuação.

ASCOM / AMB

**05/04/2016**

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e o integrante da comissão de segurança da entidade e presidente da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais da (Amajme), Getúlio Corrêa, se reuniram com o conselheiro do CNJ Fernando César de Mattos. No encontro, foram tratados a questão da segurança dos magistrados e o ataque sofrido pela magistrada no Fórum do Butantã, em São Paulo. João Ricardo Costa e Getúlio Corrêa reiteraram a atenção da AMB com o tema.

ASCOM / AMB

**13/04/2016**

O risco da atividade da magistratura foi tema de encontro entre o presidente da AMB, João Ricardo Costa, e representantes da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis-DF). O juiz Pedro Yung-Tay Neto, do 3º juizado Especial Criminal de Brasília, relatou os casos de ameaça que sofreu. Costa concordou com a preocupação da Amagis-DF e disse que o encontro foi importante para mostrar o pleito da magistratura em relação à atividade perigosa do juiz.

ASCOM / AMB

**18/05/2016**

Os juízes que compõem a Secretaria de Segurança dos Magistrados da AMB se reuniram na sede da associação, em Brasília. Os magistrados sugeriram que conste na nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) um dispositivo autorizando o afastamento temporário de juízes em situações de risco.

ASCOM / AMB

**11/08/2016**

Preocupado com o incêndio criminoso, ocorrido no dia 10, no fórum desembargador Emílio Fleury de Brito, em Goiatuba (GO), o presidente da AMB, João Ricardo Costa, esteve no local. Acompanharam a visita os presidentes da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmejo), Wilton Müller, da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis-DF), Sebastião Coelho, e juízes da região. Costa ouviu reivindicações, falou das ações da AMB e reafirmou apoio irrestrito aos colegas.

15/08/2016

A AMB, a Anamatra e a Ajufe impetraram mandado de segurança, com pedido de liminar, na Justiça Federal, em Brasília, contra a instrução normativa 106/2016, da Polícia Federal, que impede o transporte de arma no embarque de passageiro na aviação comercial doméstica, caso não esteja em deslocamento a serviço. A instrução normativa fere o direito de porte de armas dos magistrados, para defesa pessoal, previsto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), artigo 33.

**19/08/2016**

O juiz Hider Torres do Amaral, integrante da Secretaria de Segurança do Magistrado da AMB, representou a entidade no "X Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal", que aconteceu em 18 e 19 de agosto, em São Paulo. Segundo Torres, foi enfatizada a necessidade de um trabalho conjunto entre a AMB e o CNJ para a concretização das propostas de segurança apresentadas pela entidade à instituição.

02/09/2016

A Justiça Federal, em Brasília, deferiu liminar no mandado de segurança impetrado pela AMB, Anamatra e Ajufe contra a instrução normativa 106/2016, da Polícia Federal. Com o deferimento da liminar, continua valendo a regra atual, pela qual o magistrado pode viajar com sua arma de fogo, devidamente desmuniçada.

**29/09/2016**

Os juízes da Secretaria de Segurança dos Magistrados da AMB realizaram, na sede da entidade, sua 3ª reunião. O grupo revisou casos recentes de ameaças a juízes e a criação de um núcleo de apoio e auxílio emergencial para magistrados em situação crítica. O encontro contou com a participação especial do promotor de Justiça Sidney Eloy Dalabrida, coordenador de Inteligência e Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Seminário Trabalho Seguro

**18/06/2015**

A cerimônia de abertura do Seminário Trabalho Seguro reuniu ministros, magistrados, e outras autoridades em Brasília. O evento foi promovido pela AMB, em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), com o objetivo de debater as questões jurídicas que envolvem a saúde do trabalhador

e os acidentes de trabalho. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, falou sobre a importância do debate, uma vez que a segurança no trabalho é uma questão estratégica do País. Entre as autoridades presentes, estavam o presidente do TST, Antonio José de Barros Levenhagen, que defendeu a união de Poderes a instituições para prevenir acidentes de trabalho, e o ministro Herman Benjamin, do STJ, que abordou a saúde do trabalhador e o meio ambiente do trabalho.

**19/06/2015**

Durante todo o dia, palestrantes divulgaram dados e informações alarmantes sobre os acidentes de trabalho. No Brasil, são mais de 700 mil por ano, que causam quase 3 mil mortes e geram 2,8 milhões de benefícios previdenciários também a cada 12 meses. O Brasil é o quarto colocado no ranking mundial de acidentes de trabalho, perdendo apenas para China, Índia e Indonésia.

Entre os temas abordados, estão a política nacional de segurança e saúde do trabalhador; ação regressiva decorrente do acidente de trabalho: cabimento, competência e jurisprudência atual; e controvérsias sobre a suspensão dos benefícios acidentários pela Previdência Social e seus efeitos nas esferas trabalhistas, previdenciária e indenizatória. O seminário foi coordenado pelo juiz Antonio Oldemar Coêlho, coordenador da Justiça do Trabalho da AMB.

**21/10/2015**

A vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da AMB, Maria Madalena Telesca, participou do Seminário Internacional Trabalho Seguro. O evento, realizado em Brasília pelo CSJT e pela Escola Nacional de Formação dos Magistrados do Trabalho (Enamat) – com apoio do TST e do Programa Trabalho Seguro – teve como objetivo apresentar temas relevantes à saúde e à segurança no meio ambiente de trabalho e fomentar reflexões e debates sobre essa temática.

03/08/2016

O coordenador da Justiça do Trabalho da AMB, Antônio Oldemar, representou a entidade na reunião do Comitê Nacional do Programa Trabalho Seguro, na sede do TST. Durante o encontro, foi definido o tema central do seminário Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho para o biênio 2016-2017. Desde 2014, a AMB faz parte do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro e participa de diversas ações junto ao TST.

#SomosTodosJuizes



29/03/2016

Com o objetivo de propor uma reflexão na sociedade sobre o que é ser juiz, seja nos tribunais ou no dia a dia, a AMB apresentou a campanha nacional #SomosTodosJuizes na 11ª reunião do Conselho de Representantes, em Brasília. A campanha, realizada em parceria com a maioria das associações regionais, é composta por três fases: depoimentos de crianças falando sobre como agem quando precisam

tomar decisões; magistrados conversando com profissionais de outras áreas sobre as rotinas de trabalho; depoimentos de celebridades. A iniciativa tem apoio institucional do Grupo Globo, Record, Bandeirantes, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Congresso em Foco.



09/05/2016

A campanha #SomosTodosJuizes é lançada em Brasília. O evento, no Hotel Brasília Palace, reuniu magistrados de todo o País, ministros, autoridades e imprensa. “Queremos fazer uma provocação à cidadania, trazer uma reflexão sobre o papel de cada cidadão neste momento de crise pelo qual passa o Brasil. Nossa intenção é estimular a cidadania, falar sobre a cultura do transgredir e propor um enfrentamento a esse problema”, afirmou o presidente da AMB, João Ricardo Costa.



12/05/2016

A abertura do 1º Encontro Baiano de Magistrados foi palco da apresentação da campanha #SomosTodosJuizes pelo presidente da AMB, João Ricardo Costa. O evento foi promovido pela Associação dos Magistrados da Bahia (Amab) de 12 a 15 de maio, na Praia do Forte, próxima a Salvador. “Eventos como esse lançamento

to são importantes para discutirmos novas ideias”, disse o presidente da Amab, Freddy Pitta Lima.



08/06/2016

A 39ª edição do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), em Maceió, teve início com o lançamento da iniciativa #SomosTodosJuizes. O encontro foi realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), com apoio da Associação dos Magistrados Alagoanos (Almagis). Antes, a campanha foi apresentada no Fórum da Capital. “Nós somos juizes que mostramos nosso papel para a sociedade, e essa campanha é para que a gente chegue ainda mais perto do cidadão”, declarou a presidente da Almagis, Fátima Pirauá.



09/06/2016

A campanha #SomosTodosJuizes chegou ao Ceará. Nesta data, o lançamento aconteceu em dois momentos, ambos em Fortaleza. O primeiro foi um encontro entre os presidentes da AMB, João Ricardo Costa, e da Associação Cearense de Magistrados (ACM), Antônio Alves de Araújo, e a imprensa. Em seguida, eles se reuniram para um “Café com Juizes”. “Essa iniciativa da AMB amplia a reflexão sobre a responsabilidade que todos temos ao decidir, desde a perspectiva do juiz até a de todo cidadão”, afirmou Araújo.



10/06/2016

Ainda em Fortaleza, a #SomosTodosJuizes passou pelo 107º Encontro do Conselho de Tribunais de Justiça. Participaram os presidentes dos TJs e magistrados de vários Estados. “Queremos que a sociedade reflita sobre o quanto é importante fazermos escolhas responsáveis, combatemos as pequenas transgressões e de como podemos contribuir para grandes transformações”, reiterou o presidente da AMB, João Ricardo Costa. O presidente do Conselho, Pedro Bitencourt, de Minas Gerais, ressaltou a importância de iniciativas como essa para aproximar Judiciário da sociedade.



20/06/2016

“Tomamos decisões cotidianamente: estacionar ou não o carro em local proibido, tomar ou não o lugar de idosos em transportes públicos, atravessar ou não na faixa de pedestres. São atitudes que parecem pequenas, mas que nos fazem evoluir enquanto cidadãos”. A análise foi feita pelo presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Antônio Henrique Almeida Santos, no lançamento da campanha #SomosTodosJuizes”, no Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju.



23/06/2016

Em Manaus, a #SomosTodosJuizes foi apresentada em um almoço na sede campestre da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazon), com a presença de magistrados do Estado e da imprensa local. O presidente da Amazon, Cássio Borges, destacou a conscientização do cidadão em relação às pequenas ilicitudes, um dos objetivos da campanha. “O grande entrave brasileiro é a história do jeitinho. Nós temos que fortalecer uma cultura de sociedade honesta para que possamos desenvolver o Brasil”, enfatizou.



28/06/2016

Natal foi a sétima capital a conhecer a campanha #SomosTodosJuizes. A cerimônia aconteceu no auditório da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn). O presidente da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), Cleofas Coelho, ressaltou a importância da iniciativa. “Abraçamos essa campanha porque traz a ideia de que todas suas decisões cotidianas, da mais simples à mais importante, têm que ser pautadas pela ética e pela correção. É uma campanha voltada para a valorização da magistratura”.

Votar é Legal

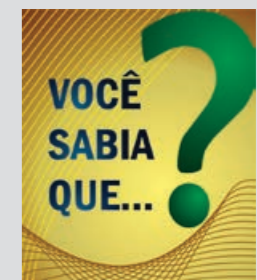
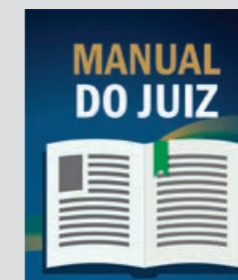


19/08/2014

A AMB lançou em seu site e nas redes sociais a campanha Votar é Legal, que teve como objetivo orientar e incentivar os cidadãos a votarem de forma consciente nas eleições.

02/09/2014

A AMB lançou a segunda fase da campanha Votar é Legal com a disponibilização do Manual do Juiz. Além das duas publicações, a entidade desenvolveu a série Você Sabia?, que resumiu em frases curtas os conteúdos da cartilha e do manual, facilitando a leitura e a compreensão dos materiais.



Eventos

13/08/2014



A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançou, em parceria com os Correios, selo comemorativo para celebrar seus 65 anos. Foram impressas 324 peças. Além disso, a entidade expôs uma linha do tempo em sua sede, em Brasília, na qual destaca os principais fatos que marcaram a trajetória da instituição. O material, incluindo um vídeo, foi exposto no site da associação.



14/08/2014



Ministros das Cortes Superiores – entre eles, o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM) –, magistrados e demais autoridades do Poder Judiciário participaram da comemoração dos 65 anos da AMB. No jantar, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, recebeu um álbum de selos e a réplica de um carimbo lançados pelos Correios, confeccionados especialmente para marcar a data.

ENCONTRO PENSIONISTAS

26/09/2014

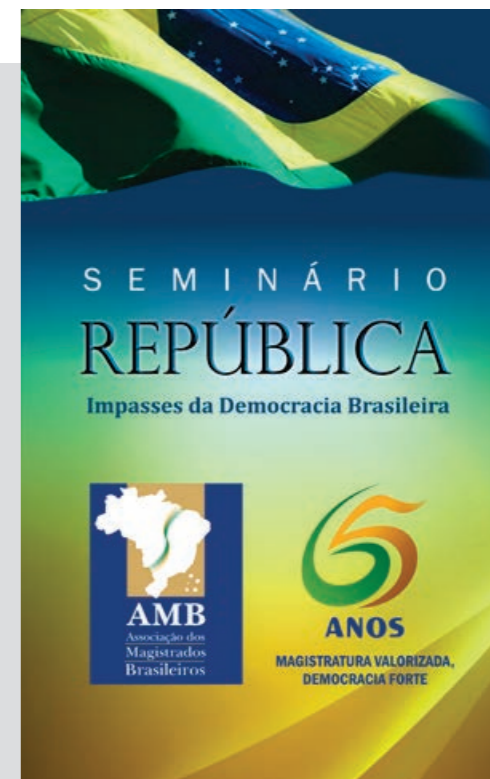


O Departamento de Pensionistas da AMB realizou, em Buenos Aires, a 5ª viagem internacional, organizada pela diretora do Departamento de Pensionistas, Eneida Barbosa. A programação foi aberta no dia 25, com palestras do presidente da entidade, João Ricardo Costa, e do ex-presidente Cláudio Baldino Maciel. Ambos falaram sobre o papel institucional da AMB.

21/11/2014



O Seminário República – Impasses da Democracia Brasileira –, contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowski, e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Intelectuais do meio acadêmico, como os professores Juarez Cirino e José Geraldo de Sousa, também contribuíram para o debate sobre os caminhos da democracia brasileira e a Reforma Política.



O presidente da AMB, João Ricardo Costa, fez a abertura do Seminário República – Impasses da Democracia Brasileira promovido pela entidade. Em seu discurso, Costa defendeu mudanças no modelo processual brasileiro. Falou ainda sobre a necessidade de rever o sistema de metas do CNJ e de se investigar a litigiosidade. “A AMB tem se dedicado a produzir um debate público sobre as questões que emperram o funcionamento principalmente do Poder Judiciário, no seu papel de mediador dos conflitos sociais”, afirmou. Outro ponto defendido pelo presidente da entidade foi a Reforma Política, especialmente o fim do financiamento empresarial de campanhas políticas.



O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, destacou a importância do seminário como forma de promover os debates necessários ao País. “Os magistrados precisam estar na liderança desse projeto de Reforma Política. Nós temos muito a contribuir, temos muitas ideias e muita experiência, portanto, está de parabéns a AMB. Eu acho que nós vamos fazer história a partir deste seminário”, reforçou.



O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que a AMB tem um papel importante não só para expressar a opinião dos juízes, mas também para que a sociedade possa conhecer essa posição e dialogar com os magistrados brasileiros. “A AMB, ao fazer um seminário como esse, debatendo a Reforma Política, algo tão central para o país, assume um papel de fundamental importância”, enalteceu.



Advogado criminalista, professor universitário, pesquisador e autor de diversos livros jurídicos, Juarez Cirino destacou, durante o seminário, a violação dos direitos humanos como problema central a ser resolvido no País. As manifestações dos movimentos populares ao longo da história foram o principal tema tratado pelo professor e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo de Sousa Junior. As atividades do seminário foram

encerradas com o lançamento do livro “Segredo de Justiça”, da juíza carioca Andréa Pachá.



Fotos: ASCOM / AMB



à AMB (Ejafa), ocorrido em Brasília. Ficou decidido apoio mútuo na realização de campanhas e divulgação de assuntos de interesse comum. A partir do encontro, a AMB passou a compartilhar conteúdos e disponibilizar espaço em seu site para as filiadas.

1º/12/2014

11/05/2015



Fotos: ASCOM / AMB e Antônio Augusto



Foram anunciados os nomes dos vencedores do X Prêmio AMB de Jornalismo. A cerimônia de premiação aconteceu no espaço Villa Rizza, em Brasília, e contou com a presença de magistrados, autoridades e jornalistas de todo o Brasil. Foram distribuídos R\$ 115 mil em prêmios entre os vencedores das seguintes categorias: Mídia Impressa, Webjornalismo, Radiojornalismo, Fotografia, Telejornalismo, Assessoria de Imprensa e Grande Prêmio AMB de Jornalismo – Direitos Humanos. Ao todo, foram 127 concorrentes à premiação, que tem como objetivo homenagear os trabalhos jornalísticos que tenham contribuído para a importância do Judiciário e da magistratura como fator de promoção da segurança jurídica e da paz social. A Banda Judges, formada apenas por magistrados, animou o jantar promovido pela AMB para a entrega do prêmio.



22/05/2015

Belo Horizonte (MG) recebeu o X Congresso Nacional de Pensionistas. A mesa de abertura foi composta pela diretora do Departamento de Pensionistas da AMB, Eneida Barbosa; pelo vice-presidente Institucional, Sérgio Junkes; pelo vice-presidente Legislativo da AMB, Nelson Missias; pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Pedro Bitencourt Marcondes; pelo presidente da Ajuris, Eugênio Terra; e pelo ex-presidente da Amagis-MG, Bruno Terra Dias.

Foi divulgada a Carta de Belo Horizonte no X Congresso Nacional de Pensionistas. O documento traz reivindicações como a integralidade da pensão, o direito a voto para eleição de presidentes de associações de magistrados e o pedido para que os cargos de direção dos departamentos de pensionistas de associações de magistrados sejam ocupados por pensionistas.



ASCOM / AMB



04/08/2015

O V Encontro de Jornalistas das Associações Filiadas à AMB (Ejafa) aconteceu na sede da AMB, em Brasília, e contou com palestras, troca de experiências entre os assessores de imprensa, e uma conversa com o presidente da AMB, João Ricardo Costa. O principal momento do encontro foi a apresentação

com exclusividade aos assessores do estudo “O uso da Justiça e o litígio no Brasil”, que serviu de base para o movimento nacional “Não Deixe o Judiciário Parar”.

ASCOM / AMB



ASCOM / AMB



29 a 31/10/2015



Com a participação de mais de 1.500 pessoas, a AMB realizou o Congresso Brasileiro de Magistrados em Rio Quente (GO), de 29 a 31 de outubro. O tema principal do evento, realizado em parceria com a Associação dos Magistrados de Goiás (Asmego), foi “O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia: O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea”.

A programação contou com palestras, debates, painéis, oficinas e atrações musicais. Especialistas do Direito e de outras áreas de conhecimento abordaram temas como a democratização do sistema de Justiça; ações coletivas e o excesso de litigância; direitos humanos; valorização da magistratura; formas alternativas de solução de conflitos; desafios para o Judiciário na sociedade contemporânea; o novo Código de Processo Civil (CPC); processo penal e sistema penitenciário; a percepção da sociedade sobre a Justiça; e experiências na aposentadoria da magistratura.

No encerramento, foi aprovada a Carta de Rio Quente, na qual a magistratura brasileira assume compromissos como lutar pela democratização do sistema de Justiça e contra a corrupção.

Os palestrantes foram:

Ministro Ricardo Lewandowski (STF); ministro Luís Roberto Barroso (STF); governador Marconi Perillo (GO); juiz João Ricardo dos Santos Costa (AMB); professor Daniel Sarmiento (UERJ); professor José Reinaldo de Lima Lopes (USP); professor Oscar Vilhena (FGV-SP); professor Sérgio Adorno (USP); juíza Glaucia Falsarella Foley (TJDFT); desembargador Nuno Coelho (Portugal); professora Ada Pelegrini Grinover (USP); professor Luiz Manoel Gomes Junior (UIT-MG e UNIPAR); procurador da República Sérgio Arenhart; psicóloga Eliane Pelles Amorim (GO); juiz Leoberto Brancher (TJRS); juíza Vera Lúcia Deboni (TJRS); psicóloga Ana Maria Rossi (RS); juiz André Gomma de Azevedo (TJBA); magistrados Fernando da Fonseca Gajardoni (TJSP), Thiago Brandão (TJPI), Marcos Alaor Diniz Grangeia (TJRO), José Igreja Matos (Portugal); ministros do STJ Marco Aurélio Buzzi e Luis Felipe Salomão; professora Maria Tereza Sadek (USP); juiz Gervásio Santos (TJMA); juiz Sérgio Junkes (TJSC); professora Débora Diniz (UnB); professora Jane Beltrão (UFPA); professor Eugênio Pacelli (FDMC); juiz Roger Raupp Rios (TRF4) e o psicanalista e escritor Contardo Calligaris.



Fotos: Companhia Digital

10/09/2015



Fotos: ASCOM / AMB

A AMB celebrou seus 66 anos. Para marcar a data, a entidade acrescentou mais um painel à linha do tempo em sua sede, em Brasília, que destaca os principais fatos que marcaram a trajetória da instituição. A entidade também inaugurou a placa com as fotos de todos os funcionários.

09/05/2016

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, destacou o papel das assessorias de comunicação das associações como um dos canais fundamentais de divulgação das ações desenvolvidas pela Justiça ao cidadão durante o VI Encontro



Fotos: ASCOM / AMB



dos Jornalistas das Associações Filiadas à AMB (Ejafa). Realizado em Brasília, sob a coordenação do vice-presidente de Comunicação, Gil Guerra, esse foi o terceiro promovido pela atual gestão. Os benefícios que o trabalho das assessorias agrega à imagem das entidades foi um dos principais tópicos destacados.



23/05 a 02/06/2016



Durante 11 dias, mais de 180 magistrados participaram do II Congresso Internacional da AMB, que aconteceu na Inglaterra e Escócia. Foram debatidos os principais aspectos das leis britânicas e de ambos os sistemas Judiciários. A formação do Judiciário na Inglaterra; o Direito Costumeiro e o julgamento justo; Justiça Restaurativa; Carta Magna; a independência do juiz e a disciplina judicial; educação judicial na Inglaterra e País de Gales; o Direito Penal e Processual na Inglaterra; processo civil nos tribunais da Escócia, estiveram entre os temas abordados. O combate à corrupção e à lavagem de dinheiro também teve destaque na programação. Foram divulgadas ainda importantes experiências da magistratura brasileira e aberto o diálogo para a cooperação com o Reino Unido nas áreas da extradição e das cartas rogatórias.

O evento contou com o apoio oficial dos Governos e Embaixadas do Brasil e do Reino Unido, Suprema Corte do Reino Unido e da Escócia, Poder Judiciário da Inglaterra e País de Gales, Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior do Trabalho (TST), além de outras instituições. As atividades científicas e institucionais aconteceram no País de Gales, nas cidades de Londres e Nottingham (Inglaterra), Edimburgo e Stirling (Escócia).

O Congresso teve a coordenação-geral do juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC) José Lucio Munhoz. Também integraram a comissão membros da diretoria da AMB: Adriano Seduvin (vice-presidente de Assuntos Ambientais da AMB), Rafael José de Menezes (diretor de Relações Internacionais), Emanuel Bonfim Amaral Filho (diretor-tesoureiro) e Alexandre Aronne de Abreu (secretário-geral adjunto).



Fotos: ASCOM / AMB



ASCOM / AMB

16/09/2016

A Carta de Bento Gonçalves marcou o XI Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura, promovido pela AMB e pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), na Serra Gaúcha, de 12 a 16 de setembro. O documento apresenta sete reivindicações, entre elas a de que todos os benefícios concedidos aos magistrados na ativa sejam extensivos por lei aos pensionistas e aposentados. A programação contou com palestras e debates sobre saúde e direitos das pensionistas.



20/09/2016

Os 67 anos da AMB foram comemorados, na sede da entidade, em Brasília, com a presença de magistrados, conselheiros do CNJ, presidentes de associações e funcionários da entidade. Durante a cerimônia, foi lançado o Relatório da Secretaria de Direitos e Prerrogativas da AMB. O documento apresenta a atuação da associação em 246 processos de caráter geral, individual, procedimentos disciplinares e Ações Diretas de Inconstitucionalidade, entre outros. A Secretaria de Prerrogativas da associação é composta por dez magistrados e quatro advogados.



Fotos: ASCOM / AMB

Outro momento marcante foi a inauguração do último painel da linha do tempo da atual gestão 2014-2016 e da placa atualizada com as fotos dos funcionários da entidade, uma homenagem ao profissionalismo e dedicação daqueles que colaboram diariamente para o bom andamento dos trabalhos.





www.amb.com.br



www.facebook.com/magistradosbrasil



<https://twitter.com/magistrados>



[instagram.com/magistradosbrasil](https://www.instagram.com/magistradosbrasil)



www.youtube.com/AMBMagistrados



www.flickr.com/magistradosbrasil